

**Nº26 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 14 de dezembro
de 2017. -----**

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de onze de dezembro de dois mil e dezassete. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, tendo apresentado duas congratulações, cujo teor seguidamente se transcreve: -----

CONGRATULAÇÃO -----

Considerando que o projeto "AQUANATUR - *Balneário Pedagógico de Investigação e Desenvolvimento de Práticas Termais de Vidago* foi galardoado com o prémio "Emblema Regional" na Gala o "Norte Somos Nós"; -----

Considerando que o referido projeto se insere na estratégia, definida pelo executivo municipal anterior, de valorização do turismo para o desenvolvimento económico e social do concelho de Chaves; -----

Considerando que este projeto mereceu nos últimos 4 anos duras críticas da oposição, nomeadamente, do atual presidente da câmara, Dr. Nuno Vaz; -----

Os vereadores eleitos na lista do Partido Social Democrata congratularam-se com este reconhecimento regional do mérito do projeto e consequentemente com a consolidação de Chaves como "Capital Termal" de Portugal. -----

Os vereadores -----

Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, -----

Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas -----

Dra. Maria Manuela Pereira Tender -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Esta matéria já fazia parte das suas preocupações, em vista à divulgação do prémio concedido, durante a presente reunião de Câmara.

2 - As críticas vertidas, pelo Partido Socialista, enquanto oposição ao Governo local do PSD, ao projeto, em apreciação, tinham, sobretudo, a ver com a solução contratual relativa à garantia do fornecimento de água termal do Balneário. -----

3 - A distinção, ora, concedida, por parte da CCDRN, acaba por se traduzir num reconhecimento conjunto do projeto denominado Aquanatur - Balneário Pedagógico de Investigação e Desenvolvimento de Práticas Termiais de Vidago, sendo um fator inquestionável de valorização pública do projeto. -----

4 - As incapacidades e insuficiências do funcionamento do balneário, ainda não foram, atualmente, ultrapassadas, quer no que diz respeito ao fornecimento de água ao Balneário termal, quer no que concerne às deficiências identificadas, no âmbito da execução da respectiva empreitada. -----

CONGRATULAÇÃO -----

Considerando que está concluída a obra de requalificação e ampliação da Escola Básica N° 1 de Chaves - EB1 de Santo Amaro; -----

Considerando que a obra orçada em 265 mil euros contemplou trabalhos de remodelação de revestimentos interiores, remodelação das instalações sanitárias, ampliação do parque infantil no recreio da escola, execução de pavimentos, bem como a cobertura do recreio, conferindo ao estabelecimento de ensino maior qualidade; -----

Considerando que requalificação da EB1 de Santo Amaro é a segunda obra a estar concluída, tendo sido a primeira o Jardim de Infância de Vidago, que a requalificação do Jardim de Infância do Cino-Chaves está em curso e que em breve serão requalificadas a EB1 do Caneiro e a Escola Secundária Fernão Magalhães; -----

Considerando que a requalificação do parque escolar se insere na estratégia, definida pelo executivo municipal anterior, de valorização dos recursos humanos e que está plasmada no "Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega"; -----

Considerando que o "Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega" foi aprovado e homologado em 5 de agosto de 2015, sendo da total responsabilidade do executivo anterior; -----

Os vereadores eleitos na lista do Partido Social Democrata congratulam-se com a conclusão de mais um projeto, EB1 de Santo Amaro, inserido no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alto Tâmega, podendo a partir de agora os alunos e a comunidade escolar servida pela escola EB1 de Santo Amaro usufruir de melhores instalações. ----

Os vereadores -----

Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, -----

Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas -----

Dra. Maria Manuela Pereira Tender -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Os projetos relacionados com a requalificação dos estabelecimentos escolares, devem ser uma prioridade, garantido as condições físicas e de conforto aos jovens e crianças do Concelho, no âmbito das suas atividades escolares. -----

2 - O Partido Socialista, ao contrário do que fez o PSD no passado, irá prosseguir todos os projetos que, intrinsecamente, sejam bons para o desenvolvimento do Concelho, merecendo, neste contexto, o seu desenvolvimento por parte do Executivo Municipal. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, o seguinte comentário: -----

1 - Quando o PSD assumiu o Governo Local, há 16 anos atrás, deu cumprimento à estratégia de atuação, ora, preconizada, pelo Presidente da Câmara. -----

2 - Nessa altura, apenas foram alterados dois projetos, em curso, a saber: -----

- Av. D. João I, mediante a alteração do perfil de circulação do trânsito automóvel; -----

- Alteração do Centro Cultural de Chaves, alteração essa que veio a permitir a criação da academia de artes e do Auditório, com todas as vantagens daí emergentes para a dinamização cultural de tais infraestruturas municipais. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - O Senhor Vereador, na sua declaração, que antecede, esqueceu-se de indicar outros projetos modificados, à data, pelo Governo local do PSD, muito concretamente, o desenho que veio a ser estabelecido para o Largo das Freiras. -----

2 - Registe-se que tal alteração ainda está, em litígio, nos Tribunais Administrativos, desconhecendo-se qual irá ser o seu desfecho final, nomeadamente, no que concerne ao pagamento de eventuais indemnizações, por parte da Autarquia. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, o seguinte comentário: -----

Reconhece pertinência à intervenção, que antecede, do Sr. Presidente da Câmara, sendo certo que, à data dos factos, a Câmara Municipal, liderada pelo PSD, promoveu, ainda, as seguintes alterações aos projetos relacionados com a localização do MARC e, bem assim, do Parque de Atividades. -----

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo alertado, o Executivo Municipal, para o facto do acesso ao Santuário do S. Caetano se encontrar com sérios constrangimentos indissociáveis da queda de alguns ramos de árvores registada, no passado fim de semana, como consequência, direta e necessária, dos fortes ventos que se fizeram sentir. -----

Neste contexto, era importante repor, com a maior brevidade possível, o bom acesso ao dito Santuário. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

Regista e agradece o alerta apresentado, sobre a matéria, em apreciação, pelo Vereador do Partido Social Democrata. -----

Os serviços municipais competentes irão repor, com a maior brevidade possível, as condições de acesso ao Santuário de S. Caetano. -----

III - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo apresentado o seguinte requerimento cujo

teor, seguidamente, se transcreve, para todos os efeitos legais: ----

"Requerimento -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----

Exmos. Srs. Vereadores -----

Venho trazer novamente à colação a questão da criação de condições para a compatibilização de mandatos autárquico e parlamentar sem prejuízo para o cumprimento da agenda de qualquer uma das instituições. De facto, não havendo qualquer conflito de interesses nem incompatibilidade legal no exercício dos dois cargos públicos em que fui investida pelo sufrágio democrático, e tendo a Assembleia da República uma agenda fixa previamente definida, bastaria que a reunião ordinária deste Executivo Municipal decorresse durante o dia de 2.^a feira ou a manhã de 3.^a feira para que pudesse cumprir integralmente ambas as agendas.-----

Não sendo este o primeiro caso em que a conciliação das agendas não é tida em conta no momento da definição do dia da reunião da Câmara, e fruto de exposições várias por parte de eleitos doutros concelhos, nomeadamente do ex-deputado Eduardo Teixeira, quer o Parlamento, através de Parecer aprovado na 1.^a Comissão Parlamentar, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e através do seu Presidente na anterior Legislatura em carta dirigida a um Presidente de Câmara, quer o Provedor de Justiça já se pronunciaram sobre esta matéria, apelando à criação de condições para a harmonização de mandatos, o que entendo constituir um precedente importante a considerar por parte de V. Exas. em jeito de jurisprudência. -----

Assim, sou a enviar os seguintes documentos, em anexo: -----

- Pronúncia do Provedor de Justiça sobre a compatibilização do exercício de mandatos; -----
- Parecer aprovado pela 1.^a Comissão Parlamentar sobre a mesma matéria;
- Carta da Sra. Ex-Presidente da Assembleia da República, Dra. Assunção Esteves. -----

Mesmo entendendo que os precedentes são suficientemente claros, já solicitei ao Exmo. Presidente da Assembleia da República um posicionamento sobre a matéria, tendo o mesmo solicitado a pronúncia da 1.^a Comissão para sustentar a sua posição, que aguardo, sendo que estas tramitações demoram sempre o seu tempo nem sempre se ajustando à urgência das situações. -----

Sublinho que, além de ter de faltar à atividade parlamentar na 5.^a feira, para estar presente na reunião em Chaves à 5.^a feira de manhã tenho de percorrer quase 1000 kms entre Lisboa e Chaves e regresso de Chaves a Lisboa pois 6.^a de manhã o Parlamento tem reunião plenária com votações. Além do prejuízo da assiduidade no Parlamento, o que representa um prejuízo para todos os cidadãos, dado ser um órgão representativo dos Portugueses e as reuniões pressuporem sempre a participação plural, é também uma questão de direito, de humanismo e de bom senso, imprescindíveis na atividade política que requer dos eleitos a capacidade de se colocarem no lugar do outro, tentando perceber a sua perspetiva. -----

Sublinho que a marcação da reunião da Câmara à 2.^a feira de manhã ou de tarde ou à 3.^a feira de manhã permitiria compatibilizar ambas as agendas reduzindo faltas de assiduidade, despesas em viagens, riscos inerentes às próprias viagens, desperdício de tempo na condução, que poderia e deveria ser dedicado a trabalho em prol do bem comum. ----

Assim, dado que temos pendente a aprovação do Regimento na especialidade, solicito a V. Exas. uma reponderação sobre esta questão após uma leitura atenta dos anexos que solicito passem a fazer parte

integrante deste requerimento e peço ao Exmo. Sr. Presidente que apresente ao Executivo uma nova proposta de agendamento das reuniões ordinárias do Executivo à luz dos posicionamentos aí expressos no respeito institucional e pessoal que estou certa todos lhe merecem.

Pede deferimento, -----
 Chaves, 13 de dezembro de 2017 -----
 Maria Manuela Pereira Tender -----
 Vereadora da Câmara Municipal de Chaves" -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
 1 - A questão constante do requerimento apresentado, pela Vereadora do Partido Social Democrata, correlacionada com a eventual alteração do calendário estabelecido, em vista à realização das reuniões ordinárias desta câmara, à luz dos argumentos invocados, será objeto de nova apreciação, em momento oportuno, pela Câmara Municipal. ----
 2 - Tal iniciativa não será, necessariamente, coincidente com a aprovação, na especialidade, do Regimento deste Órgão Executivo. ----
 3 - Todavia, a questão, em apreciação, será, a breve trecho, ponderada no sentido de tentar perceber as rotinas já assumidas, pelo Município, no que concerne ao seu regular funcionamento, particularmente, na área do atendimento aos Municípios, com a eventual alteração da periodicidade das reuniões ordinárias da Câmara. -----

Seguidamente, usou, novamente da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo apresentado a seguinte proposta cujo teor, seguidamente, se transcreve, para todos os efeitos legais: -----

PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DO III ENCONTRO DE INVESTIDORES DA DIÁSPORA EM DEZEMBRO 2018 EM CHAVES -----

A Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas realizou nos dois últimos anos o I e II Encontro de Investidores da Diáspora subordinado ao tema "Conhecer para Investir". -----

O I Encontro decorreu em Sintra, em dezembro de 2016, e o II Encontro terá lugar a 15 e 16 de dezembro 2017 em Viana do Castelo. -----

A afluência tem sido muito considerável e o retorno muito positivo a vários níveis: -----

- pela dinâmica económica local nos dias do Encontro e nos dias anteriores e subsequentes, porquanto há sempre quem prolongue a visita permanecendo no concelho mais tempo, -----

- pela presença de uma vasta equipa de repórteres de comunicação social nacional e da diáspora, que difundem a atividade e as características da região em múltiplos palcos, -----

- pela projeção e divulgação das potencialidades dos concelhos que acolhem o evento e Chaves tem, a este nível, grandes potencialidades em vários domínios, desde infraestruturas a equipamentos, sendo urgente, agora que o concelho está dotado dessa capacidade resultante da obra executada pelos Executivos liderados pelo PSD, continuar a desenvolver a capacidade de atrair investimento, -----

- pelo interesse que a iniciativa suscita junto dos empresários da diáspora que equacionam a possibilidade de investir em Portugal, ----

- pela possibilidade de encontrar e reforçar canais de exportação dos produtos do concelho mas também pela possibilidade de "venda" de Chaves como destino turístico por excelência; -----

- pelo poder disseminador que uma iniciativa deste género é susceptível de criar no que respeita à marca "Chaves", nos mais diversos ramos de

produção ou de atividade, desde a agricultura ao termalismo, da hotelaria à restauração/gastronomia, do turismo à construção, entre outros, potenciando um crescimento e um dinamismo multissetorial. --- A Secretaria de Estado das Comunidades realiza este Encontro em articulação e estreita cooperação com numerosas entidades nacionais, regionais e locais, públicas e privadas, procurando promover a dinamização do tecido empresarial da diáspora portuguesa e do seu duplo potencial, enquanto origem de fluxos de investimento e destino de iniciativas de diversificação de mercados por parte de empresários portugueses. -----

Procurando ir de encontro às preocupações, questões e interesses concretos dos participantes, para que a iniciativa traga benefícios e potencialidades para todas as partes, a organização procura facultar o acesso a conhecimentos e informações em áreas-chave para os negócios nomeadamente com sessões de esclarecimento sobre os mecanismos institucionais de apoio ao investimento em Portugal, com apoio ao estabelecimento de redes de contacto com entidades importantes para cada atividade económica e com outros investidores da área ou áreas afins, proporcionando espaço para o surgimento de possíveis oportunidades de negócios ou parcerias e oferecendo uma plataforma privilegiada para o diálogo, o debate, a partilha de experiências e boas práticas, e o esclarecimento de dúvidas em tempo real. Além disso, propicia-se também o fortalecimento do sentimento identitário comum entre os empresários portugueses espalhados pelo mundo e colocam-se as tecnologias e as redes ao serviço da globalização, podendo também surgir projectos de implantação na Eurocidade ou mesmo com dimensão ibérica ou supranacional. -----

Assim, propomos ao Presidente da Câmara de Chaves que contacte com a maior brevidade possível o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas para lhe apresentar a proposta de realização do III Encontro de Investidores da Diáspora em Chaves, reforçando a proposta com o facto de esta escolha constituir um sinal de aposta também no interior do país e numa Eurocidade, potenciando a cooperação e a implantação transfronteiriça/ibérica dos projetos. -----

Estamos certos de que seria um evento de grande relevo para Chaves pelo que sugerimos que se formalize uma candidatura bem concebida onde se destaque a capacidade de Chaves para acolher um evento desta natureza, desde a capacidade hoteleira a auditórios, equipamentos culturais, parcerias com associações empresariais, culturais e outras que permitam maior interação dos investidores com os nossos produtores e empresários e que garantam momentos culturais de grande nível para os períodos de lazer integrados no programa da iniciativa. Chaves, 14.12.2017 -----

Os Vereadores do PSD -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Ainda bem que a Senhora Vereadora concorda com a linha estratégica de atuação do Partido Socialista, indissociável da captação de novos investimentos para o Concelho de Chaves. -----

2- Ainda bem que o Governo suportado pelo Partido Socialista tem vindo a evidenciar uma ação clara de valorização do interior do País. -----

3 - Todavia, um evento desta natureza não poderá deixar de implicar uma avaliação dos custos e dos benefícios que lhe estão associados, tudo isto sem colocar, em causa, o mérito da iniciativa, a qual deverá ser, devidamente, ponderada. -----

IV - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo solicitado, junto do Presidente da Câmara, informação sobre a forma como decorreu o encontro nacional da Juventude, nomeadamente, sobre o nível de participação que o mesmo veio a registar. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
1 - O evento, em causa, correu muito bem, contando com um número muito significativo de participantes - Jovens -, facto que muito dignificou o encontro. -----

2 - Tal encontro de jovens contou, ainda, com a presença oficial do Senhor Secretário de Estado da Juventude. -----

**I
ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:**

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 30 de novembro de 2017. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES; - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, EM VISTA AO RECRUTAMENTO DE 5 SAPADORES FLORESTAIS, EM REGIME DE TRABALHO A TERMO INCERTO. PROPOSTA N.º 24/GAP/2017. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da justificação -----

1. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, foi publicado o Despacho n.º 3434-B/2017, de 21 de março, determinando a abertura de um concurso para constituição de 20 equipas de sapadores florestais no território continental; -----

2. Considerando que no dia 10 de abril de 2017 o órgão executivo municipal deliberou, em sede de sua reunião ordinária, aprovar a apresentação de candidatura para a criação de uma equipa de sapadores florestais, no âmbito das prescrições estabelecidas no respetivo anúncio; -----

3. Considerando que no dia 31 de julho de 2017, o Município de Chaves foi notificado, através do ofício com a referência n.º 41144/2017/DGAPPF/DDFVAP, da lista ordenada das candidaturas, tendo ficado posicionado no 4º lugar; -----

4. Considerando que no dia 3 de agosto de 2017, o Município de Chaves assinou o termo de aceitação da equipa de sapadores florestais SF 30-

118, tendo, inclusive, levantado a viatura cedida, em regime de comodato, para o funcionamento da equipa; -----

5. Considerando que o termo de aceitação produz efeitos na data da sua assinatura e mantém-se em vigor, durante o período de funcionamento da equipa, até à sua extinção, nos termos do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro; -----

6. Considerando que, por força do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, são obrigações das entidades titulares de equipas de sapadores florestais, entre outras, as seguintes: -----

a) Assegurar a contratação ou colocação dos sapadores florestais; -----

b) Suportar as despesas decorrentes da contratação dos sapadores florestais, incluindo salários, encargos sociais e seguro de acidentes de trabalho, as despesas de funcionamento e as de enquadramento técnico da equipa, sendo que o Estado, para estas rubricas, transfere, para o orçamento municipal, o montante anual máximo de 40000,00€. -----

7. Considerando que a contratação dos sapadores florestais deve estar concluída no prazo máximo de 180 dias úteis, a contar da data de aceitação, ou, bem assim, da data de cessação de funções de um dos elementos da equipa, sob pena de extinção desta última, por força do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro e ulteriores alterações; -----

8. Considerando que a extinção de equipas de sapadores florestais obriga a respetiva entidade titular a devolver o valor participado pelo Estado na aquisição de bens ou equipamentos, deduzido da percentagem equivalente à sua depreciação decorrente da normal e prudente utilização, ou os bens ou equipamentos a ela cedidos em regime de comodato e ainda dos apoios ao funcionamento por ela recebidos durante o período em falta e que serviu de fundamento à extinção; ---

9. Considerando que, atendendo à data de assinatura do termo de aceitação, a contratação dos sapadores florestais, em causa, deve estar concluída até ao mês de março de 2018; -----

10. Considerando, nesta justa medida, que existe uma, inequívoca, urgência em dar início aos procedimentos legais tendentes à contratação dos sapadores florestais que irão entregar a equipa. ----

II - Da constituição de vínculo de emprego público -----

1. Considerando que, por força do disposto no n.º 1, do artigo 10º, Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro e ulteriores alterações, os sapadores que passem a exercer funções nas autarquias locais, ficam submetidos a um **vínculo de emprego público**, regulado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e ulteriores alterações; -----

2. Considerando que, de acordo com o estatuído no n.º 1, do artigo 6º, da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06 e ulteriores alterações, o trabalho em funções públicas pode ser prestado mediante vínculo de emprego público ou contrato de prestação de serviço; -----

3. Considerando que o vínculo de emprego público é aquele pelo qual uma pessoa singular presta a sua atividade a um empregador público, de forma subordinada e mediante remuneração; -----

4. Considerando que o vínculo de emprego público não se confunde, portanto, com contratos de prestação de serviços; -----

5. Considerando que, por força do disposto no n.º 3, do artigo 6º, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e ulteriores alterações, o vínculo de emprego público apenas pode revestir uma das seguintes modalidade, a saber: -----

- a) Contrato de trabalho em funções públicas; -----
- b) Nomeação; -----
- c) Comissão de serviço. -----
6. Considerando que o vínculo de emprego público constitui-se, em regra, por contrato de trabalho em funções públicas, conforme determinado pelo artigo 7º, da LTFP; -----
7. Considerando que o vínculo de emprego público pode ser constituído por tempo indeterminado ou a termo resolutivo; -----
8. Considerando que, no caso individual e concreto, o recrutamento se destina ao funcionamento de uma estrutura temporária (Equipa de Sapadores Florestais SF 30 - 118 Chaves), cuja duração se encontra sujeita à verificação de condição resolutiva incerta; -----
9. Considerando que ao contrato de trabalho em funções públicas pode ser aposto termo resolutivo, certo ou incerto, nos termos dos artigos 56º e seguintes, da LTFP; -----
10. Considerando que a aposição de termo resolutivo, certo ou incerto, é permitida nos contratos de trabalho em funções públicas que tenham como fundamento, entre outros, o exercício de funções em estruturas temporárias das entidades empregadoras públicas, conforme o previsto nas disposições combinadas previstas, respetivamente, na alínea g), do n.º 1 e no n.º 3, ambos do artigo 57º, da LTFP; -----
11. Considerando que, por força do disposto no n.º 2, do artigo 60º, da LTFP, o contrato a termo incerto dura, entre outras situações, por todo o tempo necessário para a conclusão da tarefa ou serviço cuja execução justifica a celebração; -----
12. Considerando que a constituição do vínculo de trabalho em funções públicas a termo resolutivo deve obedecer a um procedimento concursal, cujos métodos de seleção são os previstos nos n.ºs 2 a 6 do artigo 36.º, da LTFP¹. -----
- III - Do planeamento da atividade e gestão dos recursos humanos -----**
1. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 29º, da LTFP, os órgãos e serviços preveem, anualmente, no respetivo mapa de pessoal, as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução; -----
2. Considerando que, de acordo com o estatuído no n.º 2, do artigo 29º, da LTFP, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, devidamente caracterizadas; -----
3. Considerando que, nesta justa medida, a abertura de procedimento concursal comum, em vista ao recrutamento de novos trabalhadores, carece da existência, prévia, dos respetivos lugares no mapa de pessoal; -----
4. Considerando que, por força do disposto no n.º 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09 e ulteriores alterações, os mapas de pessoal, nos municípios, são aprovados, mantidos ou alterados, pela assembleia municipal; -----
5. Considerando que as alterações aos mapas de pessoal que impliquem um aumento de postos de trabalho carecem de autorização prévia do membro do Governo de que dependa o órgão ou o serviço, de cabimento

¹ Caso a presente proposta venha a ser aprovada, pelo executivo municipal, nos termos ora configurados, competirá ao Presidente da Câmara a liderança do respetivo procedimento concursal, fixando, nomeadamente, os critérios de seleção dos candidatos, nos termos legais admissíveis, e bem assim, a designação do respetivo júri do procedimento, matérias, que deverão fazer parte, entre outras, do respetivo anúncio publicitador. -----

orçamental e do reconhecimento da sua sustentabilidade futura, pelo membro do Governo responsável pela área das finanças², conforme o previsto no n.º 5, do artigo 29º, da LTFP; -----

6. Considerando que o recrutamento de trabalhadores para a ocupação dos postos de trabalho, em causa, é sustentável, em face do montante de apoio anual concedido ao Município de Chaves, por parte do Estado, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 19º, do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, e destinado ao funcionamento da equipa de sapadores florestais onde os trabalhadores a recrutar serão afetos; -

7. Considerando que, relativamente à cabimentação orçamental, as despesas associadas aos postos de trabalho, a prever no mapa de pessoal, apenas terão repercussões, no ano financeiro de 2018, pelo que as mesmas ficarão devidamente salvaguardadas, no orçamento municipal, para tal ano económico, o qual se encontra, na presente data, em fase de preparação, nos termos do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12/09 e respetivos anexos. -----

IV - Do alargamento da base de recrutamento -----

1. Considerando que o recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado; -----

2. Considerando que o órgão ou serviço, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 30º, da LTFP, pode, ainda, recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, aberto ao abrigo e nos limites constantes do mapa anual global aprovado pelo despacho a que se refere o n.º 6, da mesma disposição legal³; -----

3. Considerando que, por força do disposto no artigo 4º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, e ulteriores alterações⁴, o recrutamento de entre candidatos sem vínculo de emprego público, por tempo indeterminado, previamente constituído ou com contrato a termo resolutivo, carece da aprovação, prévia, do órgão executivo, devendo

² Por força do disposto no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3/09 e ulteriores alterações, as referências feitas ao membro do Governo consideram-se feitas, nos municípios, ao Presidente da Câmara Municipal. -----

³ Saliente-se, sobre esta matéria, que a redação atual, da presente norma, e que passou a prever a existência de um mapa anual global contendo as necessidades de recrutamento, apenas entrou em vigor no dia 1 de junho de 2017. Ora, conforme decorre do n.º 6, da mesma disposição legal, o mapa anual consolidado de recrutamentos autorizados é aprovado no primeiro trimestre do respetivo ano orçamental. Partindo desta premissa, rapidamente se percebe que tal mapa, tendo como alcance o ano de 2018, apenas deverá ser aprovado entre janeiro e março de 2018. Não obstante, por razões óbvias, a necessidade de recrutamento para os postos de trabalho, em causa, deverá ser, devidamente, contemplado em tal mapa. -----

⁴ O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, veio adaptar a Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, à administração local. Contudo, como é consabido, a Lei n.º 35/2014, revogou a Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, circunstância que, num primeiro momento, apontaria no sentido deste Decreto-Lei se encontrar, igualmente, revogado. Sucede, porém, que o n.º 3, do artigo 42º, da Lei n.º 35/2014, de 20/06, determina que todas as referências aos diplomas revogados pelo n.º 1, da mesma disposição legal, entre os quais, a Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 (cfr. alínea c), do n.º 1) entendem-se feitas para as correspondentes normas da LTFP. -----

o sentido e a data da respetiva deliberação, ser, expressamente, mencionada no procedimento do recrutamento; -----

4. Considerando que, atendendo ao prazo fixado para o recrutamento dos sapadores florestais, bem como aos princípios constitucionais da economia, eficácia e eficiência da gestão da administração pública, nos termos do n.º 4 do artigo 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e dos artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, torna-se necessário prever, desde já, a possibilidade de recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou candidatos sem vínculo de emprego público, caso se verifique a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por trabalhadores detentores de vínculo de emprego público constituído por tempo indeterminado, evitando, nesta justa medida, a eventual duplicação de procedimentos, com o risco de incumprimento do prazo de 180 dias úteis previstos para a contratação dos sapadores florestais, em causa; ----

5. Considerando, por último, que, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 33º, da LTFP, o recrutamento é decidido pelo dirigente máximo do órgão ou serviço, leia-se, no caso dos Municípios, Presidente da Câmara. -----

V - Da urgência do procedimento de recrutamento -----

1. Considerando que a abertura de procedimento concursal comum tendente ao recrutamento de sapadores florestais se encontra dependente da previsão dos respetivos postos de trabalho no mapa de pessoal do Município; -----

2. Considerando que, como se viu, a competência para a aprovação e ou alteração do mapa de pessoal compete à assembleia municipal; ----

3. Considerando que, por razões de urgência, em particular pelo facto do recrutamento dos sapadores florestais, em causa, ter de estar concluído no prazo máximo de 180 dias úteis, contados a partir do dia 3 de agosto de 2017, torna-se necessário proceder à previsão, imediata, dos postos de trabalho no mapa de pessoal do Município⁵, sob pena de poder ficar prejudicado o cumprimento do regime da candidatura, em apreciação, com todos os inconvenientes administrativos, financeiros e operacionais daí emergentes, particularmente, no que concerne à adoção de medidas de prevenção de fogos florestais; -----

4. Considerando que, nos termos do artigo 164º, do CPA, sob a epígrafe "Ratificação, reforma e conversão", os atos administrativos são suscetíveis de ratificação, sendo certo que, em caso de incompetência, o poder de ratificar o ato cabe ao órgão competente para a sua prática; -----

5. Considerando que a ratificação, enquanto instituto jurídico na sua dimensão de sanção de incompetência relativa do ato administrativo, retroage os seus efeitos à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no n.º 5, do retrocitado artigo 164º, do CPA;-

6. Considerando, por último, face aos circunstancialismo factuais, anteriormente, evidenciados, e indissociáveis da urgência comprovada na promoção do procedimento de recrutamento de 5 sapadores florestais, dando, dentro do prazo legalmente definido, inteiro cumprimento às prescrições previstas, sobre a matéria, na respetiva candidatura, urgência essa que determina a aprovação das alterações ao mapa de pessoal indispensáveis à abertura de tal procedimento de seleção, encontram-se verificados, na situação individual e concreta, todos os pressupostos legais previstos no artigo 164º, do CPA, no sentido de:-

⁵ Atendendo à duração previsível de todas as diligências associadas ao procedimento concursal comum de recrutamento, incluindo, as necessárias publicações e consultas. -----

- a) Legitimar a Câmara Municipal à aprovar a aprovação das alterações ao mapa de pessoal, nos termos e para os efeitos, anteriormente evidenciados; -----
- b) Tal decisão irá permitir dar suporte ao lançamento do procedimento concursal de seleção de 5 sapadores florestais contemplados, mediante tal deliberação, no respetivo mapa de pessoal;
- c) Tal decisão deverá ser sujeita a ratificação por parte do órgão administrativo competente para a sua prática, no caso, a assembleia municipal. -----

VI - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte: -----

- a) Que seja aprovada, com base nas razões de urgência previstas no capítulo anterior, a presente proposta de alteração ao mapa de pessoal do Município de Chaves, passando o mesmo a prever 5 novos postos de trabalho (5 sapadores florestais), devidamente, caracterizados, no documento, em anexo, e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais⁶; -----
- b) Sequencialmente, e caso a alteração ao mapa de pessoal do Município de Chaves venha a ser aprovada, nos termos sugeridos na alínea anterior, que o presente assunto seja agendando, para a próxima sessão ordinária do órgão deliberativo municipal, em vista à ratificação de tal decisão administrativa, nos termos, e para os efeitos, das disposições combinadas previstas, respetivamente, no n.º 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09 e ulteriores alterações, e no artigo 164º, do CPA; -----
- c) Simultaneamente, que seja autorizado o recrutamento dos trabalhadores necessários para ocupação de todos os postos de trabalho, em causa, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto⁷, admitindo-se, desde já, com base nos princípios constitucionais da economia, eficácia e eficiência da gestão da administração pública, bem como na urgência de tal recrutamento, que o mesmo possa ser feito de entre trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou candidatos sem vínculo de emprego público, caso se verifique a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por trabalhadores detentores de vínculo de emprego público constituído por tempo indeterminado, nos termos do n.º 4 do artigo 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e dos artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro; -----
- d) Legitimar, desde já, o Presidente da Câmara Municipal, a dar início aos respetivos procedimentos concursais, sem prejuízo, como é evidente, do cumprimento do disposto no artigo 4º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01 e ulteriores alterações; -----
- e) Sendo certo que o recrutamento de trabalhadores para a ocupação dos postos de trabalho, em causa, é sustentável, em face do montante de apoio anual concedido ao Município de Chaves, por parte

⁶ As despesas associadas aos postos de trabalho, a prever no mapa de pessoal, apenas terão repercussões no ano financeiro de 2018, pelo que as mesmas ficarão devidamente salvaguardadas no orçamento municipal para tal ano económico, o qual se encontra, na presente data, em fase de preparação, nos termos do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12/09 e respetivos anexos. -----

⁷ Ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, na alínea g), do n.º 1 e no n.º 3, ambos do artigo 57º, da LTFP -----

do Estado, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 19º, do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro; -----
 Chaves, 06 de dezembro de 2017 -----
 O Presidente da Câmara Municipal -----
 (Nuno Vaz) -----

Em anexo: Caracterização dos postos de trabalho a integrar no mapa de pessoal. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCAL ÚNICO NA EMPRESA "EHATB-EMPREENDEIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA PROPOSTA N.º. 25/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS -----

I-Identificação da empresa -----

A empresa "EHATB-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA", abreviadamente "EHATB, EIM, SA", é uma empresa local, de natureza intermunicipal, constituída sob a forma de sociedade anónima, participada, com igual posição societária, pelos seis Municípios do Alto Tâmega (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar), conforme o n.º 4 do artigo 19º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, estando a decorrer o mandato dos seus órgãos sociais eleitos para o quadriénio de 2017-2020.-----

2.Órgão de fiscalização da empresa -----

Estabelece o n.º 2, do artigo 25º da referida Lei que as empresas locais, como é o caso da "EHATB, EIM, SA", têm, como órgão de fiscalização, um Fiscal Único, que, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 26º da mesma Lei, é obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, requisito este que esta empresa respeita, uma vez que, em conformidade com o artigo 22º dos seus Estatutos, e ao abrigo do artigo 413º, do Código das Sociedades Comerciais, a fiscalização da sociedade encontra-se atribuída a um Fiscal Único, que vem sendo desempenhado pela sociedade de revisores oficiais de contas "Patrício, Moreira, Valente e Associados, SROC", com sede na cidade do Porto, oportunamente designada para o exercício dessas funções pelos órgãos deliberativos dos Municípios acionistas saídos das eleições para as Autarquias Locais de 2013, em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 26º da mencionada Lei 50/2012.

Para esta designação de um só órgão de fiscalização, uma vez que esta Lei não continha qualquer norma que tratasse especificamente a forma da referida designação em empresas, como a EHATB, EIM, SA, que têm uma pluralidade de Municípios como acionistas, nem era possível a existência nestas empresas de mais do que um Fiscal Único, foi considerado pertinente obter o consenso necessário a estabelecer entre os Municípios acionistas quanto a essa designação previamente no âmbito dos órgãos sociais da empresa, o que então se verificou através do Conselho de Administração, que para esse fim auscultou também os Municípios nele não representados.-----

3. Eleição dos novos órgãos autárquicos -----

Com o ato eleitoral para as Autarquias Locais do passado dia 1 de Outubro foram eleitos os novos órgãos autárquicos dos seis Municípios acionistas, iniciando-se dessa forma um novo mandato autárquico para estas Autarquias, pelo que, tendo em conta as competências atribuídas

pela referida Lei 50/2012 aos órgãos municipais quanto à designação do Fiscal Único, se considera conveniente que a designação deste órgão no mandato autárquico anterior seja confirmada pelos referidos novos órgãos autárquicos.-----

4. Confirmação da designação do Fiscal Único da empresa pelos novos órgãos municipais -----

Tendo em conta as razões anteriormente expostas, a Assembleia Geral desta empresa, onde se encontram representados todos os Municípios acionistas, em reunião do passado dia sete de novembro do corrente ano, veio sugerir que as funções de Fiscal Único previstas na Lei 50/2012, no Código das Sociedades Comerciais e na demais legislação aplicável, continuassem a ser desempenhadas pela sociedade de revisores oficiais de contas identificada sob o número dois que, conforme aqui também se refere, se encontra a cumprir o mandato dos órgãos sociais da empresa eleitos para o quadriénio de 2017-2020.---

B - PROPOSTA -----

Tendo em conta o explanado anteriormente, e em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 26.º da referida Lei 50/2012, propõe-se:-----

a) A aprovação da continuação do exercício do cargo de Fiscal Único, na EHATB, EIM, SA, da sociedade de revisores oficiais de contas "Patrício, Moreira, Valente e Associados, SROC";-----

b) A remessa, caso seja aprovada pelo órgão executivo, da presente proposta à Assembleia Municipal, órgão com a competência legal para a aprovação daquela sociedade como fiscal único da empresa "EHATB-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA".---
Chaves, 7 de dezembro de 2017-----

O Presidente da Câmara,-----
(Nuno Vaz)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM SA - ANO 2018. PROPOSTA Nº 26/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Fundamentos-----

1. A "EHATB, EIM, S.A" foi criada por iniciativa de seis municípios da região do Alto Tâmega (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar) tendo como objetivo da sua constituição o reforço das receitas municipais e consequente diminuição da dependência do Orçamento de Estado, nomeadamente através do aproveitamento em seu benefício dos variados recursos endógenos existentes nos respetivos territórios, e ao mesmo tempo, o fomento do desenvolvimento regional e local; -----

2. A Lei 50/2012, de 31 de agosto, aprovou um novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando a Lei n.º 53-F/2005, de 29 de dezembro, que regulava anteriormente esta matéria, passando a "EHATB, EIM, S.A", de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 19.º, a ser qualificada como empresa local de natureza intermunicipal, sob a influência conjunta de vários municípios. Subsequente da qualificação jurídica da "EHATB, EIM, S.A", decorrente da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e do quadro jurídico nele consagrado para a atividade empresarial local, e tendo em conta que a natureza das atividades a desenvolver pela empresa, de acordo com o artigo 48.º,

a "EHATB, EIM, S.A" caracteriza-se como uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional.-----

3. Assim, a sociedade tem por objeto social as seguintes atividades: promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; promoção e gestão de imóveis de habitação social; produção de energia elétrica; promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares;-----

4. A gestão da "EHATB, EIM, S.A" articula-se com os objetivos prosseguidos pelas entidades públicas participantes (Municípios) no capital social e visa a promoção do desenvolvimento local e regional, procurando assegurar a viabilidade económica e o equilíbrio financeiro. A "EHATB, EIM, S.A", enquanto empresa local de promoção do desenvolvimento local e no escopo das atividades previstas no seu objeto social, tem por missão contribuir para o desenvolvimento económico-social da sua área territorial de atuação e promover o crescimento económico local e regional;-----

5. A atividade da "EHATB, EIM, S.A" de produção de energia elétrica, com origem nos recursos renováveis, apresenta normalmente resultados globais positivos, pelo que a existência de transferências financeiras por parte das entidades públicas participantes no capital social (municípios acionistas) se torna geralmente desnecessária, uma vez que as mesmas apenas serão obrigatórias no caso de: resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo (artigo 40º n.º2 da Lei 50/2012); desenvolvimento de políticas de preços das quais decorram receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais (artigo 50º n.º2 da Lei 50/2012); -----

6. Os excedentes apresentados pela sociedade foram alocados em reinvestimentos em projetos da mesma natureza dos que constituem a sua atividade de produção de energia elétrica, e atualmente, parte deles na sustentação de atividades menos rentáveis ligadas também à promoção do desenvolvimento local e regional;-----

7. Face à tipologia e natureza da empresa, em execução das referidas orientações estratégicas, as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com a empresa para o ano económico de 2017 (artigo 50º n.º1 da Lei 50/2012).-----

II - Proposta-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal:-----

a) Aprovar a minuta do Contrato-Programa a realizar entre o Município de Chaves e a EHATB, EIM, SA, conforme matriz em anexo à presente proposta, com base no parecer prévio emitido sobre a matéria, pelo Fiscal Único da EHATB, EIM, SA.-----

b) Caso a presente proposta seja aprovada pelo órgão executivo municipal, deverá o respetivo processo ser submetido à Assembleia Municipal com vista à sua aprovação no cumprimento do disposto no nº 5, do Artigo 47º, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto;-----

c) Se a proposta for sancionada pelos competentes órgãos municipais, que seja legitimado o Presidente da Câmara Municipal a proceder à outorga do referido contrato-programa;-----

d) Por fim, e dando cumprimento ao estipulado no n.º 7, do artigo 47.º, o referido Contrato-Programa depois de celebrado, deverá ser comunicado à Inspeção-Geral de Finanças, e em face do valor, ao Tribunal de Contas, no estrito cumprimento dos prazos previstos para o efeito.-----

Chaves, 11 de dezembro de 2017-----

O Presidente da Câmara,-----

(Nuno Vaz)-----

ANEXO: Minuta do Contrato-Programa.-----

MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA-----

Entre: MUNICÍPIO DE CHAVES, pessoa coletiva n.º 501 205 551, com sede na Praça de Camões, em CHAVES, neste contrato legalmente representado pelo seu Presidente, Nuno Vaz Ribeiro, com poderes para obrigar, adiante abreviadamente designada Primeiro Outorgante;-----

E -----

"EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA", com sede na Rua Nuno Alvares Pereira, da vila de Ribeira de Pena, titular do número único de matrícula e de pessoa coletiva 502 227 842, com o capital social de 900.000 euros, representada neste ato, pelos Senhores António Fernando Eirão Queiroga e Nuno Vaz Ribeiro, que outorgam na qualidade de Administradores da dita Sociedade, com poderes para a obrigar, adiante designada por "EHATB, EIM, S.A" ou Segundo Outorgante;-----

Considerando que:-----

1 - A EHATB, EIM, SA é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, constituída por iniciativa dos municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e por eles integralmente detida, regida pela Lei 50/2012 de 31 de agosto na sua redação atualizada, à qual cumpre, por delegação daqueles municípios, o fomento do desenvolvimento regional e local através do aproveitamento, em benefício dos respetivos territórios e populações, dos variados recursos endógenos neles existentes.

2 - A "EHATB, EIM, SA" reveste a natureza de uma empresa local intermunicipal, de acordo com o n.º 4, do artigo 19.º da Lei 50/2012, sob a influência conjunta daquelas entidades públicas participantes.

3 - Os referidos municípios são os únicos titulares do capital social da EHATB, EIM, SA por eles repartido de forma igualitária.-----

4 - O objeto da EHATB, EIM, SA, corporizado no artigo 2.º dos seus estatutos, consiste no desenvolvimento das seguintes atividades: promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; promoção e gestão de imóveis de habitação social; produção de energia elétrica; promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.-----

5 - A gestão da EHATB, EIM, SA, procurando assegurar a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro, articula-se com os objetivos prosseguidos pelos municípios acionistas, tendo em conta as orientações estratégicas por eles aprovadas e revistas oportunamente, e, no escopo das atividades previstas no seu objeto social, visa a promoção do desenvolvimento económico, a eliminação das assimetrias e

o reforço da coesão económico e social da sua área territorial de atuação.-----

6 - A atividade de produção de energia elétrica com origem nos recursos renováveis da região pela EHATB, EIM, SA apresenta normalmente resultados globais positivos, sendo parte deles alocados à sustentação das atividades menos rentáveis ligadas à promoção do desenvolvimento local e regional, mediante a celebração pelos Municípios acionistas dos correspondentes contratos-programa.-----

7 - A alocação desses excedentes dispensa a atribuição pelos municípios acionistas, com contrapartida das obrigações por ela assumidas, de subsídios à exploração, e a especificação dos respetivos montantes nos contratos-programa, obrigatória apenas nas situações previstas na Lei 50/2012 (Resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo e desenvolvimento de políticas de preços das quais decorram receitas operacionais inferiores aos custos anuais, art.ºs 40, n.º2, e 50º, n.º 2, respetivamente).-----

8 - As ações previstas no presente contrato-programa visam desenvolver a economia local e regional, melhorar a qualidade de vida dos munícipes e potenciar os fatores de atratividade do Município e do Alto Tâmega.

9 - A Assembleia Municipal de CHAVES na sua sessão de _____, e sob proposta da Câmara Municipal de CHAVES aprovou o presente contrato-programa, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º, ex vi do n.º 2 do artigo 50º da Lei 50/2012 de 31 de agosto.-----

10 - O Fiscal único da EHATB, EIM, S.A", emitiu, nos termos previstos na alínea c), do número 6 do artigo 25.º do citado diploma legal, parecer prévio sobre celebração do presente contrato-programa.-----
Celebaram, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa, que se regerá pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que as partes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:-----

CAPÍTULO I-----

DISPOSIÇÕES GERAIS-----

Artigo 1º-----

(Objeto)-----

1- O presente contrato-programa determina, concretiza e especifica, em conformidade com o artigo 50º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, os objetivos imediatos e mediatos da missão atribuída à EHATB, EIM, SA, no quadro do seu objeto social e no âmbito da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e da promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito inter-municipal.

2- Os artigos seguintes definem os termos jurídicos, financeiros e materiais que enquadrarão a atuação e o funcionamento da EHATB, EIM, SA no cumprimento do presente contrato-programa.-----

Artigo 2º-----

(Missão)-----

1- A EHATB, EIM, SA, tem por missão a execução das ações constantes do anexo ao presente contrato-programa, utilizando para tal critérios adequados de gestão e de execução técnica, promovendo a realização e a afetação, eficiente eficaz, dos recursos financeiros inerentes, de forma a habilitarem a alcançar a perfeição e a qualidade do serviço/produto pretendida, respeitando os prazos e controlando os custos, concorrendo dessa forma para a satisfação do interesse público subjacente a cada uma das ações.-----

2- Os objetivos setoriais a prosseguir pela EHATB, EIM, SA correspondem aos fixados no seu plano de atividades, a comunicar à Câmara Municipal

de CHAVES, nos termos do disposto no artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto.-----

3- O desenvolvimento dos objetivos setoriais, independentemente da especificidade que possa ser atribuída a cada intervenção, deve ter por referencial a sua importante contribuição para o desenvolvimento económico-social e a promoção do crescimento económico do território, representando cada um deles o compromisso com a promoção do desenvolvimento local e regional da área de atuação da empresa.-----

4- O Município de CHAVES monitorizará o cumprimento pela empresa da sua missão através dos indicadores de desempenho consignados no presente contrato-programa.-----

Artigo 3º-----
(Atos procedimentais)-----

1- A EHATB, EIM, SA para efeitos da execução do presente contrato-programa e para cumprimento do seu objeto social, praticará todos os atos jurídicos administrativos e materiais necessários ao cumprimento da missão que lhe é atribuída, ficando subordinada, sem prejuízo da sua autonomia técnica, jurídica e administrativa, às orientações estratégicas aprovadas pelos Municípios acionistas.-----

2- Nos poderes previstos no presente artigo estão compreendidos todos os demais atos que sejam preparatórios, complementares ou subsidiários das atividades inerentes aos objetivos setoriais previstos, e que se revelem necessários ou adequados à sua concretização.-----

3- A EHATB, EIM, SA adotará na execução dos objetivos setoriais previstos no presente contrato-programa os procedimentos que, no seu entendimento, se mostrarem legal e tecnicamente mais adequados.-----

Artigo 4º-----
(Obrigações e Responsabilidades)-----

1- Constituem obrigações genéricas da EHATB, EIM, SA no quadro da concretização dos objetivos setoriais a executar que lhe está atribuído:-----

a) Dar perfeito e tempestivo cumprimento ao seu plano de atividades, aplicando o seu conhecimento e a sua experiência acumulada e recorrendo a uma gestão adequada, de forma a identificar as soluções e aplicando os métodos e procedimentos que se mostrem técnica e legalmente mais adequados a alcançar os propósitos municipais inerentes aos empreendimentos atribuídos;-----

b) Estabelecer políticas de melhoria de forma a garantir níveis de satisfação e de qualidade crescentes, colocando em prática medidas e soluções destinadas a identificar constrangimentos e superar bloqueios suscetíveis de por em causa a qualidade, o custo e o prazo de execução de cada ação.-----

2- Constituem obrigações específicas da EHATB, EIM, SA, no quadro da concretização dos objetivos setoriais a executar:-----

a) Proceder à aquisição de bens ou serviços, incluindo a elaboração de projetos, locações de bens, empreitadas ou de quaisquer outras prestações tidas por indispensáveis para assegurar a perfeição da sua decisão;-----

b) Promover a abertura dos procedimentos de contratação, assumindo todos os atos necessários à conclusão desses procedimentos; -----

c) Executar atos de fiscalização e controlo no âmbito da execução física e financeira das ações;-----

d) Suportar, na prossecução dos objetivos comuns e setoriais, todos os encargos inerentes a todos os investimentos e demais custos associados à execução das ações;-----

e) Proceder à receção provisória e definitiva das obras ou dos serviços ou bens executados em cumprimento do contrato-programa;-----

f) Reportar ao Município a informação prevista no artigo seguinte.--

Artigo 5º-----
(Informações)-----

1- A EHATB, EIM, SA informará periodicamente o município de CHAVES da evolução na execução das diferentes ações, do resultado da sua atuação e, sempre que este último o solicite, prestará qualquer esclarecimento adicional relativamente à execução das ações previstas no presente contrato-programa.-----

2- Na prestação da informação está incluída, para além da que decorre da lei das sociedades comerciais, a remessa obrigatória dos documentos de gestão previstos no nº 1 do art.º 42º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.-----

CAPÍTULO II -----
PROMOÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS E GESTÃO URBANA -----

Artigo 6º-----
(Âmbito)-----

1- A EHATB, EIM, SA procederá, no quadro da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, à execução das ações previstas no anexo a este contrato-programa, integrando-se cada uma das ações de que a EHATB, EIM, SA venha a ser encarregada de executar num objetivo setorial da empresa, representando o seu compromisso com a promoção do desenvolvimento local e regional.-----

2- As ações indicadas no número anterior serão financiadas direta e autonomamente pela EHATB, EIM, SA, por recurso às receitas próprias, mais propriamente os previsíveis excedentes resultantes da produção de energia elétrica.-----

Artigo 7º-----
(Prerrogativas da empresa durante a execução)-----

1- Nas situações previstas na alínea a), do nº 2 do artigo 4º do presente contrato-programa, a EHATB, EIM, SA atuará como entidade contratante e dona da obra para todos os efeitos das disposições legais aplicáveis.-----

2- A transmissão referida no artigo seguinte não prejudica a legitimidade da EHATB, EIM, SA, para atuar posteriormente à construção, sempre que esteja em causa o cumprimento das obrigações de garantia prestadas pelos empreiteiros.-----

Artigo 8º-----
(Entrega da obra)-----

Concluída cada uma das obras inerentes às ações mencionadas no presente capítulo, a EHATB, EIM, SA, remeterá uma cópia do auto de receção provisória ao município de CHAVES, momento a partir do qual se considerará a obra entregue a este, ficando os ativos daí resultantes integrados de forma direta e imediata na esfera jurídica do município, que assumirá, também imediata e automaticamente, a respetiva gestão.-

CAPÍTULO III-----
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL NO ÂMBITO INTERMUNICIPAL-----

Artigo 9º-----
(Âmbito)-----

1- A EHATB, EIM, SA, procederá, no quadro da promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal, à execução das ações previstas no presente contrato-programa, integrando-se cada um dos empreendimentos de que a EHATB, EIM, SA, venha a ser encarregada de executar num objetivo setorial da empresa, representando o seu compromisso com a promoção do desenvolvimento local e regional.-----

2- As ações ou atividades indicadas no número anterior serão financiadas direta e autonomamente pela EHATB, EIM, SA, por recurso às receitas próprias, mais propriamente os previsíveis excedentes resultantes da produção de energia elétrica.-----

Artigo 10º-----

(Prerrogativas da empresa durante a execução)-----

1- Nas situações previstas na alínea a), do nº 2 do artigo 4º do presente contrato-programa a EHATB, EIM, SA, atuará como entidade contratante para todos os efeitos das disposições legais aplicáveis, incluindo qualquer atuação pós-execução sempre que esteja em causa o cumprimento das obrigações de garantia prestadas pelos fornecedores.

2- A EHATB, EIM, SA, concluída cada uma das ações identificadas no anexo ao presente contrato-programa, remeterá uma cópia do auto de receção ao município de CHAVES.-----

CAPÍTULO IV -----

OUTRAS DISPOSIÇÕES-----

Artigo 11º-----

(Quadro Económico-financeiro)-----

1- Prevê-se que a EHATB, EIM, SA, apresente no ano de 2018, período de vigência do presente contrato-programa, resultados anuais equilibrados, nos termos do art.º 40º da Lei 52/2012.-----

2- A atividade de produção de energia elétrica apresenta resultados globais normalmente positivos, gerando previsivelmente excedentes que serão utilizados na sustentação das atividades menos rentáveis a prosseguir pela empresa e previstas no artigo 1º.-----

3- Os montantes financeiros alocados às atividades referidas no número anterior serão distribuídos neste município pela promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, e pela promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito local e regional, tal como consta da informação anexa.-----

Artigo 12º -----

(Subsídios à exploração)-----

O quadro económico-financeiro definido na cláusula anterior dispensa a necessidade de o município atribuir à EHATB, EIM, SA, subsídios à exploração ou outras transferências financeiras ou participações públicas. -----

Artigo 13º-----

(Indicadores de Desempenho)-----

1- As ações referidas no artigo 2º, inscrevem-se nos objetivos setoriais a prosseguir pela empresa, pretendendo-se atingir com este contrato-programa que os valores previstos para a execução de cada uma, se contenham dentro de fortes níveis de racionalização de custos e de uma utilização eficaz e eficiente dos recursos disponíveis, a aferir através dos indicadores descritos nos artigos seguintes.-----

2- O contrato-programa será alvo de avaliação periódica trimestral, considerando a necessidade de dar conta da eficácia e eficiência na execução das ações previstas, no âmbito do "Relatório Trimestral da Execução Orçamental", previsto na alínea e), do nº1, do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, onde além de informação sobre a execução das ações por ele abrangidas, contenha ainda eventuais desvios económicos e financeiros, bem como a respetiva justificação.-----

Artigo 14º-----

(Indicadores de Eficácia)-----

1- A qualidade do serviço prestado pela EHATB, EIM, SA, será aferida através de três indicadores de eficácia previstos nos números seguintes.-----

2- A eficácia da EHATB, EIM, SA, ao nível da execução física das ações, será medida através dos indicadores seguintes:-----

a) **Prestação ineficaz:** assegurar o cumprimento das ações em percentagem inferior a 60%.-----

b) **Prestação eficaz:** assegurar o cumprimento das ações em percentagem entre 60% a 80%.-----

c) **Prestação muito eficaz:** assegurar o cumprimento das ações em percentagem superior a 80%.-----

3- A eficácia da EHATB, EIM, SA, ao nível do cumprimento dos prazos para a conclusão das ações que haja a realizar, será medida através dos indicadores seguintes:-----

a) **Prestação ineficaz:** conclusão de 70% das intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual.-----

b) **Prestação eficaz:** conclusão de 80% das intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual.-----

c) **Prestação muito eficaz:** conclusão de 90% das intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual.-----

4- A eficácia da EHATB, EIM, SA, ao nível do cumprimento dos prazos de pagamento das ações, será medida através dos indicadores seguintes:

a) **Prestação ineficaz:** pagamento de 70% das despesas com as intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual, por motivos atinentes à gestão da empresa.-----

b) **Prestação eficaz:** pagamento de 80% das despesas com as intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual, por motivos atinentes à gestão da empresa.-----

c) **Prestação muito eficaz:** pagamento de 90% das despesas com as intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual, por motivos atinentes à gestão da empresa.-----

Artigo 15º-----
(Indicadores de Eficiência)-----

1- A produtividade da EHATB, EIM, SA, será aferida através de dois indicadores de eficiência previstos nos números seguintes.-----

2- A eficiência da EHATB, EIM, SA, ao nível da proporção do desvio de custos real face ao estimado, será aferida através dos indicadores seguintes:-----

a) **Prestação ineficiente:** obter uma taxa (média) de acréscimos de custos, em valor superior a 5% dos valores orçamentais;-----

b) **Prestação eficiente:** garantir uma taxa (média) de acréscimos de custos, em valor compreendido entre 2% e a 5% dos valores orçamentais;

c) **Prestação muito eficiente:** garantir uma taxa (média) de acréscimos de custos, em valor inferior a 2% dos valores orçamentais.

3- A eficiência da EHATB, EIM, SA, em nível da regularidade do processo administrativo pré-contratual, será aferida através dos indicadores seguintes: -----

a) **Prestação ineficiente:** obter uma taxa (média) de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimento de contratação pública superior a 5% do total dos procedimentos contratuais promovidos;-----

b) **Prestação eficiente:** obter uma taxa (média) de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimento de contratação pública em valor compreendido entre 2% e 5% do total dos procedimentos contratuais promovidos;-----

c) **Prestação muito eficiente:** garantir uma taxa (média) de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimento de contratação pública em valor inferior a 2%, do total dos procedimentos contratuais promovidos.-----

Artigo 16º-----

(Supressão ou adicionamento de ações e redistribuição ou reclassificação das respectivas verbas)-----

1- O adicionamento de novos projetos e/ou ações, bem como a sua supressão, previstos no anexo ao presente contrato-programa, ficam necessariamente sujeitos a aprovação prévia por parte da Câmara Municipal de Chaves, desde que não seja excedido o montante global previsto no contrato-programa.-----

2- A EHATB, EIM, SA, fica desde já autorizada a proceder à redistribuição e reclassificação, entre as ações previstas no anexo ao presente contrato-programa, ou em cada uma delas, das verbas que venham a estar orçamentadas para a sua execução, desde que para a prossecução dos objetivos programáticos do referido contrato-programa não seja excedido o montante global nele previsto.-----

Artigo 17º-----

(Alterações ao Contrato-programa)-----

1- As partes outorgantes obrigam-se, mutuamente, a respeitar os deveres de boa cooperação entre si, bem como com outras instituições e organismos envolvidos na concretização do presente contrato-programa, no sentido de garantir a boa realização do objeto do presente Contrato-Programa.-----

2- Qualquer alteração, aditamento ou disposição acessória ao presente Contrato-Programa deverá constar de documento escrito e assinado por todas as partes, que consubstanciará, de igual modo, eventuais anexos ao mesmo.-----

Artigo 18º-----

(Incumprimento do contrato-programa)-----

O incumprimento do presente Contrato-Programa é motivo bastante para a sua resolução pela parte não faltosa.-----

Artigo 19º-----

(Resolução de Conflitos)-----

Para dirimir qualquer litígio emergente da interpretação e execução do presente Contrato-Programa as partes designam como competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

Artigo 20º-----

(Vigência)-----

O presente contrato-programa vigorará entre a data de assinatura e 31 de dezembro de 2018.O presente Contrato-Programa, em quatorze páginas, é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes, e vai ser rubricado em todas as páginas à exceção da última que é assinada.-----

Ribeira de Pena, de dezembro de 2017-----

PRIMEIRO OUTORGANTE (Presidente do Município de CHAVES)-----

Nuno Vaz Ribeiro-----

SEGUNDO OUTORGANTE (Conselho de Administração da Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA)-----

Fernando Eirão Queiroga-----

Nuno Vaz Ribeiro-----

ANEXO-----

1. No presente anexo apresentam-se as atividades, ligadas ao desenvolvimento local e regional a desenvolver pela EHATB, EIM, SA, no concelho de CHAVES, ao abrigo do presente contrato-programa, de "Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana" e de "Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal", mediante a execução dos projetos e ações

previstas nos quadros de cada uma daquelas atividades a seguir mencionadas.-----

2. No quadro que se segue apresentam-se os custos estimados, associados ao desenvolvimento de cada uma das atividades acima mencionadas.-----

CONTRATO PROGRAMA CONCELHO DE CHAVES	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL	PROMOÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS E GESTÃO URBANA	TOTAL
2018	285 000,00 €	315 000,00 €	600 000,00 €

3. No quadro seguinte apresentam-se os projetos e as ações a desenvolver no âmbito de cada uma das atividades constantes do quadro anterior.-----

ATIVIDADE	PROJETOS	AÇÕES	OBJETO E MISSÃO
Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana	Segurança rodoviária municipal	Marcação/sinalização horizontal de estradas municipais	Conservação e requalificação dos espaços públicos urbanos de forma a criar condições condignas a residentes e a visitantes, potenciando os fatores de atratividade que permitam o desenvolvimento do concelho
	Limpeza de espaços públicos urbanos	Limpeza e higienização de ruas na zona histórica de Chaves	
	Requalificação paisagística e ambiental de espaços ajardinados urbanos	Requalificação paisagística e ambiental de espaços ajardinados urbanos	

ATIVIDADE	PROJETOS	AÇÕES	OBJETO E MISSÃO
Promoção do desenvolvimento urbano e rural	Promoção de eventos de divulgação de produtos e serviços regionais	1. "Sabores de Chaves - Feira do Fumeiro" 2. "Chaves Romana - Festa dos Povos de Aquaе Flaviae" 3. "Estudos e projetos em matéria de desenvolvimento local"	Potenciação e respetiva promoção do Mundo Rural e da sua envolvência, por recurso à preservação, valorização e divulgação dos seus produtos e serviços, dos valores da sua gastronomia, dos seus costumes e tradições, e da sedução da natureza, com as suas paisagens e montanhas espalhadas pelo território permitindo a prática de atividade física ao ar livre, criando deste modo fatores proporcionadores de atratividade, visando-se, em última linha, a intensificação de fluxos de visitantes ao concelho e região, a promoção dos produtos e serviços oferecidos, a animação da economia local e a melhoria dos respetivos índices económico-sociais de desenvolvimento.

 Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo, sobre a matéria, em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----

1- Esta proposta merece, da sua parte, um reparo correlacionado com a delegação genérica de competências, consagrada no contrato programa, a favor da empresa "EHATB", no que concerne à marcação de vias municipais. -----

2 - A delegação destas competências deveria ser melhor objetivada, no próprio contrato, sendo, para o efeito, identificadas as respetivas Marcações/sinalizações horizontais de estradas municipais, a Limpeza e higienização de ruas na zona histórica de Chaves e a Requalificação paisagística e ambiental de espaços ajardinados urbanos. -----

 Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A questão, ora, suscitada, pelo Vereador interveniente, não é relevante, em vista a determinar qualquer correção, sobre a matéria, ao clausulado do contrato programa. -----

2 - De facto, se a empresa "EHATB" pretender executar, ao abrigo do contrato, os trabalhos descritos, pelo Sr, Vereador, em todo o Concelho de Chaves, não se vislumbra qualquer inconveniente, na execução de tal estratégia de atuação, desde que sejam mantidos os pressupostos financeiros estabelecidos no contrato programa. -----

3 - O que importa realçar, com esta iniciativa, é garantir uma limpeza da zona urbana da cidade e, bem assim, da regular marcação das ruas da cidade e do Concelho, no sentido de ser assegurada a segurança rodoviária. -----

4 - Dever-se-á sublinhar que esta prática era seguida no modelo contratual desenvolvido, em anos anteriores, nomeadamente, no que diz respeito à organização de feiras. -----

 De seguida, usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, a título adicional, os seguintes comentários: -----

1 - O contrato programa tem de ser objetivo, não podendo delegar, na empresa, uma competência genérica, em matéria de marcação de ruas, requalificação de espaços verdes e limpeza urbana. -----

2 - Não sendo tais ações objetivadas no contrato programa, então, a autarquia está a transferir todas as intervenções a realizar, nesta área, para a empresa "EHATB". -----

3 - Daí a sua posição de abstenção relativamente ao assunto em apreciação. -----

 Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - O contrato programa, em apreciação, foi elaborado com o mesmo enquadramento que veio a ser preconizado, em anos anteriores, muito estranhando que tais comentários, agora, proferidos, pelo Vereador do Partido Social Democrata, não tenham sido apresentados, no Âmbito da apreciação dos anteriores títulos contratuais. -----

2 - Por outro lado, se a empresa quiser desenvolver todas estas ações, em todo o território municipal, tal estratégia de atuação será bem-vinda desde que a mesma seja feita de acordo com envelope financeiro pré-estabelecido. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas e Dra. Maria Manuela Pereira Tender, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.4. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BOTICAS, CHAVES, MONTALEGRE, RIBEIRA DE PENA, VALPAÇOS E VILA POUCA DE AGUIAR E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM SA - ANO 2018. PROPOSTA Nº. 27/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Fundamentos -----

1. A "EHATB, EIM, S.A" foi criada por iniciativa de seis municípios da região do Alto Tâmega (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar) tendo como objetivo da sua constituição o reforço das receitas municipais e consequente diminuição da dependência do Orçamento de Estado, nomeadamente através do aproveitamento em seu benefício dos variados recursos endógenos existentes nos respetivos territórios, e ao mesmo tempo, o fomento do desenvolvimento regional e local; -----

2. A Lei 50/2012, de 31 de agosto, aprovou um novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando a Lei nº 53-F/2005, de 29 de dezembro, que regulava anteriormente esta matéria, passando a "EHATB, EIM, S.A", de acordo com o disposto no nº 4 do artigo 19º, a ser qualificada como empresa local de natureza intermunicipal, sob a influência conjunta de vários municípios. Subsequente da qualificação jurídica da "EHATB, EIM, S.A", decorrente da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e do quadro jurídico nele consagrado para a atividade empresarial local, e tendo em conta que a natureza das atividades a desenvolver pela empresa, de acordo com o artigo 48º, a "EHATB, EIM, S.A" caracteriza-se como uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional. -----

3. Assim, a sociedade tem por objeto social as seguintes atividades: promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; promoção e gestão de imóveis de habitação social; produção de energia elétrica; promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares; -----

4. A gestão da "EHATB, EIM, S.A" articula-se com os objetivos prosseguidos pelas entidades públicas participantes (Municípios) no capital social e visa a promoção do desenvolvimento local e regional, procurando assegurar a viabilidade económica e o equilíbrio financeiro. A "EHATB, EIM, S.A", enquanto empresa local de promoção do desenvolvimento local e no escopo das atividades previstas no seu objeto social, tem por missão contribuir para o desenvolvimento económico-social da sua área territorial de atuação e promover o crescimento económico local e regional; -----

5. A atividade da "EHATB, EIM, S.A" de produção de energia elétrica, com origem nos recursos renováveis, apresenta normalmente resultados

globais positivos, pelo que a existência de transferências financeiras por parte das entidades públicas participantes no capital social (municípios acionistas) se torna geralmente desnecessária, uma vez que as mesmas apenas serão obrigatórias no caso de: resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo (artigo 40º n.º2 da Lei 50/2012); desenvolvimento de políticas de preços das quais decorram receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais (artigo 50º n.º2 da Lei 50/2012); -----

6. Os excedentes apresentados pela sociedade foram alocados em reinvestimentos em projetos da mesma natureza dos que constituem a sua atividade de produção de energia elétrica, e atualmente, parte deles na sustentação de atividades menos rentáveis ligadas também à promoção do desenvolvimento local e regional; -----

7. Face à tipologia e natureza da empresa, em execução das referidas orientações estratégicas, as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com a empresa para o ano económico de 2017 (artigo 50º n.º1 da Lei 50/2012). -----

II - Proposta -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal: -----

a) Aprovar a minuta do Contrato-Programa a realizar entre os Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Ribeira de Pena e a EHATB, EIM, SA, conforme matriz em anexo à presente proposta, com base no parecer prévio emitido sobre a matéria, pelo Fiscal Único da EHATB, EIM, SA. -----

b) Caso a presente proposta seja aprovada pelo órgão executivo municipal, deverá o respetivo processo ser submetido à Assembleia Municipal com vista à sua aprovação no cumprimento do disposto no nº 5, do Artigo 47º, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto; -----

c) Se a proposta for sancionada pelos competentes órgãos municipais, que seja legitimado o Presidente da Câmara Municipal a proceder à outorga do referido contrato-programa; -----

d) Por fim, e dando cumprimento ao estipulado no nº 7, do artigo 47º, o referido Contrato-Programa depois de celebrado, deverá ser comunicado à Inspeção-Geral de Finanças, e em face do valor, ao Tribunal de Contas, no estrito cumprimento dos prazos previstos para o efeito. -----

Chaves, 11 de dezembro de 2017 -----

O Presidente da Câmara, -----

(Nuno Vaz) -----

ANEXO: Minuta do Contrato-Programa. -----

MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA -----

Entre: MUNICÍPIOS DE BOTICAS, CHAVES, MONTALEGRE, RIBEIRA DE PENHA, VALPAÇOS E VILA POUCA DE AGUIAR, pessoas coletivas, respetivamente, n.º 506 886 964, 501 205 551, 506 149 811, 506 818 098, 506 874 320 e 506 810 267, neste contrato legalmente representados pelos seus Presidentes, respetivamente, Fernando Eirão Queiroga, Nuno Vaz Ribeiro, Manuel Orlando Fernandes Alves, João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho, Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida e António Alberto Pires Aguiar Machado, com poderes para obrigar, adiante abreviadamente designados "Municípios" ou Primeiros Outorgantes; -----

E -----

"EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA", com sede na Rua Nuno Alvares Pereira, da vila de Ribeira de Pena, titular do número único de matrícula e de pessoa coletiva 502 227 842,

com o capital social de 900.000 euros, representada neste ato, pelos Senhores António Fernando Eirão Queiroga e Nuno Vaz Ribeiro, que outorgam na qualidade de Administradores da dita Sociedade, com poderes para a obrigar, adiante designada por "EHATB, EIM, S.A" ou Segundo Outorgante; -----

Considerando que: -----

1. A EHATB, EIM, SA, é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, constituída por iniciativa dos municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e por eles integralmente detida, regida pela Lei 50/2012 de 31 de agosto na sua redação atualizada, à qual cumpre, por delegação daqueles municípios, o fomento do desenvolvimento regional e local através do aproveitamento, em benefício dos respetivos territórios e populações, dos variados recursos endógenos neles existentes. -----

2. A "EHATB, EIM, SA" reveste a natureza de uma empresa local intermunicipal, de acordo com o nº 4, do artigo 19º da Lei 50/2012, sob a influência conjunta daquelas entidades públicas participantes.

3. Os referidos municípios são os únicos titulares do capital social da EHATB, EIM, SA, por eles repartido de forma igualitária. -----

4. O objeto da EHATB, EIM, SA, corporizado no artigo 2º dos seus estatutos, consiste no desenvolvimento das seguintes actividades: promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; promoção e gestão de imóveis de habitação social; produção de energia elétrica; promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares. -----

5. A gestão da EHATB, EIM, SA, procurando assegurar a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro, articula-se com os objetivos prosseguidos pelos municípios acionistas, tendo em conta as orientações estratégicas por eles aprovadas e revistas oportunamente, e, no escopo das atividades previstas no seu objeto social, visa a promoção do desenvolvimento económico, a eliminação das assimetrias e o reforço da coesão económico e social da sua área territorial de atuação. -----

6. A atividade de produção de energia elétrica com origem nos recursos renováveis da região pela EHATB, EIM, SA, apresenta normalmente resultados globais positivos, sendo parte deles alocados à sustentação das atividades menos rentáveis ligadas à promoção do desenvolvimento local e regional, mediante a celebração pelos Municípios acionistas dos correspondentes contratos-programa. -----

7. A alocação desses excedentes dispensa a atribuição pelos municípios acionistas, com contrapartida das obrigações por ela assumidas, de subsídios à exploração, e a especificação dos respetivos montantes nos contratos-programa, obrigatória apenas nas situações previstas na Lei 50/2012 (Resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo e desenvolvimento de políticas de preços das quais decorram receitas operacionais inferiores aos custos anuais, art.ºs 40, nº2, e 50º, nº 2, respetivamente). -----

8. A existência de ações, de âmbito intermunicipal, de promoção do desenvolvimento local e regional da área territorial de atuação da

"EHATB, EIM, SA" interessando a sua execução a vários dos Municípios acionistas, inseridas num objetivo que lhes é transversal e comum de dinamização do desenvolvimento económico-social do Alto Tâmega, como sejam, a organização e participação em feiras, workshops, congressos, seminários ou outros certames análogos, nacionais ou internacionais, de campanhas de promoção e divulgação dos fatores de atratividade da região, dos seus serviços e produtos regionais, ou de outras ações relevantes para aquele desenvolvimento, e a que cumpre dar concretização. -----

9. As ações previstas no presente contrato-programa visam desenvolver a economia local e regional, melhorar a qualidade de vida dos munícipes e potenciar os fatores de atratividade dos Municípios e do Alto Tâmega.

10. As Assembleias Municipais dos "Municípios" nas suas sessões de _____, e sob proposta das respetivas Câmaras Municipais aprovaram o presente contrato-programa, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 47º, ex vi do nº 2 do artigo 50º da Lei 50/2012 de 31 de agosto. ----

11. O Fiscal único da EHATB, EIM, S.A", emitiu, nos termos previstos na alínea c), do número 6 do artigo 25.º do citado diploma legal, parecer prévio sobre celebração do presente contrato-programa. -----

Celebram, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa, que se regerá pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que as partes livremente estipulam e reciprocamente aceitam: -----

CAPÍTULO I -----

DISPOSIÇÕES GERAIS -----

Artigo 1º -----

(Objeto) -----

1- O presente contrato-programa determina, concretiza e especifica, em conformidade com o artigo 50º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, os objetivos imediatos e mediatos da missão atribuída à EHATB, EIM, SA, no quadro do seu objecto social e no âmbito da promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito inter-municipal. -----

2- Os artigos seguintes definem os termos jurídicos, financeiros e materiais que enquadrarão a atuação e o funcionamento da EHATB, EIM, SA, no cumprimento do presente contrato-programa. -----

Artigo 2º -----

(Missão) -----

1- A EHATB, EIM, SA, tem por missão a execução das ações constantes do anexo ao presente contrato-programa, utilizando para tal critérios adequados de gestão e de execução técnica, promovendo a realização e a afetação, eficiente e eficaz, dos recursos financeiros inerentes, de forma a habilitarem a alcançar a perfeição e a qualidade do serviço/produto pretendida, respeitando os prazos e controlando os custos, concorrendo dessa forma para a satisfação do interesse público subjacente a cada uma das ações. -----

2- Os objetivos setoriais a prosseguir pela EHATB, EIM, SA, correspondem aos fixados no seu plano de atividades, a comunicar às Câmaras Municipais dos "Municípios", nos termos do disposto no artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto. -----

3- O desenvolvimento dos objetivos setoriais, independentemente da especificidade que possa ser atribuída a cada intervenção, deve ter por referencial a sua importante contribuição para o desenvolvimento económico-social e a promoção do crescimento económico do território, representando cada um deles o compromisso com a promoção do desenvolvimento local e regional da área de atuação da empresa. -----

4- Os "Municípios" monitorizarão o cumprimento pela empresa da sua missão através dos indicadores de desempenho consignados no presente contrato-programa. -----

Artigo 3º -----

(Atos procedimentais) -----

1- A EHATB, EIM, SA, para efeitos da execução do presente contrato-programa e para cumprimento do seu objeto social, praticará todos os atos jurídicos administrativos e materiais necessários ao cumprimento da missão que lhe é atribuída, ficando subordinada, sem prejuízo da sua autonomia técnica, jurídica e administrativa, às orientações estratégicas aprovadas pelos "Municípios" -----

2- Nos poderes previstos no presente artigo estão compreendidos todos os demais atos que sejam preparatórios, complementares ou subsidiários das ações inerentes aos objetivos setoriais previstos, e que se revelem necessários ou adequados à sua concretização. -----

3- A EHATB, EIM, SA, adotará na execução dos objetivos sectoriais previstos no presente contrato-programa os procedimentos que, no seu entendimento, se mostrarem legal e tecnicamente mais adequados. -----

Artigo 4º -----

(Obrigações e Responsabilidades) -----

1- Constituem obrigações genéricas da EHATB, EIM, SA, no quadro da concretização dos objetivos setoriais a executar que lhe está atribuído: -----

a) Dar cumprimento ao seu plano de atividades, aplicando o seu conhecimento e a sua experiência acumulada e recorrendo a uma gestão adequada, de forma a identificar as soluções e aplicando os métodos e procedimentos que se mostrem técnica e legalmente mais adequados a alcançar os propósitos municipais inerentes às ações a executar; ---

b) Estabelecer políticas de melhoria de forma a garantir níveis de satisfação e de qualidade crescentes, colocando em prática medidas e soluções destinadas a identificar constrangimentos e superar bloqueios suscetíveis de por em causa a qualidade, o custo e o prazo de execução de cada ação. -----

2- Constituem obrigações específicas da EHATB, EIM, SA, no quadro da concretização dos objetivos sectoriais a executar: -----

a) Proceder à locação, aquisição de bens ou serviços ou de quaisquer outras prestações tidas por indispensáveis para assegurar a perfeição da sua decisão; -----

b) Promover a abertura dos procedimentos de contratação, assumindo todos os atos necessários à conclusão desses procedimentos; -----

c) Executar atos de fiscalização e controlo no âmbito da execução física e financeira das ações; -----

d) Suportar, na prossecução dos objetivos comuns e setoriais, todos os encargos inerentes a todos os investimentos e demais custos associados à execução das ações; -----

e) Proceder à receção dos fornecimentos, locação ou prestações de serviços executadas em cumprimento do contrato-programa; -----

f) Reportar aos Municípios a informação prevista no artigo seguinte.-

Artigo 5º -----

(Informações) -----

1- A EHATB, EIM, SA, informará periodicamente os "Municípios" da evolução na execução das diferentes ações, do resultado da sua atuação e, sempre que estes últimos o solicitarem, prestará qualquer esclarecimento adicional relativamente à execução das ações previstas no presente contrato-programa. -----

2- Na prestação da informação está incluída, para além da que decorre da lei das sociedades comerciais, a remessa obrigatória dos documentos de gestão previstos no n.º 1 do art.º 42º da Lei 50/2012, de 31 de agosto. -----

CAPÍTULO II -----

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL NO ÂMBITO INTERMUNICIPAL -----

Artigo 6º -----

(Âmbito) -----

1- A EHATB, EIM, SA, procederá, no quadro da promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal, à execução das ações previstas no presente contrato-programa, integradas num objetivo setorial da empresa, representando o seu compromisso com a promoção do desenvolvimento local e regional. -----

2- As ações indicadas no número anterior serão financiadas direta e autonomamente pela EHATB, EIM, SA, por recurso às receitas próprias, mais propriamente os previsíveis excedentes resultantes da produção de energia elétrica. -----

Artigo 7º -----

(Prerrogativas da empresa durante a execução) -----

1- Nas situações previstas na alínea a), do n.º 2 do artigo 4º do presente contrato-programa a EHATB, EIM, SA, atuará como entidade contratante para todos os efeitos das disposições legais aplicáveis, incluindo qualquer atuação pós-execução sempre que esteja em causa o cumprimento das obrigações de garantia prestadas pelos fornecedores.-

2- A EHATB, EIM, SA, concluída cada uma das ações identificadas no anexo ao presente contrato-programa, remeterá um relatório final aos "Municípios". -----

CAPÍTULO IV -----

OUTRAS DISPOSIÇÕES -----

Artigo 8º -----

(Quadro Económico-financeiro) -----

1- Prevê-se que a EHATB, EIM, SA, apresente no ano de 2017, período de vigência do presente contrato-programa, resultados anuais equilibrados, nos termos do art.º 40º da Lei 52/2012. -----

2- A atividade de produção de energia elétrica apresenta resultados globais normalmente positivos, gerando previsivelmente excedentes que serão utilizados na sustentação das atividades menos rentáveis a prosseguir pela empresa e previstas no artigo 1º. -----

3- Os montantes financeiros alocados às atividades referidas no número anterior serão afetos à promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito local e regional, tal como consta do anexo. -----

Artigo 9º -----

(Subsídios à exploração) -----

O quadro económico-financeiro definido na cláusula anterior dispensa a necessidade de os "Municípios" atribuírem à EHATB, EIM, SA, subsídios à exploração ou outras transferências financeiras ou participações públicas. -----

Artigo 10º -----

(Indicadores de Desempenho) -----

1- As ações referidas no artigo 2º, inscrevem-se nos objetivos setoriais a prosseguir pela empresa, pretendendo-se atingir com este contrato-programa que os valores previstos para a execução de cada uma, se contenham dentro de fortes níveis de racionalização de custos e de uma utilização eficaz e eficiente dos recursos disponíveis, a aferir através dos indicadores descritos nos artigos seguintes. -----

2- O contrato-programa será alvo de avaliação periódica trimestral, considerando a necessidade de dar conta da eficácia e eficiência na

execução das ações previstas, no âmbito do "Relatório Trimestral da Execução Orçamental", previsto na alínea e), do nº1, do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, tendo em conta a sua calendarização, onde além de informação sobre a execução das ações por ele abrangidas, contenha ainda eventuais desvios económicos e financeiros, bem como a respetiva justificação. -----

Artigo 11º -----

(Indicadores de Eficácia) -----

1- A qualidade do serviço prestado pela EHATB, EIM, SA, será aferida através de três indicadores de eficácia previstos nos números seguintes. -----

2- A eficácia da EHATB, EIM, SA, ao nível da execução física das ações, será medida através dos indicadores seguintes: -----

a) **Prestação ineficaz:** assegurar o cumprimento das ações em percentagem inferior a 60%. -----

b) **Prestação eficaz:** assegurar o cumprimento das ações em percentagem entre 60% a 80%. -----

c) **Prestação muito eficaz:** assegurar o cumprimento das ações em percentagem superior a 80%. -----

3- A eficácia da EHATB, EIM, SA, ao nível do cumprimento dos prazos para a conclusão das ações que haja a realizar, será medida através dos indicadores seguintes: -----

a) **Prestação ineficaz:** conclusão de 70% das intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual. -----

b) **Prestação eficaz:** conclusão de 80% das intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual. -----

c) **Prestação muito eficaz:** conclusão de 90% das intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual. -----

4- A eficácia da EHATB, EIM, SA, ao nível do cumprimento dos prazos de pagamento das ações, será medida através dos indicadores seguintes: -----

a) **Prestação ineficaz:** pagamento de 70% das despesas com as intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual, por motivos atinentes à gestão da empresa. -----

b) **Prestação eficaz:** pagamento de 80% das despesas com as intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual, por motivos atinentes à gestão da empresa. -----

c) **Prestação muito eficaz:** pagamento de 90% das despesas com as intervenções inerentes a cada ação, dentro do prazo contratual, por motivos atinentes à gestão da empresa. -----

Artigo 12º -----

(Indicadores de Eficiência) -----

1- A produtividade da EHATB, EIM, SA, será aferida através de dois indicadores de eficiência previstos nos números seguintes. -----

2- A eficiência da EHATB, EIM, SA, ao nível da proporção do desvio de custos real face ao estimado, será aferida através dos indicadores seguintes: -----

a) **Prestação ineficiente:** obter uma taxa (média) de acréscimos de custos, em valor superior a 5% dos valores orçamentais; -----

b) **Prestação eficiente:** garantir uma taxa (média) de acréscimos de custos, em valor compreendido entre 2% e a 5% dos valores orçamentais; -----

c) **Prestação muito eficiente:** garantir uma taxa (média) de acréscimos de custos, em valor inferior a 2% dos valores orçamentais. -----

3- A eficiência da EHATB, EIM, SA, em nível da regularidade do processo administrativo pré-contratual, será aferida através dos indicadores seguintes: -----

a) **Prestação ineficiente:** obter uma taxa (média) de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimento de

contratação pública superior a **5%** do total dos procedimentos contratuais promovidos; -----

b) **Prestação eficiente:** obter uma taxa (média) de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimento de contratação pública em valor compreendido entre **2%** e **5%** do total dos procedimentos contratuais promovidos; -----

c) **Prestação muito eficiente:** garantir uma taxa (média) de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimento de contratação pública em valor inferior a **2%**, do total dos procedimentos contratuais promovidos. -----

Artigo 13º -----
(Supressão ou adicionamento de ações e redistribuição ou reclassificação das respetivas verbas) -----

1- O adicionamento de novos projetos e/ou ações, bem como a sua supressão, previstos no anexo ao presente contrato-programa, ficam necessariamente sujeitos a aprovação prévia por parte das Câmaras Municipais dos municípios acionistas, desde que não seja excedido o montante global previsto no contrato-programa. -----

2- A EHATB, EIM, SA, fica desde já autorizada a proceder à redistribuição e reclassificação, entre as ações previstas no anexo ao presente contrato-programa, ou em cada uma delas, das verbas que venham a estar orçamentadas para a sua execução, desde que para a prossecução dos objetivos programáticos do referido contrato-programa não seja excedido o montante global nele previsto. -----

Artigo 14º -----
(Alterações ao Contrato-programa) -----

1- As partes outorgantes obrigam-se, mutuamente, a respeitar os deveres de boa cooperação entre si, bem como com outras instituições e organismos envolvidos na concretização do presente contrato-programa, no sentido de garantir a boa realização do objeto do presente Contrato-Programa. -----

2- Qualquer alteração, aditamento ou disposição acessória ao presente Contrato-Programa deverá constar de documento escrito e assinado por todas as partes, que consubstanciará, de igual modo, eventuais anexos ao mesmo. -----

Artigo 15º -----
(Incumprimento do contrato-programa) -----

O incumprimento do presente Contrato-Programa é motivo bastante para a sua resolução pela parte não faltosa. -----

Artigo 16º -----
(Resolução de Conflitos) -----

Para dirimir qualquer litígio emergente da interpretação e execução do presente Contrato-Programa as partes designam como competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Artigo 17º -----
(Vigência) -----

O presente contrato-programa vigorará entre a data de assinatura e 31 de dezembro de 2018. -----

O presente Contrato-Programa, em quatorze páginas, é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes, e vai ser rubricado em todas as páginas à exceção da última que é assinada. -----

Ribeira de Pena, ____ de _____ de 2017. -----

PRIMEIROS OUTORGANTES -----

Município de BOTICAS -----

Município de CHAVES -----

Município de MONTALEGRE -----
 Município de RIBEIRA DE PENA -----
 Município de VALPAÇOS -----
 Município de VILA POUCA DE AGUIAR -----
 SEGUNDO OUTORGANTE -----
 EHATB, EIM, SA -----
 Administradores -----
 Fernando Eirão Queiroga -----
 Nuno Vaz Ribeiro -----
 ANEXO -----

1. No presente anexo apresentam-se as ações ligadas ao desenvolvimento local e regional a desenvolver pela EHATB, EIM, SA, ao abrigo do presente contrato-programa, de "Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal", celebrado com esta empresa pelos Municípios acionistas de BOTICAS, CHAVES, MONTALEGRE, RIBEIRA DE PENA, VALPAÇOS E VILA POUCA DE AGUIAR, mediante a execução dos projetos e ações previstas nos quadros daquela atividade a seguir mencionadas.
 2. No quadro que se segue apresentam-se os custos estimados, associados ao desenvolvimento de cada uma das ações mencionadas.

CONTRATO PROGRAMA MUNICÍPIOS DE BOTICAS, CHAVES, MONTALEGRE, RIBEIRA DE PENA, VALPAÇOS E VILA POUCA DE AGUIAR	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL NO ÂMBITO INTERMUNICIPAL	TOTAL
2018	230 000 €	230 000 €

3. No quadro seguinte apresentam-se os projetos e as ações a desenvolver no âmbito da atividade constante do quadro anterior.

ATIVIDADE	PROJETOS	AÇÕES	OBJETO E MISSÃO
Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal	Valorização/Capacitação do território - Planos, estudos e projetos	Estudos e Projetos para os concelhos do Alto Tâmega	Potenciação e promoção do Alto Tâmega e da sua envolvente, tendo em vista: - o Enquadramento estratégico da missão da empresa em instrumentos de planeamento; - Valorização e divulgação dos produtos e dos valores da gastronomia, dos costumes e tradições, da sedução da natureza, com as paisagens e montanhas desta região, permitindo a prática de atividade física ao ar livre; - Aumento da competitividade; - Criação de fatores proporcionadores de atratividade, visando-se a intensificação de fluxos de visitantes ao concelho e região; - Animação da economia local e melhoria dos respetivos índices económico-sociais de desenvolvimento; - Promoção internacional do Alto
	Organização de seminários, congressos e <i>workshops</i>	"Portugal 2020"	
	Participação em feiras, seminários, congressos e <i>workshops</i>	1. BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa 2. Feira dos Produtos Portugueses de Nanterre 3. CEMR - Conselho Europeu de Municípios e Regiões	

	Campanhas de divulgação do Alto Tâmega	1. Difusão do Alto Tâmega na comunicação social 2. Divulgação e Promoção do Território	Tâmega como âncora do turismo.
--	--	---	--------------------------------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. ALARGAMENTO, EXCECIONAL, DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS PERTENCENTES AO 2º E 3º GRUPO DO REGULAMENTO MUNICIPAL EM VIGOR PROPOSTA Nº 28/GAP/2017. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

Considerando que o Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vigor no Concelho de Chaves, foi publicado na II - Série do Diário da República n.º 206, de 21 de novembro de 2015; -----

Considerando que os estabelecimentos pertencentes ao segundo grupo, podem funcionar entre as 6 horas e as 2 horas do dia imediato, durante todos os dias da semana, exceto aos sábados ou dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos, em que é permitido o funcionamento até às 4 horas do dia imediato, conforme previsto no n.º 3, do art. 3º, do aludido Regulamento Municipal. -----

Considerando que os estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo e que se enquadrem no art. 4º do Regulamento Municipal, em causa, podem funcionar até às 02 horas durante todos os dias da semana, à luz do regime excecional e transitório, em vigor.⁸ -----

Considerando que, no que concerne aos Estabelecimentos Comerciais pertencentes ao 3º grupo, do referido instrumento regulamentar, os mesmos podem funcionar com o seguinte horário: -----

a) Das 18 horas até às 4 horas, de segunda -feira a sexta -feira; ---

b) Das 15 horas até às 6 horas, aos Sábados; -----

c) Das 15 horas até às 4 horas, aos Domingos; -----

d) Das 18 horas até às 6 horas, nos dias imediatamente anteriores a feriados ou dias Santos. -----

Considerando que nos encontramos em plena época Natalícia, período, este, que traz inúmeras pessoas à cidade de Chaves, em vista à realização de encontros familiares, nomeadamente, jovens estudantes a residir fora deste Concelho e emigrantes, bem como turistas, constituindo, assim, uma excelente oportunidade de negócio para os estabelecimentos comerciais do Concelho de Chaves; -----

Considerando que, neste contexto, o art. 10º, sob a epígrafe "Regime Excecional", do retrocitado Regulamento, prevê que a Câmara Municipal, por sua iniciativa ou a requerimento do interessado, tem competência para alargar os limites fixados no Regulamento de Horário de

⁸ Deliberação tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião realizada no pretérito dia 02 de novembro de 2017. -----

funcionamento dos estabelecimentos Comerciais, em vigor, para este tipo de Estabelecimentos - 2º e 3º Grupo -; -----
 Considerando que o alargamento dos limites fixados no regime geral de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, **tem carácter excecional**⁹; -----

Considerando que o alargamento dos períodos de funcionamento de qualquer atividade económica está condicionada pela audição das entidades externas previstas no n.º 5, do art. 10º, do referido Regulamento; -----

Considerando que o regime excecional que se pretende introduzir tem uma incidência maioritária sobre as freguesias urbanas do Concelho;

Considerando que a auscultação de todas as freguesias do Concelho iria comprometer a entrada em vigor do regime excecional para o período compreendido entre 15 de dezembro de 2017 e 1 de janeiro de 2018, tendo por referência a data da realização da próxima reunião do órgão executivo camarário - 14 de dezembro de 2017 -; -----

Considerando, por isso, que apenas foram auscultadas as Juntas de freguesia urbanas - Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, a Junta de freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, e a Junta de freguesia da Madalena e Samaiões -, nas quais se localizam, maioritariamente, os estabelecimentos comerciais integrados no 2º grupo e 3º grupo que irão beneficiar do regime excecional ora proposto; -----

Considerando que, nesse sentido, as entidades externas consultadas - Juntas de freguesia anteriormente identificadas e ACISAT - emitiram parecer favorável ao alargamento, excecional, do horário de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do 2º grupo (mesmo aqueles que se enquadram nas situações do art. 4º do regulamento municipal), conforme documentos cujo teor se anexam à presente proposta;-----

Considerando que, pese embora, a posição da entidade externa consultada, no caso DECO, não se encontre devidamente formalizada junto do presente processo, tal Associação, até à presente data, nunca se opôs a qualquer redução e ou alargamento de horário de funcionamento proposto pela Câmara Municipal, tendo emitido sempre pareceres favoráveis; -----

Considerando que, desde a entrada em vigor do Regulamento Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho de Chaves, a estratégia de atuação da Autarquia, no que concerne ao alargamento dos horários dos estabelecimentos comerciais à luz de tal regime excecional, tem passado por deferir tais pedidos, desde que todas as entidades consultadas manifestem a sua pronúncia favorável, no sentido de reconhecer os fundamentos da excecionalidade invocada; -----

Considerando, por último, que se encontram reunidos os pressupostos indispensáveis ao agendamento deste assunto, para uma próxima reunião de câmara, em vista ao sancionamento administrativo da correspondente proposta centrada, precisamente, na autorização do alargamento, excecional, do regime de horário de funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais, muito concretamente, aqueles que pertencem ao 2º e 3º grupo do regulamento em vigor, para o período compreendido entre 15 de dezembro de 2017 a 1 de janeiro de 2018; ---

⁹ Veja-se, neste sentido, o art. 10º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vigor neste Concelho, sob a epígrafe "Regime Excecional". -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte Proposta:

a) Que seja praticada decisão administrativa, consubstanciada na autorização de alargamento, excecional, dos limites fixados no Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vigor no Concelho de Chaves, para os estabelecimentos integrados no 2º (incluindo aqueles que se enquadram no art. 4º) e 3º grupo, para o período compreendido entre 15 de dezembro de 2017 a 1 de janeiro de 2018, permitindo o seu funcionamento com o seguinte horário:

i. Estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo:

- Segunda-feira a Sexta-feira: encerramento até às 2 Horas;
- Sábado e vésperas de feriado: encerramento até às 3 Horas;
- De 31 de dezembro de 2017 para 01 de janeiro de 2018: encerramento até às 4 Horas.

i.i Estabelecimentos comerciais pertencentes ao 3º grupo:

- Sábado e vésperas de feriado: encerramento até às 7 Horas;
- De 31 de dezembro de 2017 para 01 de janeiro de 2018: encerramento até às 8 Horas.

b) Para efeitos da presente proposta, as entidades exploradoras dos estabelecimentos comerciais integrados no 2º e 3º grupo do Regulamento Municipal, deverão assegurar o encerramento¹⁰ do estabelecimento à hora fixada;

c) Que se proceda à publicação da deliberação que vier a ser tomada, sobre a matéria, no estrito cumprimento do disposto no art. 56º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

d) Por último, caso a presente proposta seja aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á dar conhecimento da deliberação tomada, sobre a matéria, aos órgãos competentes em matéria de fiscalização do cumprimento de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, nomeadamente, à Polícia de Segurança Pública de Chaves, tudo isto, nos termos do art. 5º do DL nº 48/96, de 15 de maio, alterado pelo DL nº 10/2015, de 16 de janeiro.

Chaves, 7 de dezembro de 2017
O Presidente da Câmara Municipal
(Nuno Vaz)

Em anexo: Pareceres das entidades externas (ACISAT, Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Junta de freguesia da Madalena e Samaiões, Junta de Freguesia de de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge).

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo questionado, o Senhor Presidente da

¹⁰ Considera-se que o **estabelecimento comercial está encerrado:**

i. Quando, cumulativamente, tenha a porta fechada e não permita a entrada de clientes, cesse o fornecimento de quaisquer bens ou a prestação de quaisquer serviços, quer no interior, quer no exterior do estabelecimento, e estejam desligados todos os equipamentos de som e/ou audiovisuais.

i.i Após o horário de encerramento fixado, concede-se um período de tolerância de 15 minutos, em vista a permitir a saída, pacífica, dos clientes que ainda permaneçam no interior do estabelecimento.

Câmara, sobre a solução, ora, consagrada, em matéria de regime de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, ainda que com caráter excecional, no sentido de tentar apurar se, tal solução, ou seja, o encerramento dos estabelecimentos comerciais integrados no 2º grupo, até às 03 horas da manhã, mereceu o consenso mais alargado dos operadores económicos ou se tal solução é, manifestamente, transitória, não contando com tal equilíbrio de interesses. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -- A solução, ora, preconizada tem uma natureza excecional, apenas vigorando, durante o período compreendido entre o dia 15/12/2017 e 01/01/2018. -----

De seguida, usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo tecido, sobre a matéria, em apreciação, os seguintes comentários: -----

1 - O regime legal e regulamentar do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, desta natureza, deveria fazer uma adequada síntese entre, por um lado, a dinamização destas atividades de diversão noturna e da própria vida turística do Concelho e, por outro lado, o sossego e tranquilidade dos cidadãos. -----

2 - A aposta no adequado zonamento e/ou localização destas atividades, a adoção de medidas preventivas, no âmbito do ruído, são medidas que devem estar bem presentes, em vista à obtenção de uma solução, equilibrada e justa, em matéria de regulamentação dos horários de funcionamento deste tipo de estabelecimentos comerciais. -----

3 - Por último, é seu entendimento que às sextas, sábados e vésperas de feriados o encerramento destes estabelecimentos comerciais integrados no 2.º grupo deveria ocorrer às quatro horas da manhã, razão que justifica a sua posição de abstenção. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas e Dra. Maria Manuela Pereira Tender, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo apresentado, a seguinte declaração fundamentadora da sua posição de abstenção: -----

A sua posição de abstenção é fundamentada no facto da proposta apontar para uma alteração ao regime de funcionamento dos estabelecimentos integrados no 2º grupo, com o seu encerramento às 03 horas da manhã e não às 04 horas da manhã, solução que vinha sendo seguida, no regime excecional anterior, sobre a matéria, e por a proposta não abranger a sexta-feira (i. Estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo: - Segunda-feira a Quinta-feira: encerramento até às 2 Horas; - Sexta-feira, Sábado e vésperas de feriado: encerramento até às 4 Horas; - De 31 de dezembro de 2017 para 01 de janeiro de 2018: encerramento até às 4 Horas. -----

i.i Estabelecimentos comerciais pertencentes ao 3º grupo: - Sexta-feira, Sábado e vésperas de feriado: encerramento até às 7 Horas; - De 31 de dezembro de 2017 para 01 de janeiro de 2018: encerramento até às 8 Horas.). -----

2.6. CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO 2018. PROPOSTA N.º 30/GAP/2017. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Justificação -----

1. Considerando que, por deliberação praticada na reunião do executivo municipal, realizada no pretérito dia 27 de outubro de 2017, veio a ser aprovada a proposta n.º 01/GAP/2017, consubstanciada na fixação da periodicidade quinzenal das reuniões ordinárias do executivo municipal, realizando-se as mesmas às quintas-feiras, pelas 09:00 horas, proposta essa que veio a ser, por maioria dos membros do executivo, devidamente aprovada; -----

2. Neste contexto, e de acordo com a credencial legal prevista no artigo 40º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro torna-se necessário calendarizar às reuniões do Órgão Executivo Municipal, para o ano de 2018, calendário esse que deverá passar a vigorar, a partir do próximo mês janeiro de 2018; -----

II - Da Proposta -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, dou conhecimento, ao Executivo Camarário, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 40º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do regime de funcionamento do Órgão Executivo Municipal acima configurado - Reuniões Ordinárias Quinzenais, às quintas-feiras, a partir das 09:00 horas - o qual entrará em vigor, a partir do próximo mês janeiro de 2018, de acordo com a seguinte calendarização, exarada no quadro sinóptico abaixo apresentado e com projeção para o ano de 2018: -----

Ano 2018	
Janeiro	11
	25 (Reunião Pública Mensal)
Fevereiro	08
	22 (Reunião Pública Mensal)
Março	08
	22 (Reunião Pública Mensal)
Abril	05
	19 (Reunião Pública Mensal)
Maió	03
	17 (Reunião Pública Mensal)
Junho	01 *
	14
	28 (Reunião Pública Mensal)
Julho	12
	26 (Reunião Pública Mensal)
Agosto	09
	23 (Reunião Pública Mensal)
Setembro	06
	20 (Reunião Pública Mensal)
Outubro	04
	18 (Reunião Pública Mensal)
Novembro	02 *
	15
	29 (Reunião Pública Mensal)

Dezembro	13
	27 (Reunião Pública Mensal)
<p>* - A reunião realizar-se-á, nesta data, em virtude do dia da reunião coincidir com um feriado, e nos termos do regulamento deverá, a mesma, realizar-se no dia útil imediatamente a seguir.</p> <p>** - A calendarização, para o ano de 2019, será presente para conhecimento do órgão executivo municipal durante o mês de Dezembro de 2018.</p>	

Por último, dever-se-á publicitar a presente proposta pelos meios, formas e locais legalmente estatuidos para o efeito. -----
 Chaves, 11 de dezembro de 2018 -----
 O Presidente da Câmara Municipal -----
 (Nuno Vaz) -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS PARA INSTALAÇÃO DE RECINTO ITINERANTE. ACISAT - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO ALTO TÂMEGA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 257/STL/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO -----

1. Acisat - Associação Empresarial do Alto Tâmega, com sede no Beco do Trem, Pavilhão Expoflâvia, freguesia de Santa Maria Maio, concelho de Chaves veio, através de requerimento com o registo de entrada nos serviços desta Autarquia n.º 156/17, de 2017/11/29, solicitar autorização para instalação de um Carrossel infantil, no Largo do Arrabalde, do dia 1 de dezembro de 2017 a 7 de janeiro de 2018. ----

2. No aludido requerimento, a ACISAT solicitou, também, a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes. -----

3. Assim, cumre-me informar, sobre a pretensão apresentada, o seguinte: -----

3.1 A matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no artº 24 do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.2 Nesta conformidade, o n.º2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: --
 " As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamento e autorização exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias." -----

3.3 Refira-se que a apreciação e decisão de eventual isenção das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, da sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º 8, do art.24º do referido Regulamento Municipal. -----

3.4 Neste contexto, e para efeitos do número anterior, o requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: ---

- Documento comprovativo da natureza de associação; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária.

3.5 O presente processo encontra-se, ainda, instruído com informação produzida pela D.G.F., da qual consta que não existem dívidas do requerente perante o Município de Chaves. -----

3.6. A requerente reúne os pressupostos legais para beneficiar de isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos 2, 8 e 12 do art.24º do regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais, no valor total de €1897.30 (mil oitocentos e noventa e sete euros e trinta cêntimos). -----

II - PROPOSTA -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo camarário, em vista à tomada de decisão, consubstanciada no deferimento do pedido de Isenção de taxas administrativas associadas à Licença de Instalação de Recinto Itinerante " CARROSSEL", bem como à licença especial de ruído, no valor total de €1897.30 (mil oitocentos e noventa e sete euros e trinta cêntimos); -----

b) Que seja notificada a requerente da decisão que vier a ser tomada, adotada, nos termos do art.114 º do Código do Procedimento Administrativo. -----

À consideração superior. -----

Chaves 7 de dezembro de 2017 -----

A Assistente Técnica -----

Maria Manuela -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA SANDRA LISBOA DE 2017/12/07. -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. A consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 11.12.2017 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº263/SHSDPC/N.º92/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2017.11.22-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.11.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 11/12/2017 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PROGRAMA DE APOIO À RENDA - PRORROGAÇÃO PROCESSO N.º 11/2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº282/SHSDPC/N.º103/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2017.11.21 -----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.11.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 11.12.2017 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. JACINTA DE JESUS ALVES CÉSAR. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº283/SHSDPC/N.º104/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2017.11.21-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.11.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 11.12.2017 -
 À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA E OUTRAS DESPESAS - ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO Nº142/SE Nº84/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

As Juntas de Freguesia de Santa Maria Maior, UF Madalena/Samaiões, Anelhe, Valdanta, Vilar de Nantes, Redondelo, Bustelo, Cimo de Vila, Santa Cruz Trindade/Sanjurge, Mairós, Santo Estevão, Vila Verde da Raia e UF Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranheiras, do Concelho de Chaves, num total de treze Juntas de Freguesia, vêm através dos ofícios em anexo e à semelhança do ano letivo anterior, solicitar a atribuição de um subsídio, para suportar os encargos relacionados com o fornecimento de material de expediente e limpeza às escolas do 1º ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar, que integram o seu território, em virtude de não disporem de recursos financeiros indispensáveis à assunção de aquisição e fornecimento de tal material, a favor das respetivas escolas. -----

Considerando que de acordo com a alínea mm), do nº1, do artigo 16, anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete às Juntas de Freguesia fornecer o material de limpeza e de expediente às escolas do 1º ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de educação pré-escolar; -----

Considerando que devido às sucessivas reorganizações escolares que o 1º ciclo e a educação pré-escolar têm sofrido, ao longo dos últimos anos, e pelo motivo de que todas as escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância agrupam alunos de diferentes freguesias, levou o Município de Chaves, no sentido de operacionalizar esta matéria, a assumir desde sempre esta competência; -----

Considerando que as Juntas de Freguesia, cujo território integra escolas do 1º ciclo do ensino básico e estabelecimentos de educação pré-escolar, são as seguintes: -----

FREGUESIA	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM FUNCIONAMENTO	AGRUPAMENTO
Santa Maria Maior	EB1 Chaves nº 1/Sto. Amaro EB1 Chaves nº 5/Casas dos Montes JI Chaves	Dr. António Granjo
UF Madalena/ Samaiões	EB1 Chaves nº3/Caneiro JI Caneiro JI Outeiro Jusão	
Anelhe	EB1 Rebordondo	
Valdanta	EB1 Valdanta JI Valdanta	
Vilar de Nantes	EB1 Vilar de Nantes nº1 JI Nantes	
Redondelo	JI Casas Novas	
Bustelo	EB1 Bustelo JI Bustelo	Dr. Júlio Martins

Cimo de Vila	EB1 de Cimo de Vila JI Cimo de Vila	
Santa Cruz Trindade/Sanjurge	EB1 Santa Cruz Trindade JI Santa Cruz Trindade	
Mairos	EB1 Mairos JI Mairos	
Santo Estevão	EB1 Santo Estevão JI Santo Estevão	
Vila Verde da Raia	EB1 Vila Verde da Raia JI Vila Verde da Raia	
UF Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranhos	EB1 de Vidago JI Vidago	Fernão de Magalhães

Considerando que com a entrada em vigor da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com a alínea j), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, "deliberar sobre formas de apoio às Juntas de Freguesia no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população". -----

Assim, de forma a operacionalizar eficiente e eficazmente esta matéria e garantir o bom funcionamento dos referidos estabelecimentos de ensino, propõe-se que, de acordo com o pedido das retro mencionadas Juntas de Freguesia, o Município de Chaves transfira os correspondentes apoios financeiros, referentes ao ano letivo 2017/2018 e que estas assumam, com os três Agrupamentos de Escolas do Concelho de Chaves, as competências estabelecidas na Lei nº75/2013 de 12 de setembro, relativas a esta matéria. -----

O referido apoio financeiro é no valor total de 24.331,00€ e foi calculado de acordo com os critérios seguidos pelo Município de Chaves, nos últimos anos, e expostos no anexo I, sugerindo-se que, o referido apoio, seja disponibilizado em duas prestações: uma em dezembro de 2017, no valor de 12.165,50€ e outra em março de 2018, no valor de 12.165,50€, de acordo com o anexo III. -----

Freguesia de	Estabelecimento de Ensino	Expediente/Li mpeza	Outras despesas	Valor Total
Sta Maria Maior	EB1 Chaves nº1/Sto Amaro EB1 Chaves nº5/C dos Montes JI de Chaves	2.648.00€ 1.515.00€ 993.00€	100.00€	5.256.00€
UF Madalena/Samaiões	EB1 Chaves nº3/Caneiro JI Caneiro JI Outeiro Jusão	1.599.00€ 634.00€ 275.00€	100.00€ 300.00€	2.908.00€
Anelhe	EB1 de Rebordondo	275.00€	100.00€	375.00€
Valdanta	EB1 de Valdanta JI de Valdanta	550.00€ 275.00€	200.00€ 100.00€	1.125.00€
Vilar de Nantes	EB1 de Vilar de Nantes nº1 JI de Nantes	550.00€ 275.00€	100.00€ 100.00€	1.025.00€
Redondelo	JI de Casas Novas	275.00€	100.00€	375.00€
Bustelo	EB1 de Bustelo JI de Bustelo	550.00€ 275.00€	100.00€	925.00€
Cimo de Vila	EB1 de Cimo de Vila JI de Cimo de Vila	275.00€ 275.00€	100.00€	650.00€
Santa Cruz Trindade/Sanjurges	EB1 Santa Cruz/Trindade JI Santa Cruz/Trindade	5.487.00€ 1.240.00€		6.727.00€
Mairos	EB1 de Mairos JI de Mairos	550.00€ 275.00€	100.00€	925.00€
Santo Estevão	EB1 de Santo Estevão JI de Santo Estevão	550.00€ 275.00€	100.00€ 100.00€	1.025.00€
Vila Verde da Raia	EB1 Vila Verde da Raia JI de Vila Verde da Raia	275.00€ 275.00€	200.00€ 100.00€	850,00€
UF Vidago, Arcossó, Vilarinho das Paranhos	EB1 de Vidago JI de Vidago	1.459.00€ 606.00€	100.00€	2.165,00€

TOTAL		22.231,00€	2.100,00€	24.331,00€
--------------	--	-------------------	------------------	-------------------

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia:-----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem como, do respetivo compromisso, em cumprimento com a LCPA; -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

Caso esta proposta seja aprovada e nos termos da alínea j), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, deve a mesma ser encaminhada à próxima reunião da Assembleia Municipal, para que seja sancionada pelo referido órgão. -----

À Consideração superior. -----

Chaves, 07 de dezembro de 2017 -----

A Técnica Superior, -----

(Lídia Pinto) -----

Anexo I: Fórmulas utilizadas de cálculo dos valores para o ano letivo 2017/2018 em matéria de expediente e limpeza e outras despesas para a Educação Pré - Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, à semelhança de anos letivos anteriores.-----

Anexo II: Lista de escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância, por Agrupamento de Escolas, com o número de alunos, por turma, e o cálculo dos respetivos valores em matéria de expediente e limpeza. -----

Anexo III: Valor da 1ª e 2ª Prestação -----

ANEXO I -----

VERBAS PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA -----

(calculadas por turma e número de alunos) -----

Ano 2017/2018 -----

Até 15 alunos 275.00 euros -----

16 a 20 alunos 303.00 euros -----

mais de 21 alunos 331.00 euros -----

VERBAS PARA OUTRAS DESPESAS -----

Inclui verbas para aquisição de gás (esquentadores de apoio à lavagem da louça) e para apoio do funcionamento das salas onde decorre o serviço de refeições/prolongamento de horário: -----

Gás: (20,00€/garrafa de gás esquentadorx10 meses): 200.00€ -----

Sala refeições/Prolongamento de horário: 100,00€/sala -----

Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins -----

Aquisição de gás: Escola Básica de Vila Verde. -----

Salas extra: Escola Básica de Cimo de Vila, Escola Básica de Mairos, Escola EB1 de Stº Estevão, Escola Básica de Vila Verde, Escola Básica de Bustelo, Jardim de Infância de Santo Estevão -----

Agrupamento de Escola Dr. António Granjo-----

Aquisição de gás: Jardim de Infância de Outeiro Jusão e Escola Básica de Valdanta. -----

Salas extra: EB1 de Rebordondo, Escola Básica de Valdanta, EB1 de Vilar de Nantes, Jardim de Infância de Nantes, Jardim de Infância de Chaves, Jardim de Infância de Outeiro Jusão, Jardim de Infância de Casas Novas, Jardim de Infância do Caneiro. -----

Agrupamento de Escolas Fernão Magalhães-----

Sala extra: Jardim de Infância de Vidago -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.12.07. -----

Visto. Concordo. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 11.12.2017 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS PASSES ESCOLARES DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SECUNDÁRIO - ANO LETIVO 2017/2018
INFORMAÇÃO/DDSC Nº 157/SE Nº90/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
 Através da Informação nº 92/SE Nº50/2017, de 28 de julho de 2017, presente na reunião de Câmara de 04 de agosto de 2017, foram aprovadas as normas de comparticipação, com vista à sua implementação no ano letivo 2017/2018, dos passes escolares dos alunos carenciados do ensino secundário, e que passo novamente a expor: -----

"- A comparticipação a 100% dos passes dos alunos provenientes da Escola Professor Nuno Rodrigues e do Patronato de Vilar de Nantes;

- A comparticipação no valor de 100%, 50% e 25% dos passes dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas; -----

Na avaliação dos pedidos de comparticipação, deverão ser considerados:
 a) O Escalão atribuído pelo Serviço de Ação Social Escolar do respetivo Agrupamento de Escolas; -----

- Comparticipação a 100% - Situações de grave carência identificadas pelas direções dos Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesia ou pelo próprio, com verificação e confirmação por parte do setor de educação; -----

- Comparticipação a 50% - Alunos com o escalão A; -----

- Comparticipação a 25% - Alunos com o escalão B ou inseridos em famílias que comprovadamente auferiram rendimentos reduzidos."-----

Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 04 de agosto de 2017, "após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o presente ano letivo, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso". -----

Considerando que no âmbito dos pedidos de comparticipação financeira dos passes escolares dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas, deram entrada no Município de Chaves mais 2 pedidos de comparticipação, de acordo com as seguintes tabelas:-----

ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JÚLIO MARTINS -----

Passe comparticipado a 50% - Escalão A -----

Nome do aluno:	Localidade
Lucas Feliciano dos Reis	Vila Nova de Monforte

O aluno Lucas Feliciano, a frequentar o 10º ano na Escola Secundária Dr. Júlio Martins, não procedeu ao levantamento do passe escolar,

referente ao 1º período, solicitando o apoio da comparticipação financeira para o 2º e 3º período. -----
 Considerando que o valor estimado, com este encargo, para o 2º e 3º período é no valor de 124,12€, (tendo em conta o número de dias do 2º e 3º período (107 dias x 2 viagens) e os preços dos bilhetes em vigor). Este valor pode sofrer alteração, caso haja um aumento do preço do tarifário. -----

ESCOLA SECUNDÁRIA FERNÃO DE MAGALHÃES -----
 Passe comparticipado a 100%- Escalão A -----

Nome do aluno:	Localidade
Carla Isabel Portela Frade	Anelhe

A aluna Carla Isabel Portela Frade está a frequentar o 10º ano com a medida educativa Currículo Específico Individual (CEI), ao abrigo do artigo nº 21, do Decreto Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro. -----
 De acordo com o artigo 15º, do Decreto-lei nº 176/2012, de 2 de agosto que alterou o artigo 3º, do Decreto - Lei nº 299/84, de 5 de setembro, que passou a ter a seguinte redação: "O transporte escolar é gratuito até ao final do 3º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições estabelecidas no artigo anterior, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário". -----

Considerando que a aluna Carla Isabel Portela Frade, procedeu ao levantamento gratuito, na Empresa Auto Viação do Tâmega, do passe escolar correspondente ao mês de dezembro, sendo este encargo, no valor de 18,27€, suportado pelo ajuste direto nº27/SC/2017; -----

Considerando que o valor estimado, com este encargo, para o 2º e 3º período é no valor de 217,21€, (tendo em conta o número de dias do 2º e 3º período (107 dias x 2 viagens) e os preços dos bilhetes em vigor). Este valor pode sofrer alteração, caso haja um aumento do preço do tarifário. -----

As comparticipações referentes ao 2º e 3º período, no valor de 341,33€, são descontadas diretamente, quando da aquisição do passe, pelos retrocitados alunos e debitadas, posteriormente ao Município, pela Empresa Auto Viação do Tâmega, através do Ajuste Direto nº27/SC/2017, referente à aquisição de bilhetes de assinatura (Passes Escolares), para o ano letivo 2017/2018. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir o seu encaminhamento à próxima reunião de Câmara, para deliberação. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 06 de dezembro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Lídia Pinto -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.12.06. -----

Visto. Concordo. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 11.12.2017 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO - APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO Nº162/SE Nº91/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A Junta de Freguesia de Santo Estevão veio, através do ofício em anexo, solicitar a continuidade do apoio financeiro, no valor de 3.000,00€, referente ao ano letivo 2017/2018, para suportar as despesas com a trabalhadora que apoia, a tempo parcial, o funcionamento da Escola EB1 de Stº Estevão. -----

Considerando que o apoio financeiro, por parte do Município, teve início no ano letivo 2009/2010, com o valor de 2.500,00€, e deveu-se à implementação do serviço de refeições, na retro mencionada Escola, que por motivos de não dispor de recursos humanos a tempo inteiro, a referida Junta de Freguesia disponibilizou uma trabalhadora para acompanhar os alunos no período de almoço, proceder á lavagem de louças e à limpeza desse espaço; -----

Considerando que, desde do ano letivo 2012/2013, o Município de Chaves passou a referida comparticipação financeira para o valor de 3.000,00€ (três mil euros), para apoiar o pagamento da mencionada trabalhadora; Considerando que a Escola EB1 de Stº Estevão é designada como "Escola de Acolhimento", uma vez que integra os alunos provenientes da "Escola de Artes e Ofícios Professor Nuno Rodrigues", os alunos da extinta Escola EB1 de Faiões e a maior parte dos alunos da área de influência da Escola EB1 de Águas Frias, encerrada no ano letivo 2014/2015; --- Considerando que no presente ano letivo 2017/2018, frequentam o 1º ciclo da referida Escola 27 alunos, com cerca de 22 a utilizar o serviço de refeições; -----

Considerando que a Escola EB1 de Stº Estevão só dispõe de uma trabalhadora a tempo inteiro que apoia o edifício do 1º ciclo, o que é manifestamente insuficiente para o número de alunos que utiliza o serviço de refeições, pelo que o apoio dado pela trabalhadora disponibilizada pela Junta de Freguesia de Stº Estevão tem se demonstrado muito útil e necessário; -----

Considerando que com a entrada em vigor da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com a alínea j), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, "deliberar sobre formas de apoio às Juntas de Freguesia no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população". -----

Assim e face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir a atribuição do apoio financeiro à Junta de Freguesia de Santo Estevão no valor de 3.000,00€ (três mil euros), referente ao ano letivo 2017/2018, devendo, a mesma, na altura da respetiva liquidação, apresentar as certidões de não dívidas à Segurança Social e Finanças*. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem, como, do respetivo compromisso, em cumprimento com o LCPA; -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

Caso esta proposta seja aprovada e nos termos da alínea j)), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, deve a mesma ser encaminhada à próxima Assembleia Municipal, para que seja sancionada pelo referido órgão. -----

Chaves, 07 de dezembro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Lídia Pinto) -----

*De acordo com a informação prestada pela Divisão de Gestão Financeira a Junta de Freguesia de Stº Estevão deu acesso à consulta da sua situação tributária e contributiva, pelo que está dispensada da apresentação dos referidos documentos. -----

Obs. Uma vez que o Município de Chaves não está dotado de regulamento municipal para atribuição de apoios às Juntas de Freguesia, deve ser feita uma análise casuística deste apoio financeiro. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.12.07. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 11.12.2017 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco António Chaves de Melo, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo apresentado, a seguinte declaração fundamentadora da sua posição de abstenção: -----

A sua posição de abstenção é fundamentada, em coerência com as posições, por si, assumidas, sobre a matéria, no anterior mandato autárquico. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROCIDADE CHAVES-VERIN - CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA. PROPOSTA Nº. 23/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos-----

Considerando que o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Eurocidade Chaves-Verin (Eurocidade Chaves - Verin, AECT), cujos membros são o Município de Chaves e o Ayuntamiento de Verin, foi constituído ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1082/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2006, que regula a constituição de Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, visando a cooperação territorial - transfronteiriça, transnacional e inter-regional - no intuito de reforçar a coesão económica e social no território da União Europeia;-----

Considerando que em conformidade com o disposto no ponto 1 do artigo 5º do supramencionado Regulamento, os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial adquirem personalidade jurídica no dia do

registo ou da publicação, consoante o que ocorrer primeiro, dos seus Estatutos, nos termos da lei nacional aplicável no Estado-Membro onde o AECT tiver a sua sede, no caso específico, em Espanha;-----
 Considerando que, através do ofício registado nos serviços administrativos de expediente geral desta autarquia, sob o nº 8258 de 19 de outubro de 2017 - documento em anexo, veio a Eurocidade Chaves - Verin, AECT, solicitar a premência no cumprimento da deliberação tomada em Assembleia Extraordinária, ocorrida no p.p. 13 de setembro; Considerando que ao abrigo do nº 1, do artigo 33 dos Estatutos da Eurocidade Chaves-Verin, AECT, o financiamento é assegurado pelas contribuições anuais, ordinárias e extraordinárias, dos seus membros e por subsídios ou outras dotações financeiras que estes lhe concedam; Considerando que em Assembleia Geral da Eurocidade Chaves Verin, AECT, realizada no passado dia 13 de setembro, na sua sede, sita em Feces de Abaixo, foi aprovada a contribuição extraordinária de 50.000 Euros, cabendo, desta forma, 25.000 Euros a cada membro;-----
 Considerando, ainda, que ao abrigo da alínea aaa), nº 1, artigo 33º, do anexo 1 à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a participação do município em projetos e ações de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União da Europeia.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

- a) Que seja aprovada a transferência da quantia de 25.00,00 Euros (Vinte e Cinco Mil Euros) para a Eurocidade Chaves-Verin, AECT, a título de contribuição extraordinária de associado, relativa a 2017;
- b) Que seja dado conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária;-----
- c) Que a presente proposta tenha cobertura através da rubrica orçamental da despesa 06.02.03.05.03.02;-----
- d) Que caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo municipal, a mesma seja publicitada nos termos do artigo 56º, do Anexo 1, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;-----
- e) Por último, em caso de aprovação, a proposta deverá ser remetida para ulterior operacionalização, à Divisão Gestão financeira.-----

Chaves, 11 de dezembro de 2017-----
 O Presidente da Câmara,-----
 (Nuno Vaz)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 406/17 - MARIA JOSÉ FREITAS FARIA GATO BONITO - LUGAR DE BARROCO, FREGUESIA DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 29.11.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 1064/17, referente ao processo n.º 406/17, a Sr.ª Maria José Freitas Faria Gato Bonito e outra, solícita, um pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção¹¹ de uma habitação unifamiliar, situada no lugar do Barroco, rua Dr.º Francisco Barros T. Homem, n.º 5, União das freguesias da Madalena e Samaiões no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças apresentada, o prédio urbano tem a área total de 1.924,00 m², está inscrito na matriz com o n.º P 1706, da União das freguesias da Madalena e Samaiões.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Não foram encontrados antecedentes do processo.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão das Finanças; -----
- Extrato das plantas de ordenamento e de condicionantes, do Plano Diretor Municipal;-----
- Planta de localização á escala 1:2.000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-

¹¹ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

- Comprovativo de inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Fotografias;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 500;-----
- Planta de implantação á escala 1:200;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos;-----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Corte transversal e longitudinal à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de arranjos exteriores;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Termo de responsabilidade do estudo de comportamento térmico;-----
- Termo de responsabilidade do projeto acústico;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por se reportar à legalização das obras de construção de uma habitação unifamiliar.----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o prédio urbano está inserido em dois espaços distintos: em espaço de classe 4, espaços agrícolas e florestais, subcategoria 4.2.B - espaços Agrícolas Condicionados (RAN + REN) e em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.--

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- A requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar. A habitação a legalizar, possui dois pisos: r/chão e andar e uma área bruta de construção de 231,00 m².-----

5.2- De acordo com a planta de implantação apresentada, a habitação unifamiliar está implantada, dentro de uma faixa de terreno limitada pela via de acesso, e por uma linha traçada paralela a esta a uma distância de 30 m da respetiva berma, que corresponde á área situada em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

5.3- Respeita o índice de utilização estabelecido para o local, que é nestes casos de 0.50 m²/m² aplicado á área da parcela, ou seja, (área do terreno inserida em espaço urbano x índice de construção) = 584,00 m² x 0,50m²/m² = 292,00 m² (máxima área bruta de construção permitida).- A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 231,00 m², o que implica um índice de utilização de 0,40 m²/m² < 0,50 m²/ m² (índice de utilização do local).-----

5.4 - As obras de construção a legalizar, respeitam os artigos 18.º e 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

5.5- Face ao uso pretendido para o imóvel, destinado a habitação unifamiliar, há a referir que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

5.6 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2017-11-09, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"157", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.7- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar objeto de pedido de legalização das obras de construção.-----

5.8- A operação urbanística, que se pretende legalizar, enquadra-se na envolvente e promove a qualidade do tecido urbano, pelo facto de estar em bom estado de conservação, não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente na envolvente.--

5.9- Face ao uso previsto do imóvel (habitação unifamiliar) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea b) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal, uma vez que contempla no interior do seu prédio 1 lugar de estacionamento automóvel, o qual, é igual ao valor mínimo de 1 lugar previsto naquela norma regulamentar.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 952,38 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 149,40 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 1.101,78 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que a proposta apresentada, cumpre o disposto no artigo 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, pelo facto de: a área bruta de construção proposta, respeitar o índice de construção do local que é de 0.50 m²/m² aplicado à área da parcela inserida em espaço urbano, a altura da edificação não ultrapassa 7,5 metros, a área de impermeabilização do solo não excede 75% da área da parcela e a área de implantação, não excede 60% da área do terreno.-----

8.2- Considerando que o edifício, se situa em local, onde predomina esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente em que se insere.-----

8.3- Considerando, que o uso pretendido, para habitação unifamiliar, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

8.4- Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.5- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o titulo a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º 3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	5		19,33	96,65 €/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00 €/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00 €/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00 €/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00 €/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00 €/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		15,92	0,00 €/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61 €/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00 €/m
C - custo das obras existentes na via pública / m						152,38 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública						25
Moradia unifamiliar						
- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
T = C x m x 0,25				T = 952,38 €		

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar, a interessada deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º- C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará

de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
piso 0	114,00				114,00
piso 1	117,00				117,00
TOTAL	231,00	0,00	0,00	0,00	231,00

Cércea - 6,00 ml -----

Volume - 1.386,00 m³-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO II-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subsecção IV)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			63,60 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	74,20 €	74,20 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	0	84,80 €	0,00 €
c)	Superior a 500 m2	0	95,45 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,60 €	11,60 €
	TOTAL			149,40 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 952,38 € + 149,40 € = 1.101,78 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO, DE 06.12.2017:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa, nos termos sugeridos no capítulo "9 - PROPOSTA DE DECISÃO" deste documento.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 07.12.2017 -
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. AUTORIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE USOS MISTOS EM HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO – PROCESSO N.º 145/16 – DOMINGOS COSTA – ESTRADA DO AREAL, FREGUESIA DE VILELA DO TÂMEGA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 29.11.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1. Através do requerimento n.º 1944/17, referente ao processo n.º 145/16, o Sr.º Domingos Costa, solicita, autorização para o desenvolvimento de usos mistos, numa relação de uso dominante – “habitação unifamiliar e anexo”, com o uso acessório de “anexo de apoio à atividade apícola”, no prédio urbano, licenciado ao abrigo do alvará de obras n.º 13/04 e aditamento n.º 1/17, destinado a habitação unifamiliar e anexo, situado na estrada do Areal, n.º 7 – Vilela do Tâmega, freguesia de Vilela do Tâmega no concelho de Chaves.-----

1.2. A habitação unifamiliar e anexo, projetam-se no prédio urbano, inscrito na matriz com o n.º 533 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 618/19990209, da freguesia de Vilela do Tâmega.----

2. ANTECEDENTES-----

2.1. Licença de construção n.º 13/04, para construção de habitação unifamiliar de r/chão e andar, com a área de construção de 168,49 m²;

2.2. Autorização de Utilização n.º 294/04, para habitação unifamiliar;

2.3. 1.ºAditamento n.º 1/17, para construção de anexo com a área de construção de 94,50 m²;-----

2.4. Pedido de autorização de utilização, para anexo de apoio, indeferido por despacho datado de 21/08/2017.-----

3.SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1.O processo está instruído de acordo com o n.º 3 artigo 73.º-A do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE), designadamente:-----

- Certidão da Conservatória do Registo Predial;-----

- Memória Descritiva, com referência ao cumprimento dos requisitos constantes no n.º 1 do artigo 73.º-A do RMUE;-----

- Declaração do interessado em como tomou conhecimento das condições legais exigíveis ao uso complementar solicitado, designadamente os requisitos constantes nos n.ºs 1 e 2 do artigo 73.º-A do RMUE;-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1. No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1. O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no artigo 62.º do Dec.- Lei555/99 alterado e republicado pelo Dec.-Lei 136/2014 de 9 de Setembro (RJUE), por remissão do n.º 1 do artigo 73.º-A do RMUE.-----

4.2 Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1. De acordo com as Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47A, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 – espaço Urbano e Urbanizável – categoria 1.3 – Outros Aglomerados.

4.3. Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1. O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-A (Usos Mistos) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE).-----

5. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1. O requerente pretende autorização para o desenvolvimento de usos mistos, numa relação de usos dominantes - "habitação", com o uso acessório de "anexo de apoio à atividade apícola", no prédio urbano, licenciado ao abrigo do alvará de obras n.º 13/04 e aditamento n.º 1/17.-----

5.2. É pretensão do requerente, desenvolver no anexo de apoio à habitação unifamiliar uma "atividade agrícola", designadamente, o uso como armazém para utensílios e material necessário para a atividade de apicultor. -----

5.3. Pese embora a atividade agrícola, seja para desenvolver no anexo de apoio à habitação unifamiliar, esta edificação secundária não tem autonomia desligada do edifício principal, sendo certo que, o edifício principal tem como utilização - "habitação unifamiliar", de acordo com a autorização de utilização n.º 294/04.-----

5.4. De acordo com o n.º 1 do artigo 73.º-A do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, pode ser autorizado o desenvolvimento de usos mistos, numa relação de usos dominantes, no caso concreto em apreciação o uso dominante - "habitação", com o uso complementar de "anexo de apoio à atividade apícola", na mesma edificação, sem prévia alteração do regime de utilização previsto no artigo 62.º do RJUE, desde que sejam verificados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

5.4.1. Efetiva compatibilidade, conetividade ou afinidade entre o uso dominante e o uso acessório ou complementar pretendido; -----

5.4.2. O uso acessório ou complementar não ocupe uma área de utilização superior a 25% da área do edifício ou fração destinada ao uso dominante; -----

5.4.3. O uso dominante deverá ser, obrigatoriamente, compatível com o regime jurídico do Plano Municipal ou Intermunicipal de Ordenamento do Território e, bem assim, com o regime do loteamento; -----

5.4.4. O exercício das atividades económicas compreendidas, no âmbito do regime de usos mistos acima previsto, deverá cumprir todas as regras de instalação legalmente aplicáveis e em vigor no momento da decisão correspondente à prática do ato de instalação; -----

5.4.5. As atividades a desenvolver no âmbito do presente regime de usos mistos não provoquem impacto relevante no equilíbrio urbanístico e ambiental, não agravando as condições do uso dominante autorizado, designadamente nos seguintes âmbitos: -----

5.4.5.1. Não originem a produção de fumos, cheiros ou resíduos que afetem as condições de salubridade do edificado ou dificultem a sua melhoria; -----

5.4.5.2. Não perturbem de forma permanente as condições de trânsito e estacionamento, bem como as condições de utilização e segurança na via pública; -----

5.4.5.3. Não acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão do edificado.-----

5.5. O pedido está instruído de acordo com o n.º 3 do artigo 73.º-A do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, ou seja, com elementos justificativos da verificação dos requisitos identificados no anterior item 5.4.-----

5.6. O anexo onde se pretende desenvolver a atividade a que se fez referência, está situado em espaço urbano e urbanizável, categoria 1.3 - Outros Aglomerados, o qual, está vocacionado para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal.-----

6. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1. Considerando, que o pedido está instruído de acordo com o n.º 3 do 73.º-A do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.---

6.2. Considerando, que existe uma efetiva compatibilidade entre o uso dominante - "habitação" e o uso acessório - "armazém de apoio à atividade apícola", sendo certo, que a atividade se vai desenvolver, no anexo de apoio, devidamente licenciado ao abrigo do aditamento n.º 1/17.-----

6.3. Considerando, que o uso acessório não ocupa uma área de utilização superior a 25% da área do edifício destinada ao uso dominante.-----

6.4. Considerando que o uso dominante é compatível com o Regulamento do Plano Diretor Municipal, comprovado pelo alvará de autorização de utilização n.º 294/04.-----

6.5. Considerando, que o exercício da atividade acessória não carece de qualquer licenciamento, sendo anexado o comprovativo do registo feito na Autoridade Tributária e Aduaneira.-----

6.6. Considerando, que a atividade a desenvolver não provoca impacto relevante no equilíbrio ambiental, por não provocar fumos, cheiros ou resíduos que afetem a salubridade do edificado.-----

6.7. Considerando, que a atividade a desenvolver não provoca impacto relevante no equilíbrio urbanístico, por não perturbar de forma permanente as condições de trânsito e estacionamento.-----

6.8. Considerando, que atividade a desenvolver não acarreta agravados riscos de incêndio ou explosão no edificado.-----

6.9. Considerando, que o interessado apresenta declaração, em como tomou conhecimento das condições legais exigíveis ao uso complementar solicitado, designadamente os requisitos constantes do n.º s 1 e 2 do artigo 73.º-A do RMUE.-----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no diploma aplicável (n.º 1 do artigo 73.º - A do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do artigo 73.º- A do RMUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de autorização, para o desenvolvimento de usos mistos, numa relação de uso dominante - "habitação", com o uso acessório - "anexo de apoio à atividade apícola", do prédio urbano, com alvará de autorização de utilização n.º 294/04, inscrito na matriz com o n.º 533 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 618/19990209, da freguesia de Vilela do Tâmega.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO, DE 06.12.2017:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação de reconhecimento de que os usos mistos pretendidos no prédio urbano em causa, numa relação de uso dominante de "habitação" e uso acessório de "anexo de apoio à atividade apícola", reúnem os requisitos legais previstos no artigo 73º-A do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral,
Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2017-12-07. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO - PROCESSO N.º 344/17 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - AV. BARBOSA DU BOCAGE E RAMP DA VÁRZEA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 06.12.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 874/17, em 23-05-2017, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para abertura de vala para a construção de infraestruturas de telecomunicações e instalação de um Tubo de Subida, no arruamento abaixo indicado, situado na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves:-----

-Avenida Barbosa Du Bocage e Rampa da Várzea - 40 ml.-----

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, proferido por despacho do Chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, Sr.º Eng.º Civil João Geraldês, datado de 31 de agosto de 2017, a interessada apresenta sob o requerimento registado com o n.º 1664/17, dois exemplares do projecto apresentado em maio do corrente ano. ----

INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 4º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4º12, do RJUE corrigindo-se o pedido nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 108º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1.-----

2.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

¹² **Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 3.º¹³ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8.º¹⁴ e 9.º do mesmo diploma legal.-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres, os quais devem ser dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Eng.ª Maria Madalena S. Durão Branco, a exerceu funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 04-12-2017.-----

-Parecer favorável do Eng.º Nuno Bento Rodrigues, actualmente a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, emitido em 30-11-2017.

3-PARECER -----

3.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a realização das obras de Telecomunicações, discriminadas no capítulo 1 da presente informação técnica.-----

3.2-De acordo com os trabalhos a realizar deve a requerente prestar caução, pelo exposto no n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

Em conformidade com o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 15-07-2016, o valor da caução é de € 1 812,60 (mil oitocentos e doze euros e sessenta cêntimos), com IVA incluído.-----

3.3-Pese embora a calendarização proposta para a realização dos trabalhos seja de um dia, somos de entendimento que o prazo para a realização das obras seja de **30 dias** (primeira condição de licenciamento).-----

3.4-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

a) Prazo para conclusão das obras - 30 dias.-----

b) Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

c) Prestação de caução no valor de € 1 812,60 (mil oitocentos e doze euros e sessenta cêntimos), com IVA incluído.-----

d) Quaisquer intervenções em fachadas de edifícios, nomeadamente trabalhos de subida de cabos, colocação de caixas nas referidas fachadas, ou outros, **só poderão ser realizadas após a requerente ter**

¹³ **Artigo 3.º - Licença Municipal**-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13.º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

¹⁴ **Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios**-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

obtido a prévia autorização escrita dos proprietários dos referidos imóveis.-----

e) Apresentação no ato da emissão do alvará, dos comprovativos de pagamento do seguro de Acidentes de Trabalho, emitidos pela Companhia de seguros VICTÓRIA - Seguros, cuja apólice possui o nº 11055666.----
3.5-Dever-se-à dar a conhecer à DOP e ao Srº Engº Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

4-PROPOSTAS-----

4.1-Face ao mencionado no anterior capítulo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento da construção de novas infraestruturas para instalação de rede de Distribuição de Televisão por Cabo, nos termos do disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----
O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Cálculo das taxas de licenciamento-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da vala - 40 ml-----
-Tipo de obra - Instalação da rede de Distribuição de Televisão por Cabo.-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Artigo 17º).....52,95 €-----

-Pela emissão de licença de ocupação do espaço aéreo e solo(Artigo 18º).....10,60 €-----

Ocupação da via pública por motivo de obras: -----

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do Artigo 21º).....3,15 €

-Por metro quadrado (alínea b) do Artigo 21º).....5,30¹⁵ €

Ocupação de solo ou subsolo:-----

-Com outras construções ou instalações no subsolo, por m2 e por ano (nº 3 do Artigo 20º).....10,60¹⁶ €

-Com tubos, condutas e cabos condutores e semelhantes, por ml ou fração e por ano (nº 8 do Artigo 20º).....40,00 €

TOTAL A PAGAR.....122,60 €

4.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, com o prazo para conclusão das obras de 60 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

4.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 344/17, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar ao Srº Engº Nuno Bento, a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

4.3.2-Envio da fotocópia do requerimento nº1664/17, acompanhada da Planta de Localização, constante no processo a folha nº 105 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

¹⁵ 1 poste-----

¹⁶ 1 poste-----

4.4-**Após a emissão¹⁷ do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, DOP, DRO e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na D.P.M, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento-----

4.5-Concluídas as obras de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória das mesmas, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar o traçado final das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

4.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

4.7 -Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 06.12.2017:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento da construção de novas infraestruturas para instalação de rede de distribuição de Televisão por Cabo, nos termos previstos no artigo 5.º do Regulamento de Obras e trabalhos no subsolo do Domínio Público Municipal, com as condições de licenciamento expressas no item 3.4 desta informação. Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas no item 4.3 desta informação.--
À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2017-12-07. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 508/17 - ANTÓNIO LUIZ PINHEIRO - BAIRRO DO TÂMEGA,

¹⁷ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

FREGUESIA DE CURALHA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DATADA DE 28.11.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 2081/17, referente ao processo n.º 508/17, o Sr.º António Luiz Pinheiro, na qualidade de proprietário, apresenta elementos, relativos a um pedido de licenciamento e com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de alteração¹⁸ de uma habitação unifamiliar com licença de construção inicial n.º 680/83, sito no lote 8, do loteamento titulado pelo Alvará n.º 06/81 - bairro do Tâmega, freguesia de Curalha no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Caderneta Predial Urbana apresentada, o prédio urbano tem a área total de 589,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 253, da freguesia de Curalha.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Loteamento titulado pelo Alvará n.º 6/81.-----

2.2- Licença n.º 680/83, para "construção de uma habitação unifamiliar, de r/chão e andar, com a área de 219,00 m²".-----

2.3- Vistoria para efeitos de utilização, indeferida por despacho datado de 5 de Maio de 2017, processo camarário n.º 59/17. -----

2.4- Informação N.117/DAF/FISC/2017, no sentido de o requerente adotar as diligências necessárias tendentes à regularização da operação urbanística em desconformidade com a licença de construção n.º 680/83.

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Caderneta Predial Urbana; -----
- Cópia do alvará de loteamento;-----
- Planta de localização à escala1:25 000;-----
- Ortofotomapa à escala 1:2 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Declaração do técnico, comprovativa de inscrição em associação pública de carater profissional;-----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos;-----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----

¹⁸ «Obras de alteração» as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cêrcea;-----

- Desenho de alterações;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Termo de responsabilidade do cumprimento dos requisitos acústicos;--
- Plano de acessibilidades e respetivo termo de responsabilidade;----
- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se tratar de um procedimento de legalização de obras de alteração de uma habitação unifamiliar.---

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- Do alvará de loteamento 06/1981, constam as seguintes indicações, relativas ao lote:-----

- Área do lote = 589.00 m²;-----
- Número de pisos = 2;-----
- Utilização prevista = habitação unifamiliar;-----

4.2.2- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas).-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O presente pedido diz respeito, á legalização das obras de alteração na habitação unifamiliar, que são ao nível da compartimentação interior, mudança das escadas exteriores de acesso ao 1.º piso, vãos interiores e exteriores.-----

5.2- As alterações a legalizar na habitação unifamiliar não implicam aumento da área bruta de construção, nem de implantação relativamente ao licenciado ao abrigo da licença n.º 680/83.-----

5.3 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2017-10-12, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 153", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4 - Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, mostrando-se apenas necessário uma retificação no projeto de arquitetura apresentado, de forma a ser retratada a materialização do imóvel no local. O requerente apresenta sob requerimento n.º 2081/17, datado de 21/11/2017, novas plantas de arquitetura, retratando o espaço existente, dando assim cumprimento ao plasmado no auto de vistoria n.º 153, a folhas 53 do processo.-----

5.5 - A habitação unifamiliar que se pretende legalizar as obras de alteração, é uma preexistência, pelo facto de estar devidamente licenciado, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 5¹⁹ do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

¹⁹ Artigo 5º - Preexistências-----

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as actividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições:-----

5.6- A operação urbanística, que se pretende legalizar, enquadra-se na envolvente e promove a qualidade do tecido urbano, pelo facto de estar em bom estado de conservação, não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente na envolvente imediata.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1- Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento, e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 23 do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 123,75 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 123,75 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que a habitação unifamiliar, se situa em local, onde predomina esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente em que se insere.-----

8.2- Considerando, que a habitação unifamiliar é uma preexistência de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 5 do Regulamento do Plano Diretor Municipal e não há aumento da área bruta de construção relativamente à preexistência.-----

8.3 - Considerando, que a proposta feita pelo requerente, consubstanciada, na legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar cumpre as especificações do alvará de loteamento 6/1981, pelo facto de cumprir os parâmetros urbanísticos nele previsto. -----

8.4- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos e acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido alterado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.5- Considerando que da vistoria realizada, resultou, não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.6 - Considerando, que se trata de uma legalização das obras de alteração, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas.-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração de uma habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

À consideração superior-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N.º 314/2010-----

Áreas (m²) - sem aumento de área bruta de construção.-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento, e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 23 do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística.-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subsecção IV)-----

	Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		37,95 €
n.º 14	Alteração das fachadas acresce ao valor por m ²	14,00	5,30 € 74,20 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,60 € 11,60 €
	TOTAL		123,75 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 123,75 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.12.2017:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das

obras de alteração realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2017-12-07. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 638/17 - ADRIANO AUGUSTO PINHEIRO - RUA JOSÉ AGAPITO CARVALHO, LOTE 18, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 04.12.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território nº1627/17, datado de 13/09/2017, que determinou a organização do presente processo n.º638/17 e completado pelo requerimento n.º1782/17, de 04/10/2017, o Sr. Adriano Augusto Pinheiro, na qualidade de proprietário, apresenta um pedido de legalização de uma operação urbanística já concluída, consubstanciada na **legalização de obras de alteração**⁽²⁰⁾, já executadas, num edifício destinado a habitação unifamiliar, com Licença inicial n.º16, passada em 06 de janeiro de 1987, em área inserida em loteamento, com alvará n.º18/84 de 27/12/1984, cumulativamente na **legalização de obras de construção**⁽²¹⁾ de um edifício destinado a arrumos, "Anexos", também já concluídas, complementar da edificação principal, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, na sua versão final, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no prédio abaixo identificado.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

²⁰ **Artigo 2.º - Definições**-----

Para efeitos do presente diploma, entende -se por:-----

d) «Obras de alteração», as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente, ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área total de construção, da área de implantação ou da altura da fachada;-----

²¹ **Artigo 2.º - Definições**-----

Para efeitos do presente diploma, entende -se por:-----

b) «Obras de construção», as obras de criação de novas edificações;--

De acordo com Certidão da Conservatória do registo predial de Chaves, apresentado, o prédio rústico sobre o qual recai a presente operação urbanística, situa-se em Raimundo, encontra-se inscrito na matriz sob o artigo nº3127, **natureza urbana**, da freguesia de Santa Maria Maior possuindo uma área total de 450m², uma área coberta de 190m² e uma área descoberta de 260m² e composto de casa de rés do chão e 1.º andar e logradouro, confronta de norte com Rua pública, de nascente com Lote 19, de sul com Maria Inês Correia de Oliveira e de Poente com Lote n.º17, desanexado do n.º302.-----

3. ANTECEDENTES-----

Como antecedente ao pedido de legalização apresentado, registam-se em arquivo os seguintes processos: -----

3.1 Processo de Loteamento urbano denominado "Quinta do Telhado" com Alvará n.º18/84 concedido a Armino Correia, com 20 +29 lotes, num total de 49 lotes e posterior aditamento com alvará emitido em 13/10/88;-----

3.2 Processo n.º12 em nome de Adriano Augusto Pinheiro, para construção de uma moradia de R/C e andar com a área 189,95m², sito em Alto da Várzea, dando origem à licença 16, passada em 06 de maio de 1987;-----

3.3 Processo n.º 8/17, para vistoria para efeitos de utilização, tendo de acordo com o teor do auto de vistoria n.º46, de 19/01/2017, sido indeferido o pedido de concessão de autorização de utilização mencionado.-----

4. ANÁLISE DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

4.1 Através do requerimento n.º1627/17, de 13/09/2017, apresenta:---

- Processo em formato digital, CD, contendo ficheiros com os elementos instrutórios do processo (peças desenhadas e escritas), nos termos da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, no que respeita à implantação da operação urbanística, e nos termos do n.º3, do artigo 13.º, do RMUE. -----
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido;--
- Fichas de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho;-----
- Cópia da fatura do consumo da eletricidade, emitido em 10/08/2017, referente ao período de faturação de 11 de julho a 10 de agosto de 2017;-----
- Cópia da rescisão do contrato no referente às telecomunicações;
- Cópia da fatura do consumo de água e resíduos; -----
- Cópia da planta síntese do loteamento;-----
- Cópia do alvará da licença de construção;-----
- Planta de consulta da câmara municipal, à escala 1:10.000, com indicação do local da operação urbanística; -----
- Extratos, das plantas de ordenamento e de condicionantes do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra, à escala 1: 10. 000;-----
- Declaração do autor do levantamento topográfico;-----
- Prova da validade da inscrição do técnico topógrafo em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Levantamento topográfico, à escala de 1:200;-----
- Prova da validade da inscrição da arquiteta, em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----

- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;-----
 - Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º14, do artigo 13º do RMUE;-----
 - Termo de responsabilidade subscrito pela Coordenadora do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----
 - Termo de responsabilidade subscrito pela autora do projeto de arquitetura, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----
 - Projeto de arquitetura, incluindo ficha de descrição de edificação, memória descritiva e justificativa, plantas à escala de 1:100, alçados à escala de 1:100, cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100 abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas, documentação fotográfica dos imóveis, habitação e anexo, plantas de alterações, os elementos mínimos apresentados em conformidade com disposto no artigo 15.º do RMUE;-----
 - Ficha de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE - Mod.200901-ANPC), aplicável às utilizações tipo I a III e VI a XII para a 1ª categoria de risco, acompanhada de termo de responsabilidade;-----
 - Projeto de arranjos exteriores acompanhado de Termo de responsabilidade subscrito pela autora do projeto de arranjos exteriores, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----
 - Pedido de dispensa do cumprimento dos requisitos de acessibilidade não tendo por esse facto apresentado o respetivo plano de acessibilidades, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto;-----
 - Prova da validade da inscrição válida do técnico, engenheiro, em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
 - Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;-----
 - Pedido de isenção do projeto de comportamento acústico;-----
 - Pedido de isenção de emissão de pré-certificado energético;----
 - Pedido de isenção do projeto de comportamento térmico;-----
 - Projeto de abastecimento de água e projeto de drenagem de águas residuais e pluviais;-----
 - Projeto de estabilidade.-----
- 4.2 Juntamente com o requerimento n.º1782/17, de 04/10/2017, acima mencionado, apresenta:-----
- Projeto de Instalação Gás;-----

5. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

5.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

A pretensão, consubstanciada a reposição da legalidade urbanística de uma operação urbanística ilegal, onde coexistem, obras de alteração e obras de construção sem os respetivos atos administrativos de controlo prévio, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE.-----

5.2 Enquadramento em Loteamento-----

A pretensão situa-se no lote 18, do processo de loteamento urbano denominado "Quinta do Telhado", titulado com o Alvará de Loteamento

n.º 18/84, em nome de Armino Correia, a que foi autorizado, em reunião da Câmara Municipal, realizada em 26/06/1989.-----
São propostos os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

- Área do lote - 450,00m²-----
- Área de implantação - 144,55m² (117,70m² habitação + 27,10m² anexo) -----
- Área de construção - 220,27m² (193,42m² habitação + 27,10m² anexo)-----
- Altura da edificação - 6,08ml habitação / 2,41ml anexo-----
- Volume - 630,00m³-----
- N.º pisos - 2 (dois na habitação, um no anexo)-----
- N.º Lugares estacionamento dentro do lote - (1 privado coberto + 1 privado descoberto).-----

A moradia foi edificada no Lote 18 do Alvará de Loteamento n.º 18/84, que prevê que as construções a edificar devem obedecer ao estipulado no Regulamento do Loteamento, o qual foi aprovado pela Câmara Municipal e se encontra anexo ao processo de loteamento, dele fazendo parte integrante. -----

Esse Regulamento estabelece no seu artigo 15.º que a "área total de construção"(22) não pode ultrapassar os 30% aplicados á área do lote, ou seja, a área máxima admissível de 135m², bem como, a proibição de construção de quaisquer edificações fora dos alinhamentos impostos, no seu artigo 16.º considera que qualquer construção se deverá localizar nos limites dos alinhamentos impostos , no seu artigo 20.º obriga a que as construções estejam afastadas 3 metros dos limites laterais dos lotes e no seu artigo 24.º não poderá ser edificado qualquer construção na servidão, para efeitos de condução de águas pluviais e domésticas, condutas de águas, eletricidade e outros serviços públicos necessários ou adequados.-----

Porém, o projeto de arquitetura do conjunto edificado para o mencionado Lote 18, ultrapassa a área máxima admissível de 135m², isto é, (117,70 hab. +27.10m² anexo= 144,55m²) e inclui a construção de um anexo, parcialmente encostado ao limite do lote, sem garantir o afastamento de 3m e não garante a servidão, pelo que viola inequivocamente os artigos 6.º, 7.º, 16.º e 24.º indicadas no regulamento do loteamento.

5.3 Nos Regulamentos Municipais-----

O presente pedido tem enquadramento, no artigo 73.º-C, sob a epígrafe, "Procedimento de legalização de operações urbanísticas", do Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015, RMUE.-----

6. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

6.1 Caracterização-----

A operação urbanística, objeto do procedimento de legalização, consubstanciada na reposição da legalidade urbanística, resultado de obras **de alteração**, já executadas, num edifício destinado a habitação unifamiliar , com Licença inicial n.º16, passada em 06 de janeiro de 1987, em área inserida em loteamento, com alvará n.º18/84 de

²² área total de construção - o pavimento da construção, a área limitada pelas paredes exteriores ou que delimitam pátios interiores, alpendres, terraços, galerias, corpos salientes ou varandas que estejam cobertos por elementos análogos, telhados ou outros elementos de proteção. A área será medida segundo a sua projeção horizontal e para cada pavimento, adicionando-as, no caso de se verificar sobreposição total ou parcial, aos elementos acima enumerados.-----

27/12/1984, cumulativamente na legalização **de obras de construção** de um anexo, também já concluídas, complementar da edificação principal, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, para efeitos de aplicação do disposto no artigo 102.º-A do RJUE.-----

6.2 Análise e conclusões-----

Em relação ao presente pedido há dois aspetos a focar: -----

- No que concerne ao primeiro aspeto, constata-se que a edificação principal, destinada a uma habitação unifamiliar, nos termos em que se encontra representada no projeto apresentado, não consubstancia violação dos parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo alvará de loteamento. Assim sendo, podemos afirmar a possibilidade das alterações à Licença inicial n.º16, passada em 06 de janeiro de 1987, já executadas na edificação principal destinada a habitação unifamiliar **poderem vir a ser legalizadas por esta autarquia** e a possibilidade de para as mesmas poder vir a ser emitido o alvará de licença de utilização. conforme o estatuído no n.º 3, do artigo 73.º-C, do RMUE.-----

- Já no que se refere ao edifício destinado a arrumos, "Anexos", complementar da edificação principal, a resposta é distinta. Com efeito, como se pode verificar por leitura designadamente do último parágrafo do item 5.2 da presente informação, a construção dos referidos "anexos" viola as especificações alvará do loteamento e constantes do Regulamento do Loteamento, pelo que, as obras de construção do edifício destinado a arrumos, "Anexos", já concluídas sem procedimento de controlo prévio **não são passíveis de ser legalizadas**. -----

No âmbito do atendimento ao público, realizado em 12/10/2017, esclareceu-se a promitente compradora que o referido edifício destinado a arrumos, "Anexos" e complementar da edificação principal, nos moldes apresentado com vista a ser legalizado, se for do seu entendimento, terá de encetar as diligências, visando a eventual alteração ao loteamento urbano denominado "Quinta do Telhado" com Alvará n.º 18/84, ou então solicitar permissão para a execução de trabalhos de demolição, no referente ao anexo, no sentido da *reposição do terreno nas condições* anteriores à obra.-----

Em 23/11/2017, realizou-se a vistoria técnica. Com efeito, como se pode verificar por leitura do auto de vistoria n.º162, produzido no âmbito do preceituado no n.º 6, do artigo 73.º-C, do RMUE, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido, o edifício destinado a habitação unifamiliar, reúne as condições para que possa ser utilizado, não carecendo de obras de correção e/ou adaptação. No referente ao anexo foi constatado que o mesmo foi demolido. Por depoimento verbal, dos promitentes compradores e técnica coordenadora do projeto, foi declarado que procederam previamente aos trabalhos de demolição uma vez que o referido anexo não cumpria as especificações do alvará de loteamento e atendendo à sua pequena dimensão, ao facto de possuir elementos estruturais frágeis e da sua fraca capacidade resistente global.-----

7. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

Neste contexto a pretensão agora consubstancia, a **legalização de obras de alteração**⁽²³⁾, já executadas, num edifício destinado a

²³ **Artigo 2.º - Definições**-----

Para efeitos do presente diploma, entende -se por:-----

d) «Obras de alteração», as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente, ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou

habitação unifamiliar, com Licença inicial n.º16, passada em 06 de janeiro de 1987, bem como, contempla a **legalização das obras de demolição do anexo**, sem procedimento de controlo prévio, atendendo que previamente o interessado procedeu à demolição do referido anexo existente (de má qualidade), em área inserida em loteamento, com alvará n.º18/84 de 27/12/1984 e cumpre os parâmetros urbanísticos patenteadas no Alvará de Loteamento n.º 18/84, que a seguir se discriminam:-----

- Área do lote - 450,00m²-----
- Área de implantação - 117,70m² habitação -----
- Área de construção - 193,42m² habitação-----
- Altura da edificação - 6,08ml habitação-----
- Volume - 630,00m³-----
- N.º pisos - 2 -----
- N.º Lugares estacionamento dentro do lote - (1 privado coberto + 1 privado descoberto).-----

8. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

Edifício de habitação unifamiliar-----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos/garagem	Armazém	TOTAL
Rés do Chão	117,70m ²				
Andar	75,69m ²				
TOTAL					193,42m ²

Cércea-6,08ml-----

volume - 887,75 m³-----

8.1 Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Como se tratam de obras de edificação em área abrangida por operação de loteamento, não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, em conformidade com o ponto 2, do artigo 23, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização de operações urbanísticas. -----

8.2 Cálculo das taxas (administrativas) de licenciamento-----

(art.º 66 da subseção IV)-----

As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, correspondem ao valor de 49,64 € (quarenta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos), conforme discriminado nas tabelas com o cálculo das taxas administrativas que se anexa à presente informação.-----

Obras de alteração-----

divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área total de construção, da área de implantação ou da altura da fachada;-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	0	63,6	0,00 €
n.º 14	Alteração das fachadas dos edifícios licenciados com a abertura, ampliação, ou fechamento de vãos de e janelas portas ou janelas por m2, acresce ao valor referido em 1., por m2	0	5,30 €	0,00 €
n.º 15	Reconstrução ou alteração, acresce ao valor referido em 1., por m2			
a)	Por metro quadrado da área de intervenção	3,47	2,10 €	7,29 €
b)	Por cada fracção acrescida	0	2,10 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	0	11,50 €	0,00 €
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará	0	37,65 €	0,00 €
n.º 18	No caso do aditamento gerar aumento de área bruta de construção, acresce por cada m² adicional	0	3,10 €	0,00 €
	TOTAL			7,29 €

obras de demolição

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 70.º	Licença para a realização de obras de demolição			
n.º 1	Emissão de alvará de licença	0	37,35	0,00 €
n.º 2	Para a demolição de edificações e outras construções, ao valor referido em 1. acresce			
a)	Até 200 m2	1	42,35 €	42,35 €
b)	De 201 m2 a 500 m2	0	63,10 €	0,00 €
c)	Mais de 500 m2	0	105,15 €	0,00 €
n.º 3	Emissão de aditamento ao alvará	0	10,50 €	0,00 €
	TOTAL			42,35 €

TOTAL A PAGAR..... $\Sigma 0 \text{ €} + 7,29 \text{ €} + 42,35 \text{ €} = 49,64 \text{ €}$

O valor total das taxas a liquidar é assim de 49,64 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros anteriores (taxas administrativas).-----

9. PROPOSTA DE DECISÃO-----
 Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo n.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Camara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

9.2 Neste seguimento, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de **legalização de obras de alteração**⁽²⁴⁾, já executadas, num edifício destinado a habitação unifamiliar, com

²⁴ **Artigo 2.º - Definições**-----

Para efeitos do presente diploma, entende -se por:-----

d) «Obras de alteração», as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente, ou sua fracção, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área total de construção, da área de implantação ou da altura da fachada;-----

Licença inicial n.º16, passada em 06 de janeiro de 1987, em área inserida em loteamento, com alvará n.º18/84 de 27/12/1984, sendo que as referidas obras de alteração se encontram patenteadas no projeto a que se faz referência, pelo que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel, para habitação unifamiliar.-----

9.3Mais se informa, deverá o interessado, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do RMUE, requerer, num prazo de 90 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

9.4 Assim como, planta de contrastes, retratando também as obras de demolição e a certificação energética.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.12.2017:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras de alteração realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença, inseridas num loteamento, bem como o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2017-12-07. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 377/17 – FILOMENA PIRES LOPES – RUA VALE DA CARVALHA N.º 18, FREGUESIA DE VILELA SECA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a BRANCA FERREIRA DATADA DE 20.11.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento n.º 1740/17, referente ao processo n.º 377/17, a Sr.^a Filomena Pires Lopes, apresenta elementos, relativos ao pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção²⁵ de uma habitação unifamiliar e anexo, situada na rua

²⁵ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

Vale da Carvalha, n.º 18 - Vilela Seca, freguesia de Vilela Seca no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 262,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 537-P e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1521/20170420, da freguesia de Vilela Seca.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- A parcela de terreno onde se projeta a construção a legalizar, resultou de uma operação de destaque, processo camarário n.º 553/14 e certidão emitida em 6 de Abril de 2017.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Ortofotomapa à escala 1:5 000;-----

- Planta de localização à escala 1:25 000;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

-Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-

- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----

- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----

- Quadro de áreas;-----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----

- Termo de responsabilidade do plano de acessibilidades;-----

- Levantamento topográfico e perfil existente à escala 1:200;-----

- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----

- Planta de arranjos exteriores à escala de 1: 200;-----

- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----

- Alçados à escala de 1:100;-----

- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----

- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----

- Fotografias;-----

- Ficha de elementos estatísticos;-----

- Declaração do topógrafo;-----

- Projeto de estabilidade;-----

- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----

- Estudo de comportamento térmico;-----

- Projeto acústico;-----

- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----

- Projeto de águas pluviais;-----

- Fatura da luz;-----

-Termo de responsabilidade do autor do projeto acústico;-----

-Termo de responsabilidade do autor do projeto de arranjos exteriores;

- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º -A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de construção de uma habitação unifamiliar e anexo.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- A requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar e anexo. A habitação a legalizar, possui dois pisos: r/chão e sótão e uma área bruta de construção de 130,17 m².-----

5.2- Respeita o índice de utilização estabelecido para o local, que é nestes casos de 0.50 m²/m² aplicado à área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = 262,00 m² x 0.50m²/m² = 131,00 m² (máxima área bruta de construção permitida). A pretensão preconiza uma área bruta de construção de 130,17 m², o que implica um índice de utilização de 0,49 m²/m² < 0,50 m²/m² (índice de utilização do local).-

5.3- As obras de construção a legalizar, respeitam os artigos 18.º e 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

5.4- Face ao uso pretendido para o imóvel, destinado a habitação unifamiliar, há a referir que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

5.5 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2017-09-07, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 148", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.6 - Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de haver necessidade, de ser reformulado o projeto de arquitetura, de forma a ser cumprido o artigo 65.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas. A requerente apresenta sob requerimento n.º 1740/17, datado de 27/09/2017, novas plantas de arquitetura, retratando o espaço existente, que ao nível do sótão, não possui pé-direito livre mínimo de 2,40 metros, pelo que, os compartimentos existentes neste piso, destinam-se a arrumos e instalação sanitária.-----

5.7- A operação urbanística, que se pretende legalizar, enquadra-se na evolvente e promove a qualidade do tecido urbano, pelo facto de estar em bom estado de conservação, não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente na envolvente.--

5.8- Face ao uso previsto do imóvel (habitação unifamiliar) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea b) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal, uma vez que contempla no interior do seu prédio 2 lugares de estacionamento automóvel, o qual, é superior ao valor mínimo de 1 lugar previsto naquela norma regulamentar.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do plano de acessibilidades, do autor dos projetos de especialidades, do diretor técnico da obra e do autor do levantamento topográfico, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 533,73 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 149,40 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 683,13 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que a proposta apresentada, cumpre o disposto no artigo 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, pelo facto de: a área bruta de construção proposta, respeitar o índice de construção do local que é de 0.50 m²/m² aplicado á área da parcela, a altura da edificação não ultrapassa 7,5 metros, a área de impermeabilização do solo não excede 75% da área da parcela e a área de implantação, não excede 60% da área do terreno.-----

8.2- Considerando que o edifício, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente, integrando-se desta forma com alguma naturalidade no meio em que se insere.-----

8.3- Considerando, que o uso pretendido, para habitação unifamiliar, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

8.4- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido construído legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.5- Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.6- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o titulo a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º 3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar e anexo, a interessada deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;-----
À consideração superior-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010-----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 1	77,10				77,10
Piso 2			49,97		49,97
Anexo			3,10		3,10
TOTAL	77,10	0,00	53,07	0,00	130,17

Cércea - 6,87 ml-----

Volume - 334,74 m³-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem						
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	4,48		19,33	86,60	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00	€/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61	€/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00	€/m
C - custo das obras existentes na via pública / m						142,33	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública						15	
Moradia unifamiliar							
- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º							
T = C x m x 0,25						T =	533,73 €

QUADRO II-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subseção IV)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			

n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			63,60 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	74,20 €	74,20 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	0	84,80 €	0,00 €
c)	Superior a 500 m2	0	95,45 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,60 €	11,60 €
	TOTAL			149,40 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 533,73 € + 149,40 € = 683,13 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.12.2017:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras de alteração realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2017-12-07. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO TURÍSTICO, PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - PROCESSO N.º 701/17 - JOÃO FRANCISCO FAUSTINO MARTINS - LUGAR DE VALONGO, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.^a DORA VIDEIRA DATADA DE 20.11.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

O requerente acima referido, apresentou, pedido de informação prévia referente à edificação num terreno com 14.500,00m², de um empreendimento turístico, tipo Estabelecimento hoteleiro a levar a efeito no lugar do Valongo, Santa Cruz /Trindade;-----

2. Enquadramento da Pretensão-----

2.1 Instrumentos de planeamento em vigor - PDM-----

2.1.1 De acordo com extrato da planta n.º 34A do Plano Diretor Municipal, aparentemente o terreno objeto do pedido de informação prévia encontra-se em Classe 1 - Espaços urbanos e urbanizáveis, categoria 1.1- cidade de Chaves;-----

3. Análise e instrução do pedido-----

3.1 Considerando o tempo decorrido sem que estes Serviços Técnicos tivessem feito o saneamento e apreciação liminar do mesmo, que neste caso passaria logo pela rejeição liminar do mesmo, compete-me agora fazer uma descrição ainda mais exaustiva das razões que levam à emissão de um parecer desfavorável do mesmo; -----

3.2 Assim de seguida passam-se a descrever os motivos que impedem uma análise do PIP formulado:-----

- A certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, embora coincida com a área do levantamento topográfico, não possui nenhuma confrontação com caminho público - condição base descrita no artigo 18.º do Regulamento do PDM - pelo que não se percebe se a certidão apresentada corresponde ao terreno representado;-----

- Toda a Memória Descritiva, se baseia na planta do PU - Plano de Urbanização que não se encontra válida e por conseguinte não podem ser utilizados os índices aí contemplados;-----

- Atendendo ao facto de as Medidas Preventivas estabelecidas por motivo de revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves, terem caducado no pretérito dia 27 de Julho de 2017, a partir dessa data foram repriminadas as disposições regulamentares do PDM que as referidas medidas preventivas haviam suspenso.-----

- Deste modo, passaram a vigorar todas as normas regulamentares estatuídas pelo regulamento do Plano Diretor Municipal aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros N.º 19/95, com as alterações introduzidas em 1996 e 2010, à exceção do artigo 73.º do referido Regulamento;-----

- Deste modo e face à caducidade das Medidas Preventivas e consecutiva repriminação do PDM desde essa data, passaram-se a aplicar as disposições de edificabilidade dispostas na alínea a), do n.º2, do artigo 19.º²⁶, do Regulamento do Plano Diretor Municipal, que estabelece 0,5m²/m² como I_c máximo;-----

4. Proposta de decisão-----

4.1 Pese embora o pedido tenha que ser objeto de consulta do Turismo de Portugal, I.P., entende-se que deverá ser reformulado de acordo com as normas em vigor, corrigindo-o e instruindo-o de acordo com os aspetos acima enunciados, esclarecendo ainda a discrepância da certidão do Registo Predial;-----

4.2 Face ao descrito anteriormente e de acordo com o descrito no artigo 16.º em articulação com o n.º1, do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo DL 136/2014 de 09/09, estes Serviços entendem emitir parecer desfavorável ao pedido de Informação Prévia formulado através de requerimento n.º 1783/17 de 04/10/2017.-----

²⁶ Artigo 19º - Regras de edificabilidade -----

1 - A edificabilidade em lotes ou parcelas constituídos ao abrigo de projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento plenamente eficazes rege-se pela respetiva disciplina regulamentar.--

2 - A edificabilidade em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos referidos no número anterior fica sujeita às seguintes regras:-----

a) A área bruta de construção máxima a autorizar é a que resulta da aplicação dos seguintes índices:-----

Os estabelecidos para a zona onde se localiza a parcela, quando se tratar de área disciplinada por plano de urbanização;-----

0,5 m²/m², nos restantes casos;-----

4.3 De acordo com o articulado nos artigos 121.º e 122.º do CPA, a que se refere a audiência dos interessados, deverá o requerente para o efeito, ser notificado para vir ao processo, por escrito, no prazo de dez dias, dizer o que se lhe oferecer, sobre o assunto.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 28.11.2017:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Assim, atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar um projeto de decisão administrativa conducente à emissão de um parecer desfavorável, relativamente ao pedido de informação prévia em causa, dado o mesmo consubstanciar a violação das normas legais e regulamentares expressas no item 3.2 deste documento. Neste seguimento, dever-se-á notificar o requerente para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima enunciada, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 121º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.11.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2017-11-30. -----

Visto. Concordo. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO - PROCESSO N.º 345/17 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - RUA ANTÓNIO NOBRE, RAMPA DO MATADOURO BUA BONIFÁCIO ALVES TEIXEIRA E AV. BARBOSA DU BOCAGE, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a CONCEIÇÃO REI DATADA DE 07.12.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 875/17, em 23-05-2017, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para passagem de cabos em infraestruturas existentes, nos arruamentos abaixo indicados, situados na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves:-----

-Avenida Brácara Augusta, Rua António Nobre, Rampa do Matadouro, Rua Bonifácio Alves Teixeira e Avenida Barbosa Du Bocage - 975 ml;-----

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, proferido por despacho do Chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, Srº Engº Civil João Geraldês, datado de 31 de agosto de 2017, a interessada apresenta sob o requerimento registado com o nº 1651/17, dois exemplares do projecto apresentado em maio do corrente ano.-----

INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 4º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º27, do RJUE corrigindo-se o pedido nos termos do disposto no nº 2 do artigo 108º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7/1.-----

2.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 e nº 2 do artigo 3º28 do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8º29 e 9º do mesmo diploma legal.-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres, os quais devem ser dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Engª Maria Madalena S. Durão Branco, a exerceu funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 04-12-2017.-----

-Parecer favorável do Engº Nuno Bento Rodrigues, actualmente a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, emitido em 30-11-2017.-----

3-PARECER -----

3.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, no arruamento acima mencionado.-----

3.2-De acordo com os trabalhos a realizar deve a requerente prestar caução, pelo exposto no nº 2 do artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

²⁷ **Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

ii) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

²⁸ **Artigo 3º - Licença Municipal-----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

²⁹ **Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----**

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

c) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

d) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

Em conformidade com o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 04-12-2017, o valor da caução é de € 1 033,50 (mil e trinta e três euros e cinquenta cêntimos), com IVA incluído.-----

3.3-Pese embora a calendarização proposta para a realização dos trabalhos seja de dois dias, somos de entendimento que o prazo para a realização das obras seja de **30 dias** (primeira condição de licenciamento).-----

3.4-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

a) Prazo para conclusão das obras - 30 dias.-----

b) Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

c) Prestação de caução no valor de € 1 033,50 (mil e trinta e três euros e cinquenta cêntimos), com IVA incluído.-----

d) Quaisquer intervenções em fachadas de edifícios, nomeadamente trabalhos de subida de cabos, colocação de caixas nas referidas fachadas, ou outros, **só poderão ser realizadas após a requerente ter obtido a prévia autorização escrita dos proprietários dos referidos imóveis.**-----

e) Apresentação no ato da emissão do alvará, do comprovativo de pagamento do seguro de Acidentes de Trabalho, emitidos pela Companhia de seguros VICTÒRIA - Seguros, cuja apólice possui o nº 11055666.----

3.5-Dever-se-à dar a conhecer à DOP e ao Srº Engº Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

4-PROPOSTAS-----

4.1-Face ao mencionado no anterior capítulo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para instalação do serviço de televisão, internet e telefone nas infraestruturas existentes no arruamento supra referido, nas condições mencionadas no item 3.4 da presente informação técnica.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Cálculo das taxas de licenciamento-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações - 975 ml-----

-Período da licença - 30 dias.-----

-Tipo de obra - Instalação da rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone.-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Artigo 17º).....52,95 €-----

-Pela emissão de licença de ocupação do espaço aéreo e solo(Artigo 18º).....10,60 €-----

Ocupação da via pública por motivo de obras: -----

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do Artigo 21º).....3,15 €

Ocupação de solo ou subsolo:-----

-Com tubos, condutas e cabos condutores e semelhantes, por ml ou fração e por ano (nº 8 do Artigo 20º).....975,00 €

TOTAL A PAGAR.....**1 041,70 €**

4.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público

Municipal, devendo a interessada nesse dia indicar por escrito a data do início dos trabalhos.-----

4.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

4.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 345/17, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar ao Srº Engº Nuno Bento, a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

4.3.2-Envio da fotocópia do requerimento nº875/17, acompanhada das Plantas de Localização, constante no processo a folha nº 107 e nº 108 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

4.4-**Após a emissão³⁰ do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, DOP, DRO e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na D.P.M, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento-----

4.5-Concluídas as obras de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória das mesmas, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4.6 -Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 07.12.2017:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento da construção de novas infraestruturas para instalação de rede de distribuição de Televisão por Cabo, nos termos previstos no artigo 5.º do Regulamento de Obras e trabalhos no subsolo do Domínio Público Municipal, com as condições de licenciamento expressas no item 3.4 desta informação. Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas no item 4.3 desta informação.-- À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2017-12-07. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

³⁰ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

3.11. DESTAQUE DE PARCELA, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 753/17 - ROSA MARIA MONTEIRO BORGES - RUA CENTRAL N.º 33, OUTEIRO JUSÃO, FREGUESIA DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 23.11.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território n.º2062/17, datado de 17/11/2017, vem a Sra. Rosa Maria Monteiro Borges, na qualidade de proprietária, requer a junção de elementos, para cumprimento do enunciado na informação técnica datada de 07/11/2017, da qual tomou conhecimento através do seu genro, em 13/11/2017, no âmbito do processo n.º753/17, com vista à emissão de uma certidão de destaque de uma parcela de terreno, do prédio "mãe" descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1023/20040126 e inscrita na matriz com o n.º 1531 da União de freguesias de Madalena e Samaiões.-----

2. LOCALIZAÇÃO-----

2.1 O prédio sobre o qual se pretende proceder ao destaque de uma parcela encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1023/20040126 e inscrito na matriz com o n.º 1531 da freguesia de Madalena e Samaiões em nome da Sra. Rosa Maria Monteiro Borges, ora requerente. De acordo com o aí descrito verifica-se que o prédio possui uma área total de 2600 m² e uma área coberta de 337,14m² e uma área descoberta de 2262,86m².-----

2.2. Por leitura da Declaração, Modelo 1 do Imposto Municipal sobre imóveis, comprovativo da declaração para inscrição ou atualização do prédio, referente ao artigo n.º 1531 da freguesia de Madalena e Samaiões em nome da Sra. Rosa Maria Monteiro Borges, verifica-se que o prédio confronta a norte, sul e poente com caminho público e a nascente com Silvio Manuel Santos Silva.-----



3. ANTECEDENTES-----

Como antecedente ao pedido de emissão de Certidão de destaque apresentado, registam-se em Arquivo Municipal, os anteriores processos camarários:-----

3.1 Processo o n.º 362/03, em nome de Sandra Marisa Borges Pires e Cláudia Cristina Borges Pires, relativo ao licenciamento da uma moradia unifamiliar, levada a efeito sobre o referido prédio, com alvará de Licença de obras n.º 120/2003, de 29/03/2005, tendo lhe sido

atribuído o alvará de autorização de utilização n.º 125/05, emitido em 26/04/2005; -----

3.2 Existe no mesmo prédio um anexo, construído ao abrigo do processo n.º 280/12, com alvará de construção n.º 115/12, destinado a resguardo de alfaías agrícolas de apoio à habitação, em nome de Sandra Marisa Borges Pires e outra, tendo lhe sido atribuído o alvará de autorização de utilização n.º 116/12, emitido em 23/08/2012 -----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1. No regime jurídico-----

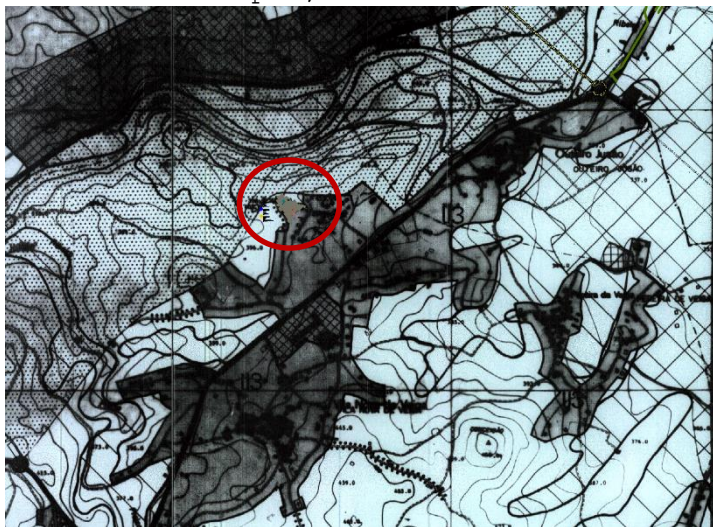
O pedido agora apresentado, tem enquadramento legal no disposto no n.º 4, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações, RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação) estando deste modo Isento de controlo prévio dado que o prédio com descrição predial se situe em perímetro urbano e desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

4.2 No Regulamento Municipal-----

Verifica-se ainda que a sua instrução se rege pelo disposto no artigo 19.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, do Município de Chaves, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º 732/2015, RMUE.

4.3 Nas disposições do Plano Diretor Municipal -----

O terreno no seu todo e de onde se pretende destacar, tem na sua totalidade 2600 m² (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) está inserido em classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, categoria 1.3 - outros aglomerados, aglomerado de Outeiro Jusão, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, confrontando com caminho público.-----



5. ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

5.1 Analise da instrução do processo -----

O presente pedido encontra-se instruído com os elementos descritos no artigo 19.º do RMUE.-----

5.2- Análise da Pretensão -----

Por análise da pretensão verifica-se: -----

O terreno sobre o qual se pretende proceder à operação de destaque, tem na sua totalidade 2600 m² (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e está inserido em espaços urbanos e urbanizáveis, para a qual está prevista uma edificabilidade máxima correspondente ao índice de construção de 0.5m²/m². As construções erigidas no prédio, foram licenciadas com alvará n.º 120/2003, para uma moradia unifamiliar e anexo com alvará n.º 115/12.-----

A parcela a destacar terá uma área de 550,55 m² confronta a norte com caminho público. -----

A parcela remanescente (mãe) com 2049,45m², confronta a norte, com caminho público e Rosa Maria Monteiro Borges, a sul e poente com caminho público.-----

Tendo por base o disposto no n.º 4 e seguintes, do artigo 6.º do RJUE, verifica-se, que os elementos escritos (certidão da conservatória do registo predial) e desenhados que instruem a pretensão definem que o prédio objeto de análise, na estrema norte confronta com caminho público. Situação que se mantém, depois do prédio ser objeto de "fracionamento", ou seja, as parcelas, remanescente e a destacar, continuam a confrontar na estrema norte com arruamento público. Se considerarmos também que ao nível do PDM o prédio integra o solo pertencente à classe 1, espaços urbanos e urbanizáveis, do aglomerado de Outeiro Jusão, então, em conformidade com o n.º 4, do artigo 6.º do RJUE, estarão reunidas as condições para o deferimento do ato de destaque requerido, desde que seja salvaguardado o ónus do não fracionamento, através do novo destaque, na área correspondente ao prédio originário, por um período de 10 anos.-----

6. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Pelo descrito em análise do processo e nada havendo a opor considera-se que poderá ser emitida a certidão de destaque de acordo com o solicitado, devendo o presente pedido ser submetido à próxima reunião do executivo camarário para deliberação.-----

À Consideração Superior,-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.12.2017:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar decisão conducente ao deferimento do pedido de certidão comprovativa de que o ato que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pela interessada, está isento de licença, uma vez que, no âmbito do mesmo, se encontram cumpridas as disposições legais previstas no n.º 4, do artigo 6.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2017-12-11. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. "ECOVIA DE VIDAGO - TROÇO 1 (TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA CONDE CARIA E O BALNEÁRIO TERMAL DE VIDAGO)". - NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º 64/GNE/2017, DATADA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. ENQUADRAMENTO -----

O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 02 de novembro de 2017, deliberou, aprovar o relatório final de análise das propostas, da empreitada "Ecovia de Vidago - Troço 1 (Troço compreendido entre a Avenida Conde Caria e o Balneário Termal de Vidago)", na sequência da informação/proposta n.º 451/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, em 25 de outubro de 2017, pelo valor de 249 750,00 (duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta cêntimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 90 dias;-----

Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações, no dia 10 de novembro de 2017, foi efetuada a devida notificação de decisão de adjudicação, através da plataforma eletrónica vortal.biz, para, a firma adjudicatária, da empreitada, mencionada em epígrafe, Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A., e, restantes concorrentes, tendo sido concedido à firma adjudicatária o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 12 487,50 (doze mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato;----- Decorrido o prazo de 10 dias concedido, a firma adjudicatária, Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A., não veio apresentar os documentos de habilitação solicitados. -----

Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 86º, DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações, sob a epígrafe "Não apresentação dos documentos de habilitação", a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar. -----

2. PROPOSTA/DECISÃO -----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, e salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte: -----

a) Que seja notificada a firma adjudicatária, Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A., fixando-lhe um prazo de 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2, do artigo 86º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações, da intenção de declarar a caducidade do ato adjudicatório, nos termos e com os fundamentos, anteriormente, evidenciados; -----

b) Caso a firma adjudicatária, Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A., não se pronuncie nos 5 dias concedidos ao abrigo do direito de audiência prévia, que seja declarada, definitivamente, a caducidade da adjudicação, da empreitada "Ecovia de Vidago - Troço 1 (Troço compreendido entre a Avenida Conde Caria e o Balneário Termal de Vidago)", sendo notificada a firma adjudicatária dessa decisão; -----

c) Que seja comunicado ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., a caducidade da adjudicação, da empreitada "Ecovia de Vidago - Troço 1 (Troço compreendido entre a

Avenida Conde Caria e o Balneário Termal de Vidago)", nos termos do n.º 5, do artigo 86º, DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações; -----

d) Para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 461º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações, dever-se-á participar ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., notificando-se em simultâneo a firma adjudicatária, Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A.. -----
À consideração superior.-----

Chaves, 30 de novembro de 2017. -----
A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "REFORÇO DA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS EM TERRENOS NÃO PRIVADOS VISANDO A DIMINUIÇÃO DA CARGA DE COMBUSTÍVEL E DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA. -----

Foi presente a informação nº 488/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº 152 de 08 de agosto de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Reforço da Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios em Terrenos não Privados Visando a Diminuição da Carga de Combustível e de Acesso a Pontos de Água". -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 2 de novembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa Florestas Verdejantes, Lda., a execução da referida empreitada. -----

3 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, é de 120.944,41 € (Cento e vinte mil novecentos e quarenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 365 dias. -----

4 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 30 de novembro de 2017. -----

5 - O Auto de consignação foi celebrado a 30 de novembro de 2017. ---

6 - O adjudicatário, apresentou, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis -----

II - Fundamentação -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições

mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analísado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pelo Sr. ° Eng.º Vítor Pereira, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e Saúde em anexo; -----

2. Nomear como coordenador de segurança o Técnico Superior, Eng.º Vítor Pereira; -----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

4. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 06 de dezembro de 2017 -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: O Plano de Segurança e Saúde. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "LOTES 10 E 11 -REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS1.10" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA. -----

Foi presente a informação nº 489/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República - 2ª Série, nº 133 de 12 de julho de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Lotes 10 e 11 -Requalificação da Avenida General Ribeiro de Carvalho (PAMUS1.8), Rua Nadir Afonso, Travessa Nuno Álvares e Rua Mário dos Santos Delgado (PAMUS1.9) e Rua Artur Maria Afonso e Travessa General Ribeiro de Carvalho (PAMUS1.10"; -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 15 de setembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas S.A.", a execução da referida empreitada; -----

3- O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária é de 678.999,44 € (Seiscentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra de 150 dias; -----

4- O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 02 de novembro de 2017; -----

5 - O Auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado em 27 de novembro de 2017. -----

6 - O adjudicatário apresentou o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. -----

II - Fundamentação -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Madalena Branco, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo; -----

2. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.ª Madalena Branco -----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

4. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 06 de dezembro de 2017 -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: O Plano de Segurança e Saúde. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 26/DOP/2017 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 26/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 12.946,18 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €12.946,18 (doze mil, novecentos e quarenta e seis euros e dezoito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.5. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 27/DOP/2017 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). ----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 27/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 23.765,43 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €23.765,43 (vinte e três mil, setecentos e sessenta e cinco euros e quarente e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 28/DOP/2017 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 28/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 34.931,60 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €34.931,60 (trinta e quatro mil, novecentos e trinta e um euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 29/DOP/2017 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). ----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 29/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 46.345,11 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €46.345,11 (quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e cinco euros e onze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.8. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 30/DOP/2017 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). ----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 30/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 963,07 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €963,07 (Novecentos e sessenta e três euros e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.9. REFORÇO DA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS EM TERRENO NÃO PRIVADO VISANDO A DIMINUIÇÃO DA CARGA COMBUSTÍVEL E DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1/DOP/2017. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, FLORESTAS VERDEJANTES, LDA, no valor de 29.406,72 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €29.406,72 (vinte e nove mil, quatrocentos e seis euros e setenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.10. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 9/DOP/2017. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº 9/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 18.714,33 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €18.714,33 (Dezoito mil, setecentos e catorze euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.11. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 10/DOP/2017. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº 10/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 12.831,45 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €12.831,45 (Doze mil, oitocentos e trinta e um euros e quarenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.12. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 3/DOP/2017. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº 3/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, Construções Quatro de Maio, Lda., no valor de 24.026,60 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
 À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €24.026,60 (Vinte e quatro mil, e vinte e seis euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.13. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE VIDAGO - JARDIM DE INFÂNCIA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1/DOP/2017 - TRABALHOS SUPRIMENTO ERROS E OMISSÕES. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1/DOP/2017 - Trabalhos Suprimento Erros e Omissões, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, Construções Sensetec - Technical Services, Unipessoal, Lda., no valor de 10.178,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
 À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €10.178,00 (Dez mil, cento e setenta e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.14. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROJETO DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA ANTUNES GUERREIRO E RUA INÁCIO PIZARRO - INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE SR. ENG.º ABEL PEIXOTO DATADA DE 17.11.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. ENQUADRAMENTO-----

1.1. O Município de Chaves, em setembro de 2015, apresentou uma candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), em resposta ao Aviso EIDT-99-2015-03, de 19 de junho, do Programa Operacional Regional do Norte 2020, a qual foi aprovada pela Comissão Diretiva do PO NORTE em abril de 2016, tendo sido celebrado o respetivo contrato em maio de 2016.-----

1.2. O PEDU de Chaves, integrou um conjunto de ações enquadradas nas três Prioridades de Investimento do Programa Operacional Regional do Norte 2020 estabelecidas (PI-4.5, PI-6.5 e PI-9.8), as quais foram agrupadas, tendo originado os seguintes Planos de Ação: i) Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), ii) Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), e iii) Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).-----

1.3. As ações que integram o PAMUS, enquadram-se na Prioridade de Investimento PI-4.5, visam a "promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação", processando-se pelo AVISO Nº NORTE-06-2016-19. Esta prioridade está

incluída no Eixo Prioritário 5 - Sistema Urbano, estando associado ao Objetivo Temático 4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores. -----

1.4. Apesar do PEDU de Chaves e, consequentemente, os três Planos de Ação que dele fazem parte, já terem sido aprovados pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, por deliberação datada de 13-4-2016, as operações incorporadas têm vindo a ser submetidas na Plataforma "Balcão 2020", individualmente, à aprovação desta entidade gestora.--

1.5. Foi o que aconteceu no passado dia 10-08-2017, data em que foi submetida, na Plataforma "Balcão 2020", a candidatura referente à operação integrada no PAMUS, designada por "Requalificação das Ruas Antunes Guerreiro, Inácio Pizarro e Longras e das Avenidas 5 de Outubro e Tâmega (PAMUS 1.3 e 2.2)" - Lote 5.-----

1.6. Em resultado da submissão da candidatura supra, em 24-8-2017, foi aprovada uma comparticipação financeira do FEDER desta operação, no valor de 953.535,92€, correspondente a uma percentagem de 43,3% do custo total da operação, estimado em 2.203.865,32€.-----

1.7. Contudo, e de acordo com as prioridades estabelecidas pelo anterior Executivo Municipal, foi superiormente decidido que, de toda a intervenção prevista para o Lote 5, numa primeira fase, apenas seria executado o troço viário correspondente à "Requalificação das Ruas Antunes Guerreiro e Inácio Pizarro" - Lote 5.1 - por se tratar de um eixo viário que apresentava um elevado estado de degradação dos seus pavimentos.-----

1.8. Importa também aqui salientar que, a este lote 5.1, corresponde uma parte da comparticipação financeira do FEDER, referida anteriormente, no valor de 179.372,31€ + IVA, correspondente a uma percentagem de 32% do custo total da operação, estimado em 552.866,36€ + IVA.-----

1.9. Por deliberação do Executivo Municipal, em Reunião de Câmara de 28-4-2017, foi decidido adjudicar a obra deste Lote 5.1 à empresa "Socorpena, Lda", pelo valor de 552.866,36€ + IVA, obra esta que se encontra em fase de execução.-----

1.10. Com a entrada em funções do novo Executivo Municipal, foi solicitado a esta Divisão, no passado mês de outubro do corrente ano, que se procedesse à elaboração de uma alteração ao projeto da "Requalificação da Rua Antunes Guerreiro e Rua Inácio Pizarro" (Lote 5.1), visando dar resposta à intenção de alterar o traçado rodoviário projetado pela empresa "Norvia - Consultores de Engenharia, SA", passado o sentido único, previsto na Rua Inácio Pizarro, para os dois sentidos de circulação automóvel.-----

1.11. No dia 10 -11- 2017, foi realizada uma reunião na CCDRN, onde foram auscultadas as condições técnicas e legais para se proceder à reprogramação do PEDU de Chaves, visando contemplar as orientações estratégicas do novo executivo.-----

2. PROPOSTA TÉCNICA-----

2.1. Em resultado destas novas orientações, superiormente determinadas, e de acordo com a estratégia acordada com os técnicos da CCDRN, os serviços técnicos da Divisão de Projetos e Mobilidade procederam à elaboração do projeto de alteração da obra de "Requalificação da Rua Antunes Guerreiro e Rua Inácio Pizarro" - representado nas peças em anexo à presente informação - que, não alterando as condições funcionais dos espaços de circulação destinados aos modos suaves, se pode traduzir, de uma forma geral, numa reconfiguração geométrica dos espaços destinados ao automóvel, previstos no projeto anteriormente aprovado, mais propriamente entre

a nova rotunda projetada e a Av. do Tâmega, passado o novo traçado a permitir a trânsito automóvel nos dois sentidos.-----

2.2. Esta reconfiguração geométrica, agora proposta no projeto em anexo, irá originar:-----

a) A supressão da faixa de estacionamento longitudinal;-----

b) O redimensionamento transversal, muito reduzido, das faixas destinadas à circulação pedonal;-----

c) A realocação de algumas colunas de iluminação pública;-----

d) A alteração das quantidades de trabalhos previstas no Mapa de Medições e, consequentemente, do valor total do Orçamento da obra em curso, que se estima que passe dos 552.866,36€+IVA para os 575.266,41€+IVA, resultando num acréscimo do valor da obra em 22.400,05€ + IVA;-----

e) A modificação da área elegível, que passará dos 6.523m², correspondentes a 47% do total da área de intervenção, para os 6.277m², que correspondem a 45% do total dessa área, resultando, assim, numa diminuição de 2% da área elegível da operação financiada para o Lote 5.1.-----

f) Uma redução da comparticipação financeira do FEDER para o Lote 5.1, que se estima que passe dos 179.372,31€+IVA (32% do custo total da operação), para os 139.891,17€+IVA (24% do custo total da operação).-----

3. PROPOSTA DE DECISÃO-----

3.1. Face ao exposto, propõe-se que a presente informação seja submetida à consideração do Senhor Presidente, para aprovação, condicionada, da proposta de alteração do projeto da obra de "Requalificação da Rua Antunes Guerreiro e Rua Inácio Pizarro - Lote 5.1 (PAMUS 2.2)", integrada no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável de Chaves, para efeitos de comunicação à Autoridade de Gestão competente, das alterações introduzidas ao projeto inicial.---

3.2. Caso a presente proposta venha a merecer o acolhimento superior, nos termos apresentados, sugere-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Dar conhecimento da presente informação, e documentos em anexo, à Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, com vista a esta divisão encetar todos os procedimentos administrativos tendentes à submissão da proposta de alteração do projeto da obra de "Requalificação da Rua Antunes Guerreiro e Rua Inácio Pizarro - Lote 5.1 (PAMUS 2.2) " à referida Autoridade de Gestão, para efeitos de aprovação;-----

b) Remeter cópia da presente informação, e respetivos anexos, para a Divisão de Obras Públicas, para operacionalização de todos os procedimentos administrativos, necessários para a realização da obra proposta no projeto de alterações em anexo, nomeadamente, a sua aprovação em Reunião de Câmara, por parte do Executivo Municipal.----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.11.20. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/07.-

Visto. Concordo. Proceda-se em conforme preconizado nesta proposta técnica. -----

À Reunião do Executivo Municipal. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António

Cândido Monteiro Cabeleira, tendo, sobre a matéria, em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----

1 - Esta candidatura, contextualizada no âmbito da mobilidade - PARU - tinha como objetivo fundamental a promoção da mobilidade e reforço da segurança quanto à circulação de peões. -----

2 - A proposta de alteração ao projeto, em apreciação, consubstancia:

a) Uma redução de passeios; -----

b) Uma redução do financiamento externo que já tinha sido conquistado; -----

c) Um aumento dos custos da empreitada. -----

3 - A estrutura urbana abrangida pelo projeto é de dimensão reduzida, sendo certo que o pressuposto base passava pela criação de zonas mais alargadas de estacionamento automóvel e melhoramento das condições de mobilidade. -----

4 - Neste contexto, não concorda com as alterações preconizadas ao projeto, em apreciação. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Atendendo à malha urbana existente, e considerando a ligação rodoviária que deve ser garantida, entre duas artérias muito relevantes da cidade - Av. do Tâmega e Av. da Cocanha -, é importante garantir a necessária fluidez do trânsito automóvel, sem comprometer o seu uso pedonal. -----

2 - Esta solução faz uma síntese mais adequada entre estas duas dimensões relevantes do projeto, ou seja, melhoramento da circulação de trânsito automóvel e valorização da mobilidade dos peões. -----

3 - A solução de consagrar apenas uma via de circulação, no projeto inicial, deveria ter sido alicerçada na realização de um estudo prévio, sobre a matéria, estudo esse que não foi desenvolvido. -----

4 - A redução de CO2 e o melhoramento da mobilidade pedonal, enquanto objetivos estratégicos prosseguidos por esta candidatura, não serão, substantivamente, atingidos, sendo certo que a taxa de financiamento da empreitada, no âmbito da candidatura, não será, significativamente reduzida. -----

5 - Tudo, atendendo às alterações minimalistas, ora, introduzidas ao projeto de execução. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas e Dra. Maria Manuela Pereira Tender, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.15. "LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES PAMUS 1.2)" - PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----

Foi presente a informação nº 493/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 28 de 8 de fevereiro de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)".

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 28 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PUBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3.0 ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 5 de junho de 2017. -----

4.0 valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 319 940,00 € (trezentos e dezanove mil novecentos e quarenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 19 de junho de 2017 -----

5.A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 28 de junho de 2017. -

II - Fundamentação -----

1- A entidade executante vem, através de ofício que deu entrada nos serviços administrativos do Município de Chaves com o registo nº 9252 de 24 de novembro de 2017, solicitar uma prorrogação do prazo de execução da obra por 55 dias, argumentando para o efeito, os seguintes motivos: -----

-Alterações e indefinições do projeto de execução: -----

-Constrangimentos à execução da obra; -----

-Atual conjuntura da construção civil -----

Referindo também, a título de exemplo, os seguintes factos: -----

1-Rede de tubagem de Telecomunicações na Avenida do Estádio; -----

2-Realização anual da Feira dos Santos; -----

3-Indefinições e alterações ao projeto; -----

4-Contexto atual da construção civil - escassez de mão-de-obra. -----

2-Feita análise aos argumentos apresentados pelo adjudicatário, cumpre informar: -----

- Foi desde o início dos trabalhos, prevenida a entidade executante, para o integral cumprimento do plano de trabalhos e consequentemente o cumprimento dos prazos de execução, sendo que, qualquer proposta de alteração de trabalhos, nunca poderia por em risco a conclusão da obra no prazo contratualmente estabelecido, salvo eventual exceção, antecedida da devida autorização do Dono de obra. Contudo, devido aos atrasos consecutivos na execução dos trabalhos, retratados no incumprimento do plano de trabalhos e respetiva faturação mensal, permitiu ao Dono de Obra, poder introduzir pequenas alterações ao projeto, nomeadamente, reorganizar o espaçamento para a plantação de árvores e com tal, criar novas zonas de estacionamento, junto ao mercado municipal. As alterações efetuadas foram aprovadas superiormente, no final do mês de novembro; -----

-O Dono de Obra, desde o desvio negativo da primeira faturação, respeitante ao 1º mês de trabalho, alertou o adjudicatário dos atrasos verificados no cumprimento do plano de trabalhos, tendo sido solicitado à entidade executante, efetuar todas as diligências, no sentido de disponibilizar, em tempo oportuno, reforços tanto a nível de mão de obra e equipamentos, como na encomenda atempada dos materiais. Apesar dos compromissos assumidos pela entidade executante, as ações foram-se adiando, comprometendo assim a recuperação do tempo já perdido; -----

- A rede de tubagem de Telecomunicações na Avenida do Estádio, faz parte de outra empreitada, adjudicada aos "ANTEROS EMPREITADAS", não sendo como tal, argumento a considerar, na presente empreitada. Note-se, que o adjudicatário é o responsável, quer pela mão de obra, equipamentos e materiais, necessários, ao cumprimento das obrigações celebradas nos contratos das respetivas empreitadas; -----

- Devido à realização da feira anual dos Santos e tendo em atenção, que o adjudicatário ainda não tinha iniciado os trabalhos na zona da

rotunda do Mercado até ao Parque de Estacionamento do Mercado, o Dono de Obra informou que os trabalhos nessa zona, só deviam ser iniciados após o final da feira. Certo é, que podendo o adjudicatário trabalhar noutras zonas previstas no projeto, até à presente data, ainda não iniciou os trabalhos na referida zona (excetuando o corte das árvores);

-Indefinições e alterações ao projeto, nomeadamente a adaptação das caldeiras previstas no projeto, à dimensão dos troncos das árvores existentes, que passa pela substituição das caldeiras pré-fabricadas, pela aplicação de um gradil, cuja aquisição de material é menos morosa. Apesar de maior facilidade na obtenção do material, até à presente data, o adjudicatário só aplicou uma caldeira com gradil; -----

-As alterações efetuadas pelo dono de obra, nomeadamente, nas pequenas alterações das larguras das zonas de estacionamento, ou na criação de mais lugares de estacionamento, respeitam sobretudo a ajustes na implantação do projeto, resultam de situações pontuais, onde se mantêm os mesmos materiais, as quais, não conduziram a quaisquer atrasos, se os trabalhos decorressem de acordo com o plano de trabalhos estabelecido. Note-se que a área de intervenção da obra é extensa, pelo que, os ajustes efetuados, permitiriam sempre avançar com as frentes de trabalho, nunca pondo em risco o cumprimento do prazo para a conclusão da obra, nem provocando atrasos na entrega de materiais, uma vez que se mantem os mesmos materiais; -----

-Na atual conjectura da construção e pela análise efetuada, no desenrolar dos trabalhos efetuados até à data, constata-se que a falta de mão-de-obra, tem sido o fator determinante, para o incumprimento dos prazos de execução estabelecidos no respetivo plano de trabalhos da obra, sendo tal facto da exclusiva responsabilidade do adjudicatário; -----

-Como se pode verificar pela faturação mensal, a entidade executante não cumpriu, o plano de trabalhos e de pagamentos, contratualmente estabelecidos, tendo sempre comunicado ao Dono de obra que reforçaria todos os meios necessários, de modo a concluir a obra dentro do respetivo prazo de execução. Apesar dos propósitos da entidade executante, os mesmos não foram suficientes e capazes de recuperar os atrasos verificados, refletindo-se agora no incumprimento da conclusão da obra, dentro do prazo contratual. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, considerando que sem uma prorrogação ao prazo de execução da obra, torna-se impraticável a entidade executante concluir a mesma, propõe-se ao órgão executivo: -----

1- A obtenção da competente aprovação da prorrogação de prazo; -----

2- De acordo com o previsto no ponto n.º 2 e n.º 3 do Artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que seja concedida uma prorrogação graciosa do prazo de execução, sem direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado, pelo período de 55 dias; -----

3- De acordo ainda com o mesmo artigo, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor; -----

4- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada, e solicitar num prazo máximo de 5 dias o plano de Reprogramação dos Trabalhos. -----

Com aprovação do pedido de prorrogação, a data para a conclusão da obra, é de 19 de janeiro de 2017. -----

É tudo quanto me cumpre informar. -----
 À consideração Superior. -----
 Chaves, 24 de novembro de 2017 -----
 A Técnica Superior -----
 (Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.^a) -----
 Anexos: Pedido de prorrogação de prazo -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2017.12.11. -
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
 regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO
DELGADO, DE 2017.12.11. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
 regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
 À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar
 com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor
 da mesma. Notifique-se. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.1. PROCESSO DISCIPLINAR. RELATÓRIO FINAL DO INSTRUTOR. -----
 Dada a natureza reservada do dossiê - Processo Disciplinar - o teor
 do relatório produzido, sobre a matéria, pelo instrutor designado, no
 âmbito do processo disciplinar, não é transcrito na presente ata. ---
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/06.-
 À Reunião de Câmara para efeitos de apreciação e votação da proposta
 de aplicação de pena disciplinar formulada pelo instrutor do processo,
 Dr. Vítor Brás, a fls 152 e 153. -----

A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----

Apuramento da Votação: -----

Votos a Favor - 6 -----

Voto em Branco - 1 -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou aprovar o relatório final de instrução, elaborado pelo instrutor do processo disciplinar, a fls. 126 a fls. 153, no âmbito do processo disciplinar, em apreciação. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. 18.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017. -REGRA DO EQUILÍBRIO NAS MODIFICAÇÕES. INFORMAÇÃO N.º23/ST/2017, PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I. Enquadramento-----

Considerando, o art.º40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe " Equilíbrio orçamental ", prevê-se o seguinte:-----

1.Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----

2.Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.-----

3.O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.-----

4.Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.-----

II - Fundamentação-----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes:-----

1.No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, n.º1, al. a), do RFALEI;-----

2.Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação;---

3.Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art-º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual. -----

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta cobrada	29.782.010,94	Cumpre
Despesa corrente	22.391.986,84	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	3.188.102,52	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	29.782.010,94	
Despesa corrente paga (2)	22.391.986,84	
Saldo Corrente (3) =(1) - (2)	7.390.024,10	
Amortizações previstas (4)	3.015.045,73	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5) =(3) - (4)	4.374.978,37	
Total das receitas correntes totais (6)	29.782.010,94	
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.489.100,55	

Chaves, 04 de dezembro de 2017-----

A técnica superior em regime de mobilidade -----
(Paula Cristina Alves Veloso)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.12.06. -----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2. MODIFICAÇÃO POR REVISÃO ORÇAMENTAL AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS - 2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 22/DGF/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Pressupostos Legais: -----

a) O Orçamento dos Municípios, de carácter anual, apresenta a previsão das receitas e despesas com a descrição e desagregação segundo a classificação económica legalmente aprovada; -----

- b) A elaboração e eventuais modificações ao orçamento obedecem a um conjunto de princípios orçamentais e regras previsionais legalmente aprovadas no âmbito do POICAL; -----
- c) As modalidades legalmente assumidas com vista às modificações orçamentais constam no ponto 8.3.1 do POICAL (alterações e revisões);-
- d) O PPI apresenta-se com uma componente das opções do plano, onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico autárquico; --
- e) Este documento, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações a realizar pelo Município contemplando a respetiva previsão da despesa onde são discriminados os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos; -----
- f) Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para acorrer a despesas não previstas e insuficientemente dotadas, os documentos previsionais podem ser objeto de revisões e alterações; -----
- g) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes de diminuição e anulação de outras dotações, consubstanciando-se em transferências inter-rubricas da despesa (ponto 8.3.1.5 do POICAL). -----

II - Justificação -----

- a) Tendo em conta que o POICAL ao consagrar a possibilidade em proceder-se a uma alteração orçamental aos documentos previsionais por via de transferência de dotações inter-rubricas de despesa, não especifica qual a natureza daquelas rubricas (se corrente, se capital), confere, uma certa liberdade para que os Municípios, socorrendo-se do clausulado constante do referido Decreto-Lei, possam proceder a tantas modificações quantas as necessárias com utilização das dotações existentes em rubricas da despesa de natureza corrente e de capital para reforçar outras de igual ou diferente natureza; -----
- b) No que concerne a esta matéria de transferência inter-rubricas da despesa, deverão ser cumpridos os princípios orçamentais e regras previsionais, designadamente, o princípio do equilíbrio corrente; ---
- c) Desde que seja respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, previsto na alínea e), do ponto 3.1.1 do POICAL, é possível, proceder ao reforço de dotações de rubricas de despesas correntes com Contrapartida de anulação de despesas de capital, que traduz uma intenção que, em dado momento, o Município manifesta em proceder à alteração da forma de desenvolvimento de determinado projeto/ação, inicialmente afeto a despesas de investimento, para passar a ser desenvolvido por despesas correntes, sem que essa intenção reflita um desinvestimento; -----
- d) Considerando que, no orçamento autárquico, em cada ano, deverão ser respeitadas as dotações com despesas obrigatórias, entre as quais se incluem, as dotações destinadas às remunerações certas e permanentes, as dotações com encargos decorrentes de contratos de adesão e outras de funcionamento de carácter permanente, dotações para despesas que resultem de contratos de empreitadas, fornecimento de bens e de prestação de serviços, em execução, sendo certo que o Município não poderá suspender ou cancelar dotações orçamentais que correspondam a obrigações legais ou contratuais por si assumidas, para a realização das suas atribuições; -----
- e) Como tal, se durante a execução orçamental, se verificar insuficiência da dotação para estes fins, dever-se-á efetuar, de imediato as correspondentes retificações e alterações orçamentais, justificando, se assim resultar, possíveis interligações de dotações, dando-se prioridade absoluta às despesas destinadas ao cumprimento das obrigações autárquicas. -----

- f) Tal preceito, aparece de igual modo clarificado, no artº 17º da Lei nº91/2001, de 20 de agosto, o qual se aplica às Autarquias Locais, nos termos do nº 5, do seu artigo 2º; -----
- g) Por outro lado, vem a Nota explicativa do SATAPOCAL, clarificar o procedimento a adotar para a **modificação da receita**, em situações em que existe necessidade em promover uma diminuição ou anulação da receita global orçamentada, sendo que, a revisão orçamental é abordada no POCAL nos casos de aumento global da despesa, não abordando em concreto o procedimento a adotar no caso de diminuição ou anulação de receitas que impliquem redução correlativa da despesa global; -----
- h) Uma **diminuição ou anulação da receita** implica necessariamente uma **redução da despesa prevista**, no sentido de dar cumprimento ao princípio orçamental do equilíbrio total, preconizado no n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual supõe que os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, conjugando com o n.º 2 do mesmo artigo, o qual prevê que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. -----
- i) Da leitura do diploma não se afere instantaneamente qual a metodologia a adotar no caso de uma **diminuição ou anulação de receita** e se a mesma carece da respetiva **anuência do órgão deliberativo**, pelo que se interpreta que se uma **diminuição ou anulação de receita implicar a eliminação de um ou mais projetos de investimento previamente aprovados pelo Órgão Deliberativo**, deverá o processo a desenvolver **passar por uma revisão orçamental e ser remetido à Assembleia Municipal para aprovação**, de acordo com o preconizado na alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. **Se a diminuição ou anulação da receita não implicar a eliminação de projetos de investimento, já aprovados, considerando que uma redução da receita irá implicar uma redução também na despesa, a metodologia a adotar deverá passar por uma alteração orçamental, nos termos legalmente previstos.** -----
- j) Considerando ainda que, com a entrada em vigor do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, previa-se, desde o ano de 2015, a **vinculação da despesa e da receita a um quadro plurianual de programação orçamental (QPPO)** numa base móvel de quatro anos, sendo que, por ausência de regulamentação, não haviam sido elaborados, em anos anteriores os respetivos mapas QPPO. Contudo, na sequência da divulgação da Nota Informativa n.º 1/2016 da CCDRN, relativa à elaboração, para o horizonte temporal 2017-2020, do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e cujo entendimento foi objeto de articulação com a Direção-Geral das Autarquias Locais, veio a ser superiormente determinado, acolhendo tais orientações, proceder à elaboração **Mapa QPPO**, constante dos Documentos Previsionais para 2017, **e cujas previsões incorporadas na coluna para o ano seguinte (2018), assumem caráter vinculativo, de acordo com mapa Anexo V à presente proposta;** -----
- k) À data atual, encontrando-se o Município a finalizar os documentos previsionais para vigorar no **exercício de 2018**, tendo em vista a sua submissão aos órgãos municipais competentes, para aprovação, verifica-se que os valores estimados para orçamento global de 2018 se desviam significativamente dos valores considerados nas previsões constantes do QPPO em vigor, no que diz respeito ao previsto para 2018, carecendo, por conseguinte, do competente ajustamento, pela figura da **Revisão**, ora em análise; -----

1) Em suma, muito embora na fase de elaboração dos **Documentos Previsionais para 2017** tenham sido respeitados os princípios e regras constantes no ponto 3 do POCAL, no esforço para o eficiente apuramento das previsões efetuadas, sustentadas em fatos confirmados e com elevado grau de certeza, certo é que, apenas na fase de execução orçamental se retratou a realidade do evoluir da situação financeira do Município; -----

II - Proposta: -----

a) Resulta que, atualmente, após a recolha de todas as situações que envolvem despesas para as quais as correspondentes dotações previsionais se apresentam insuficientes ou inexistentes, julga-se oportuno e necessário proceder a uma Revisão Orçamental, tendo em vista as seguintes modificações: -----

a1) **Anulação de dotações de despesas de investimento** cujas classificações da despesa/ações não evidenciam execução até à presente data, nem tão pouco, se vislumbre virem a ser utilizadas até final do corrente ano económico, para **reforço de dotações de despesa corrente**, que se revelam atualmente insuficientes e cujas ações a anular e rubricas da despesa a reforçar se encontram previstas no ANEXO I, à presente informação. -----

a2) **Anulação de dotações de receitas orçamentadas** que não apresentam um grau de execução expressivo, à data atual, nem tão pouco se vislumbre algum acréscimo até final do corrente ano, e correspondente **anulação de dotações de despesas orçamentadas** sobre as quais não se perspetiva a sua execução até final do corrente ano e constantes em mapa Anexo II, à presente proposta; -----

a3) **Ajustamento dos valores constantes do QPPO** aprovado para o exercício de 2017, apenas nas previsões relativas ao ano de 2018 e de acordo com Mapa Anexo V - QPPO corrigido. -----

Tendo em vista dar cumprimento ao disposto na Nota Explicativa do SATAPOCAL, divulgada no corrente mês de dezembro, no Portal Autárquico e relativa à contabilização da distribuição de resultados do FAM (dividendos), serve a presente proposta para dar conhecimento da inscrição da rubrica 050999, com valor de 1.128,37€, efetuada, por alteração ao orçamento da receita nº 6, de acordo com documentos em Anexo III, à presente proposta (Nota Explicativa SATAPOCAL, cópia do mail remetido pela DGAL e cópia da modificação nº 6/2017). -----

b) Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

b1) Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para reunião de Executivo Municipal, com vista à sua aprovação; -----

b2) Sequencialmente, caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo camarário, deverá a mesma, ser remetida para uma próxima sessão da Assembleia Municipal com vista ao seu sancionamento pelo aludido órgão deliberativo, no cumprimento do disposto na alínea a), do nº 1, do art.º 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações. -----

À consideração superior -----

Chaves, 07 de dezembro de 2017 -----

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira -----

(Márcia B. Santos, Dra.) -----

Anexos: -----

Anexo I, Anexo II, Anexo III e Anexo V -----

Modificação orçamento da receita, da despesa e PPI 2017 -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº29/GAPV/2017. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Exposição de Motivos -----

1. Considerando que a conjugação da Lei que define o quadro de competências dos órgãos autárquicos - Lei nº 75/2013, 12 de setembro, de acordo com o estipulado pelo POCAL no ponto 3.1.1 das respetivas considerações técnicas, ficam as autarquias locais obrigadas à elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil; -----

2. Considerando que, a execução dos documentos previsionais devem levar em linha de conta os princípios de utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria, garantindo que as despesas a realizar se justificam quanto à sua economia, eficiência e eficácia; -----

3. Considerando que, na elaboração dos documentos ora em análise, devem ser seguidos os princípios orçamentais: anualidade, da unidade, da universalidade, da especificação, do equilíbrio, da não consignação, da não compensação, da legalidade, da estabilidade orçamental, da autonomia financeira, da transparência, da solidariedade nacional recíproca, da equidade intergeracional, da coordenação entre as finanças locais e finanças do estado e da tutela inspetiva; -----

4. Considerando que o POCAL estabelece as estritas regras e princípios previsionais às quais o Orçamento do Município se deve submeter, nomeadamente os resultantes da conjugação do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e o Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril; -----

5. Considerando que, nos termos do artº45 da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, se encontra prevista a calendarização orçamental a respeitar para a aprovação dos documentos previsionais, determinando que a proposta dos Documentos Previsionais para o ano seguinte deve ser apresentada pelo órgão executivo ao órgão deliberativo até 31 de outubro de cada ano; -----

6. Considerando que, decorre do nº 2, do referido artº 45º, nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse; -----

7. Considerando que, em obediência aos pressupostos jurídicos previstos no POCAL, designadamente as regras previsionais e princípios contabilísticos subjacentes à elaboração do Orçamento e PPI em cada ano; -----

8. Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea c) do número 1 do artigo 33º, do anexo I, da Lei

nº 75/2013, de 12 de setembro, deve o Executivo Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento; -----

9. Considerando que, o Município de Chaves, deve prever, anualmente, o Mapa de Pessoal, tendo o mesmo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver, durante a sua execução, conforme o estipulado no nº 1, do artº29, da Lei 35/2014, de 20 de junho; -----

10. O Mapa de Pessoal do Município de Chaves, menciona o número de postos de trabalho de que o mesmo carece, para o desenvolvimento das respetivas atividades, bem como, a descrição de todas as funções, de acordo com o descrito no "Regulamento de Descrição de Funções, Atribuições e Competências", documento que se anexa à presente proposta, para todos os efeitos legais. -----

11. Assim, aquando da elaboração do Orçamento para o ano de 2018 e nos termos do nº 4, do artigo 29 da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal é aprovado pelas entidades competentes para a aprovação da proposta de orçamento. -----

II - Da proposta em Sentido Estrito -----

Assim, pelas razões anteriormente enunciadas, proponho, ao executivo camarário, que adote deliberação no sentido de: -----

a) Aprovar a versão preliminar dos documentos previsionais, ora, propostos, a qual inclui, nos termos do disposto no art.º 46º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os seguintes documentos: -----

- Relatório com a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes; -----

- Mapa resumo das receitas e despesas da Autarquia Local, que inclui, no caso dos municípios, de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável; -----

- Mapa das receitas e despesas, desagregado, segundo a classificação económica, a que acresce, de forma autónoma, os serviços municipalizados, quando aplicável; -----

- Mapa QPM - QPPO (Quadro Plurianual De Programação Orçamental) previsto nos Artigos 41.º, 44.º e 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constituindo um mapa vincula a despesa e a receita a um quadro plurianual de programação orçamental numa base móvel de quatro anos. (2018-2021); -----

- Articulado com as medidas para orientar a execução orçamental;

- Orçamentos dos órgãos e serviços do município com autonomia financeira; -----

- Orçamentos, quando aplicável, de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, de acordo com o artº75 da Lei 73/2013, de 3 de setembro;³¹

- Mapa das entidades participadas pelo município identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e verba correspondente. -----

b) Aprovar a versão preliminar do Mapa de Pessoal, nos termos e para os efeitos previstos no disposto no nº4 do artº29º, da Lei 35/2014, de 20 de junho, o qual acompanha a proposta de orçamento, ora, em

³¹ **Nota Explicativa:** Nos termos do disposto no artº75 da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, foram solicitados os respetivos orçamentos para 2018, às entidades participadas em relação às quais se verifica o controlo ou presunção do controlo pelo município, sendo que, apenas apresentou a GEMC (versão provisória); -----

apreciação, contendo toda a informação, legalmente, exigível, por força do disposto no art.º 28 do mesmo diploma legal, bem como a respetivas remissões para o Regulamento Interno do Município contendo a "Descrição de Funções, Atribuições e Competências" aprovado pelo órgão competente; -----

c) Em caso afirmativo remeter a presente proposta à próxima reunião do órgão executivo municipal e, bem assim, os documentos assinalados nas alíneas a) e b) os quais constituem a proposta de Orçamento Municipal, para o ano económico 2018, documentos cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que se anexam à presente proposta; -----

d) Por último, deverão tais documentos depois de sancionados, previamente, pelo Órgão Executivo Municipal, ser analisados, discutidos e votados em sede da última sessão ordinária da assembleia municipal, a ter lugar durante o ano em curso, de acordo com o calendário, legalmente, fixado, sobre a matéria. -----

Chaves, 11 de dezembro de 2017 -----

O Presidente da Câmara, -----

(Nuno Vaz) -----

Em Anexo: -----

Documentos Previsionais (Resumo do Orçamento, Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa, PPI/GOP'S e QPPO (Quadro Plurianual de programação Orçamental); -----

Relatório de Orçamento; -----

Articulado das medidas para a execução orçamental; -----

Orçamento de entidades participadas: GEMC; -----

Mapa das Entidades Participadas; -----

Norma de Controlo Interno; -----

Plano de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas; -----

Mapa de Pessoal; -----

Regulamento Interno "Descrição de Funções, Atribuições e Competências". -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, a título introdutório, tecido os seguintes comentários relacionados com a proposta, em apreciação: -----

1 - O desenho destes instrumentos de gestão financeira, a vigorar no ano de 2018, está manifestamente condicionado pela programação dos projetos e sua inclusão nas várias candidaturas a fundos comunitários.

2 - É, assim, uma proposta que só, formalmente, é do Partido Socialista, não permitindo a mesma, face aos compromissos financeiros, irreversivelmente, associados às candidaturas a fundos comunitários, a inclusão de novas ações preconizadas, pelo atual Governo local liderado pelo Partido Socialista. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo procedido à entrega do documento denominado "Contributos do Partido Social Democrata para o Plano e Orçamento de 2018", documento cujo teor, seguidamente, se transcreve para todos os efeitos legais: -----

"CONTRIBUTOS DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA PARA O PLANO E ORÇAMENTO DE 2018 -----

ORÇAMENTO E PPI 2018 -----

ORÇAMENTO DA RECEITA -----

1. Fixação da taxa de IMI em 0,300 %. Esta proposta vem de encontro ao que sistematicamente foi defendido pelo PS ao longo dos últimos 4 anos e assumido em compromisso eleitoral; -----

2. Devolução de 1 % da receita do IRS aos contribuintes, arrecadando a câmara municipal 4 % da receita do IRS. Esta proposta vem de encontro ao que sistematicamente foi defendido pelo PS ao longo dos últimos 4 anos. -----

3. Redução do preço da água, saneamento e resíduos sólidos em 2,5 % em 2018 (e igual redução em 2019, 2020 e 2021). Esta proposta vem de encontro ao compromisso assumido pelo PS e pelo Senhor Presidente da Câmara que assumiram uma redução de 10%. -----

ORÇAMENTO DA DESPESA -----

1. Recrutamento de Pessoal Para Novos Postos de Trabalho - € 51.780,00. Redução da verba inscrita em € 200.000,00. (Contenção no aumento das despesas com pessoal. Deverá dar-se continuidade à redução das despesas com pessoal, conforme o previsto no Plano de Saneamento Financeiro); -----

2. Aumentar a verba disponível para os alunos do Ensino Superior para o reforço das bolsas para o Ensino Superior, aumentando o número de estudantes beneficiários; -----

3. Transferências de capital / Protocolos com as freguesias - € 900.000,00. Reforço da verba inscrita, considerando que hoje a câmara possui uma melhor situação financeira e que a Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribui às freguesias um conjunto de obrigações e responsabilidades. Propõe-se o reforço de transferência em € 200.000,00. A transferência deverá ter em consideração a população de cada freguesia, a sua área territorial e o número de lugares por freguesia; -----

4. Aquisição de viaturas - €100.000,00 (Reforço da proposta para a renovação da envelhecida frota de viaturas ao serviço do município de forma a se garantir segurança aos funcionários); -----

5. Aquisição de máquinas e equipamentos, no valor de € 200.000,00, para os Serviços Operacionais da Câmara, de modo a aumentar a sua capacidade e eficiência; -----

6. Criação de um fundo municipal de apoio ao empreendedorismo no valor de € 250.000,00. (Este fundo será destinado a estimular o investimento e a inovação em produtos e/ou serviços locais); -----

7. Criação do Cartão Social para grupos sociais vulneráveis, que permita apoiar as famílias em situação de extrema necessidade, designadamente nos medicamentos (parte não comparticipada), rendas de casa, energia elétrica, água e outros. Dotação € 250.000,00; -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

1. É fundamental implementar políticas que promovam e reforcem a coesão social, a coesão territorial e a competitividade; -----

2. Chaves tem de continuar a colocar as pessoas no centro das políticas municipais: -----

a. Requalificação das escolas; -----

b. Reforço do apoio às atividades escolares; -----

c. Reforço do Ensino Superior - Criação de um Pólo Universitário público; -----

d. Implementação de políticas para o reforço da natalidade. Hoje o maior desafio que Chaves enfrenta não são as finanças, estas felizmente estão estabilizadas, o maior desafio são as pessoas e o grande desafio chama-se natalidade. Para o efeito dever-se-á criar um Grupo de Trabalho para se discutirem medidas a implementar para que haja o reforço da natalidade em Chaves; -----

- e. Área da saúde - Reforço de valências do Hospital de Chaves; Implementação de uma Unidade de Cuidados Continuados e Colocar em funcionamento a Unidade Móvel de Saúde, em articulação com o ACES e com a Escola Superior de Enfermagem, a fim de assegurar a realização de rastreios de base populacional; -----
- f. Reforço das políticas sociais, com particular atenção para os estratos sociais desfavorecidos. -----
- 3. Coesão territorial e competitividade: -----
- a. Dinamização do Gabinete para a Promoção do Investimento, para a captação de investimento e criação de emprego; -----
- b. Reforço da promoção do turismo - "Chaves Capital Termal", "Chaves Município Romano e Monumental" e "Chaves Natureza e Gastronomia"; ---
- c. Criação da Feira de Turismo e Negócios; -----
- d. Reforço na promoção dos produtos locais; -----
- e. Reforço das Feiras Sabores de Chaves; -----
- f. Reforço da "Festa dos Povos"; -----
- g. Reforço do "Festival Identidades" conferindo-lhe a dimensão de festival de âmbito nacional; -----
- h. Reforço do "Festival Geração" como um festival de "bandas de garagem". -----

PPI -----

- 1. Construção da Praia Fluvial de Chaves (cidade) - Requalificação e recuperação ambiental do rio Tâmega; -----
- 2. Construção da Praia Fluvial de Vidago - Requalificação e recuperação ambiental do rio Tâmega; -----
- 3. Palácio da Água - Piscina Municipal - 1ª fase - € 1.000.000,00 (2018) e € 2.500.000,00 (2019). (Reforço da verba, a inscrição de € 2,00 é ridícula. É urgente iniciar-se a construção deste equipamento fundamental para a qualidade de vida dos flavienses); -----
- 4. Grande Auditório - Reabilitação do antigo Cineteatro de Chaves - € 500.000,00 (2018) e € 1.500.000,00 (2019); -----
- 5. Centro de Promoção de Produtos Locais - Pavilhão Multiusos (Exposições e Feiras) - 1.000.000,00 € (2018) e 1.500.000,00 € (2019). (Reforço da verba, a inscrição de 1.000,00 € é ridícula. É urgente iniciar-se a construção deste equipamento fundamental para a promoção da economia local, realização de espetáculos culturais, congressos e espetáculos desportivos); -----
- 6. Centro de Ciência Viva; -----
- 7. Chaves Cidade Jardim - Reabilitação e Construção de Espaços Verdes - 350.000,00 €. (Reposição de antigos espaços verdes e construção de novos para alindamento da cidade); -----
- 8. Requalificação de passeios - 250.000,00 € € (Reforço da verba para se poder dar continuidade à execução da requalificação dos passeios na cidade de Chaves e vila de Vidago); -----
- 9. Aquisição e requalificação de 4 a 5 casas da zona histórica em estado avançado de degradação a fim de serem reconstruídas e colocadas no mercado de arrendamento para os jovens; -----
- 10. Rodovia de Acesso Prioritário - A24 / Hospital (Lanço 4) - 1.100.000,00 € (Reforço da verba, 1.000,00 € é uma verba ridícula para se poder dar continuidade à execução desta via prioritária); -----
- 11. Requalificação da EM 507 que liga Chaves a Montalegre, com a construção de um percurso pedonal da cidade até ao S. Caetano - € 500.000,00 (2018), € 500.000,00 (2019), € 500.000,00 (2020) e € 500.000,00 (2021); -----
- 12. Requalificação da Estrada Regional 314; -----
- 13. Abertura e beneficiação de caminhos no âmbito de combate a incêndios florestais e rurais; -----

14. Modernização dos sistemas de abastecimento público de água para redução das perdas de água na rede; -----

15. Instalação de equipamentos que permitam controlar a entrada da água da chuva no sistema de saneamento para que a Câmara não pague a fatura que está a pagar, de tratamento de saneamento. -----

Partido Social Democrata – Chaves, 6 de dezembro de 2017 -----

Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, -----

Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas -----

Dra. Maria Manuela Pereira Tender, -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas e Dra. Maria Manuela Pereira Tender, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, procedeu à leitura e entrega da declaração de voto, subscrita pelos demais Vereadores do Partido Social Democrata, documento cujo teor, seguidamente, se transcreve, para todos os efeitos legais: -----

APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018 -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

De acordo com as competências que a Lei estabelece, o senhor Presidente apresenta a sua proposta de Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos para 2018, pela qual é formal e politicamente responsável, sendo este documento um instrumento do maior relevo para a gestão da Autarquia e para o desenvolvimento do Município de Chaves. Nos termos do Estatuto do Direito da Oposição, os representantes do Partido Social Democrata apresentaram um conjunto de propostas e sugestões. -----

Da análise cuidada que efetuámos aos documentos destacamos os seguintes aspetos: -----

1. Estamos perante um Orçamento que não possui nada de inovador, dito de outra forma, não traduz o pensamento político do senhor presidente, apresentado em inúmeros debates na Assembleia Municipal ao longo dos últimos 4 anos, e não incorpora os compromissos eleitorais do Partido Socialista. O Dr. Nuno Vaz mudou de posição, é hoje o presidente da câmara, e mudou de opinião, já não defende as ideias apresentadas ao longo dos últimos 4 anos. Andou durante 4 anos a “pregar” inovação e mudanças, e hoje aqui chegado, não altera nada. Aplica-se com toda a propriedade o ditado popular “Bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz.”; -----

2. No **orçamento da receita:** -----

a. Não foi prevista a redução da taxa do IMI para a taxa mínima de 0,300 %. A receita orçamentada, apesar da ligeira redução da taxa para 0,338 %, prevê um ligeiro aumento face à previsão para 2017. A redução da taxa para 0,300 %, conforme sucessivamente reivindicada pelo Dr. Nuno Vaz ao longo dos últimos 4 anos, originaria uma perda de receita aproximadamente de € 600.000,00, valor equivalente à redução com os encargos da dívida (empréstimos a médio e longo prazo) que é de menos € 591.180,53 face a 2017. Esta redução para a taxa mínima do IMI tem hoje pleno cabimento tendo em consideração que a situação financeira da câmara é hoje melhor do que era em 2013, 2014, 2015, 2016 ou 2017;

b. Não foi prevista a devolução aos contribuintes de 1,0 % do IRS, conforme sucessivamente reivindicada pelo Dr. Nuno Vaz ao longo dos últimos 4 anos; -----

c. Não foi prevista a redução das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos, quando o compromisso eleitoral do PS é de uma redução

de 10%. A receita orçamentada prevê um ligeiro aumento de arrecadação de receita; -----

d. Foi orçamentado um aumento brutal nas Taxas de Ocupação do Subsolo. O orçamento da receita passou de € 1.102.758,15, na previsão de 2017, para € 5.568.871,46, na previsão para 2018. Está aqui orçamentado um enorme empolamento da receita. Quando é sabido que receitas incertas (cobrança duvidosa) não podem ser cabimentadas. Nesta matéria o senhor presidente da câmara mudou, e muito, de opinião. Quando da discussão do orçamento para 2016, disse o senhor presidente da câmara na Assembleia Municipal: "Este é um Orçamento que tem dois pecados originais. Insiste na falta de rigor, na identificação de todas as receitas e despesas previsionais para o ano de 2016. A título de exemplo prevê, ao nível de receita corrente, quatro milhões, setecentos e vinte e quatro mil, cento e oitenta euros e vinte e seis cêntimos, relativa à ocupação do subsolo, e, pelo que sabemos, até 2014, nunca recebeu valores relevantes."; "Os impostos diretos também sofreram um aumento de 30% e neste caso tem a ver sobretudo com a imputação da tal taxa de ocupação do subsolo. Por isso é que tem uma expressão muito grande, sendo certo que depois na Prestação de Contas veremos qual é a tradução efetiva dessa receita."; "Em resumo: temos um orçamento feito com base em pressupostos errados que não incluem despesas que provisionalmente deviam ser assumidas e que preveem receitas que já se sabem que não vão ser arrecadadas." É incompreensível esta mudança de opinião. Mas mais incompreensível é a brutal alteração da arrecadação de previsão receita quando comparada com o documento entregue ao abrigo do Estatuto de Oposição, o valor orçamentado era de € 222.502,89. O que mudou em pouco mais de uma semana? Mudou a necessidade de inventar receita para dar cobertura a um orçamento irrealista; -----

e. O orçamento da receita prevê arrecadar € 43.638.402,80, sendo totalmente fantasioso. Este orçamento da receita possui um empolamento superior a € 6.000.000,00. No Anexo V - QPPO 2018, está prevista uma programação orçamental de receita para 2019 de € 36.002.355,63, para 2020 de € 35.635.943,22 e para 2021 de € 35.542.923,07. Na Prestação de Contas veremos qual é a tradução efetiva deste empolamento. -----

3. No **orçamento da despesa** verificamos: -----

a. Um significativo aumento das despesas com pessoal através de contratação de mais funcionários, havendo um desvio no rumo de diminuição que foi implementado nos últimos 4 anos; -----

b. Um aumento significativo com órgãos de comunicação social, mais de 70 % quando comparado com o orçamento de 2017; -----

c. Que está inscrita uma verba de € 74.500,00 para apoio às famílias no âmbito da produção pecuária. A provável atribuição desta verba é manifestamente ilegal. A atribuição de tal subsídio constituiria um financiamento às explorações. Aqui coloca-se a questão: Qual o fundamento do apoio financeiro às explorações pecuárias, deixando de fora apoios à produção de vinho, batatas e cereais? E o comércio tradicional? A atribuição de subsídios à exploração está vedada por lei às câmaras municipais; -----

d. Que não vai haver aumento nas transferências para as Juntas de Freguesia; -----

e. Que há uma redução de 16 % com os encargos de empréstimos a médio e longo prazo, menos € 591.180,53, estando já incorporada a dívida da internalização da MARC,SA. Isto demonstra o rumo certo da gestão do mandato anterior. -----

4. No **Relatório da Proposta de Orçamento 2018** verificamos: -----

- a. Que As Grandes Opções do Plano começam por descrever as grandes linhas do Orçamento do Estado, muitas delas sem qualquer tradução no concelho de Chaves; -----
- b. Que não se enunciam as linhas estratégicas e os investimentos que este concelho e os flavienses precisam para combater a falta de emprego, o abandono dos jovens e o aumento da população; -----
- c. A não redução do IMI para a taxa mínima, a não devolução de 1 % do IRS e a não redução das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos, não contribuem para um aumento do rendimento disponível das famílias e, por esta via, um incremento da economia local, em particular do comércio; -----
- d. Que se propõe a implementação de medidas de ação que já se encontram em vigor, o que revela falta de rigor e conhecimento. Refira-se a título de exemplo: "Criar o Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, que garante o acesso em condições preferenciais a equipamentos culturais, desportivos e às Termas de Chaves e de Vidago";
- e. Não estão refletidas neste orçamento medidas que promovam a coesão social e territorial; -----
- f. Não está prevista a entrada em funcionamento da Unidade Móvel de Saúde, em articulação com a Unidade de Saúde Pública do Alto Tâmega e a Escola Superior de Enfermagem, a fim de assegurar a realização de rastreios de base à população; -----
- g. Não se vislumbra uma melhoria na gestão dos equipamentos e recursos, materiais e humanos, da autarquia. -----
- h. Não se perspetiva uma política concertada na área do ambiente, que passe pela correta gestão da água, requalificando a rede, e pela modernização da rede de saneamento, através da instalação de tecnologias mais eficientes e que poderiam ter fortes reflexos nos custos da autarquia; -----
- i. Descrevem-se ações que não têm tradução no PPI, como por exemplo: "Requalificação ambiental do Rivelas e a construção de um corredor pedonal"; -----
- j. As Grandes Opções do Plano não apontam nada que seja verdadeiramente inovador. -----
5. No **Plano Plurianual de Investimentos** constatamos: -----
- a. Que estamos perante um plano que na componente do investimento não incorpora novos investimentos relevantes e não corporiza os compromissos eleitorais do Partido Socialista; -----
- b. Que estamos perante um plano que adia para 2019 e seguintes a execução de obras com financiamento garantido no programa Portugal 2020; -----
- c. Que só está prevista a verba de € 37.500,00 para aquisição de viaturas, verba manifestamente insuficiente para a modernização da frota automóvel; -----
- d. Que só está prevista a verba de € 45.000,00 para a aquisição de máquinas, valor insuficiente para a modernização das máquinas da câmara, considerando que essa modernização permitiria a realização de mais obras por administração direta; -----
- e. Que só está prevista a verba de € 10.000,00 para a pavimentação de passeios, valor absolutamente insuficiente face às necessidades do concelho; -----
- f. Que as verbas previstas para uma correta gestão da distribuição de água, através da requalificação da rede, para diminuição de perdas na rede, são manifestamente insuficientes; -----
- g. Que não estão previstas verbas para uma correta gestão e modernização da rede de saneamento, através da instalação de

tecnologias mais eficientes, de forma a se evitar a entrada de águas pluviais, e que poderiam ter fortes reflexos nos custos da autarquia;

h. Que a verba de € 25,000,00 para a criação e beneficiação de espaços verdes é manifestamente insuficiente para se "restaurar a imagem de Chaves, cidade jardim"; -----

i. Que não está prevista a "Requalificação e recuperação ambiental do rio Tâmega - Construção das Praias Fluviais de Chaves e de Vidago";

j. Que não está prevista a construção do "Palácio da Água - Piscina Municipal - 1ª fase" até ao final do mandato. A verba inscrita é unicamente para pagar o projeto; -----

k. Que não existe qualquer referência à "Requalificação do antigo Cineteatro de Chaves"; -----

l. Que não existe qualquer referência à instalação do "Centro de Ciência Viva"; -----

m. Que não existe qualquer referência à construção do "Pavilhão Multiusos"; -----

n. Não estar prevista a requalificação da EM 507 Chaves/Soutelinho da Raia. Não possui verbas programadas para a sua requalificação nem em 2018, nem até 2021; -----

o. Não está prevista a "Requalificação da ER 314 - Chaves/Carrazedo de Montenegro"; -----

p. Que a verba de € 1.000,00 para a construção da "Rodovia de Acesso Prioritário - A24 / Hospital (Lanço 4)" é ridícula e que ainda faltam construir os lanços 4 e 5 para a conclusão da ligação da A24 ao Hospital. -----

Em sequência do exposto, não podemos aprovar um orçamento que: -----

1. Não aumenta o rendimento disponível das famílias; -----

2. Revela falta de definição clara de prioridades de investimento visando a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos; -----

3. Não planeia no sentido de incentivar e promover a fixação de pessoas, particularmente, dos jovens e não se preocupa com os idosos;

4. Não sustenta um verdadeiro plano ou projeto político para o concelho, limita-se a implementar alguns dos projetos aprovados pelo executivo anterior no âmbito do programa Portugal 2020; -----

5. Não incorpora os contributos apresentados pelos vereadores do PSD, muito em particular as propostas para o orçamento da receita; --

6. Revela uma proposta sem visão, sem futuro e sem a capacidade de transformação da realidade. -----

Assim, com a ponderação cuidada que os documentos merecem e tendo em consideração os superiores interesses dos nossos concidadãos e do nosso município, os vereadores do Partido Social Democrata votam contra estes documentos previsionais. -----

Paços do Concelho, 14 de dezembro de 2017 -----

Os Vereadores do Partido Social Democrata -----

Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, -----

Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas -----

Dra. Maria Manuela Pereira Tender" -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - O Sr. Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, continua a não perceber porque é que perdeu as eleições autárquicas ocorridas no pretérito dia 01/10/2017. -----

2 - As ações elencadas e/ou identificadas, pelo Sr. Vereador, constituem a prova provada da incapacidade do Governo local do PSD, nos últimos 16 anos, de promover todas as ações e/ou projetos que pudessem desenvolver, de forma sustentável, o Concelho de Chaves. ---

3 - Por outro lado, do primeiro ensaio financeiro feito, em vista à adequada preparação destes documentos previsionais, fácil se tornou concluir que o planeamento financeiro da Autarquia foi muito deficiente, comprometendo e/ou concentrando um volume significativo de despesa pública, durante o próximo ano de 2018. -----

4 - Tal realidade comprometeu, assim, a introdução de novas ações indispensáveis ao bom e sustentável desenvolvimento do Concelho de Chaves, não deixando qualquer margem de liberdade, ao atual Executivo Municipal, para, com rigor e realismo, tomar novas opções e/ou introduzir novas ações. -----

5 - O valor ou expressão financeira das novas ações introduzidas na proposta, em apreciação, têm uma tradução não superior a 2% do valor global do orçamento municipal para o ano de 2018. -----

2.4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA. INFORMAÇÃO Nº25/SC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 77º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro, a certificação legal de contas deve ser efetuada por um auditor externo; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº1 do artigo 77º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro, o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas; --

- Considerando que, em cumprimento do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho, e para os efeitos previstos nos artigos 36º e 38º do CCP (Código dos Contratos Públicos), foi autorizada, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado do pretérito dia 2017.11.10, a abertura do procedimento "Ajuste Direto nº 53/SC/2017", tendente à contratação de serviços de auditoria financeira; -----

- Considerando que, nos termos do disposto nos artigos 112º e 113º do CCP, foram convidadas as empresas "Deloitte & Associados, SROC, S.A.", "Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.", "Rodrigo, Gregório & Associado SROC, Lda.", "C & R - Ribas Pacheco SROC", "RSM & Associados - SROC, Lda." e "CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC, Lda." para apresentarem as suas melhores condições contratuais para a referida prestação de serviço; -----

- Considerando que, por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Dr.º Nuno Vaz, datado do dia 05.12.2017, foi adjudicada a prestação de serviços em causa à empresa "Rodrigo, Gregório & Associados, SROC, Lda.", pelo valor de 8.796,00 (oito mil, setecentos e noventa e seis euros).-----

2. Da proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, e tendo em conta o nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, tomo a liberdade de sugerir o seguinte:

a) Que seja aprovada, pelo Órgão Executivo Municipal, a nomeação da empresa "Rodrigo, Gregório & Associados, SROC, Lda." para proceder, nos termos do disposto no artigo 77º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro, anualmente à revisão legal das contas do Município de Chaves; -----

b) Merecendo a presente proposta a aprovação do Executivo Municipal, deverá a mesma ser agendada para a próxima sessão da Assembleia

Municipal, órgão competente à luz do aludido diploma legal, para aprovação e nomeação da empresa em causa. -----

À consideração superior -----

Chaves, 06 de dezembro de 2017 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----

(Susana Borges)-----

Em anexo: Relatórios -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.12.06. -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/06.-

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES - LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2016. INFORMAÇÃO Nº26/SC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a Assembleia Municipal aprovou a autorização genérica para dispensa de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos: -----

- Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;-----

- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

- Considerando que, em todas as sessões do órgão deliberativo, deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária, no dia 21 de dezembro de 2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2017.

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: ----

a) Que seja dado conhecimento ao órgão executivo municipal, em sede da próxima reunião ordinária, da listagem enunciada, e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, denominada "Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal"; -----

b) Sequencialmente, e dando execução ao ato de autorização genérica prestado, oportunamente, pela Assembleia Municipal, sobre a matéria

em apreciação, deverá o mesmo documento ser levado ao conhecimento do aludido órgão deliberativo na sua próxima sessão ordinária, a ter lugar no mês de dezembro. -----
 À consideração superior. -----
 Chaves, 07 de dezembro de 2017 -----
 A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----
 (Susana Borges)-----

LISTAGEM DE CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Adjudicatário	Designação do contrato	Valor	Tipo de procedimento	Data celebração/renovação do contrato	Fim do contrato/re novação
Associação Juvenil de Solidariedade Social - Geração Solidária	Celebração de contrato de aquisição de serviços para o desenvolvimento de atividades de animação e de apoio à família nos Jardins de Infância para o ano letivo de 2017/2018	74.900,00€	Concurso Público	13.09.2017	31.07.2018
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves	Celebração de contrato de prestação de serviços de transporte terrestre de alunos em circuitos especiais para o ano letivo de 2017/2018 - circuitos nº 14, 15 e 17	16.393,10€	Concurso Público	22.09.2017	22.06.2018
Auto Viação do Tâmega, Lda.	Celebração de contrato de prestação de serviços de transporte terrestre de alunos em circuitos especiais para o ano letivo de 2017/2018 - circuitos	103.445,00€	Concurso Público	13.09.2017	22.06.2018
A Girómundo - Viagens e Turismo, Lda.	Celebração de contrato de prestação de serviços de transporte terrestre de alunos em circuitos especiais para o ano letivo de 2017/2018 - circuito nº1	13.251,50€	Concurso Público	28.08.2017	22.06.2018

Eurest (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	Celebração de contrato de prestação de serviços para fornecimento de refeições aos estabelecimentos do ensino básico	131.271,00€	Concurso Público	30.08.2017	31.07.2018
Universidade Católica Portuguesa	Celebração de contrato de prestação de serviços "integração do Município de Chaves no Grupo Piloto de Autarquias", no âmbito do projeto Cesop - Local	9.840,00€	Ajuste Direto	26.07.2017	26.07.2019
Tiago Manuel Morais Garcia	Contratação de serviço de um professor licenciado na área do desporto - modalidade de avança	1.475,00€	Ajuste Direto	18.08.2017	18.02.2018
Sport Relva - Construção e Manutenção de Relvados e Obras Públicas, Lda.	Celebração de contrato para prestação de serviços de manutenção integral do relvado natural do estádio Eng.º Branco Teixeira	57.600,00€	Ajuste Direto	01.08.2017	01.08.2018
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves	Celebração de contrato para a prestação de serviços para a realização do circuito especial nº20, no âmbito do plano de transportes escolares para o ano letivo de 2017/2018	3.773,32€	Ajuste Direto	08.09.2017	22.06.2018
Táxi Herculano & Filhos, Lda.	Celebração de contrato de prestação de serviços para a realização do circuito especial nº21, no âmbito do plano de transportes escolares para o ano letivo de 2017/2018	9.256,50€	Ajuste Direto	13.09.2017	22.06.2018

Manuel Joaquim dos Santos Gonçalves	Celebração de contrato de prestação de serviços para a realização do circuito especial nº19, no âmbito do plano de transportes escolares para o ano letivo de 2017/2018	7.080,50€	Ajuste Direto	19.09.2017	22.06.2018
CGITI Portugal, S.A. e CTT - Correios de Portugal, S.A	Renovação do contrato de prestação de serviços de gestão comercial de água, saneamento e resíduos sólidos	114.273,70€ (1)	Concurso Público	03.09.2017	03.09.2018
Rede Ambiente - Engenharia e Serviços, S.A.	Renovação de contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana do concelho de Chaves	409.900,00€ (2)	Concurso Público	01.08.2017	01.08.2018
Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	Renovação de contrato de assistência técnica do elevador da Câmara Municipal de Chaves	1.728,00€(3)	Contrato	19.11.2017	19.11.2022
Associação de Atletismo de Vila Real e Hóquei Clube Flaviense	Renovação do protocolo de cooperação para a prática desportiva entre a Câmara Municipal de Chaves, a Associação de Atletismo de Vila Real e o Hóquei Clube Flaviense	2.500,00€	Protocolo	11.06.2017	11.06.2018

(1) Valor estimado. Foi feita uma adenda ao presente contrato, alterando o prazo de execução e o regime de denúncia. Assim, o presente contrato está a ser renovado automaticamente por períodos sucessivos de um mês, desde que nenhuma das partes o denuncie. -----

2) Valor estimado anual. -----

3) Valor anual. Este contrato foi tacitamente prorrogado em 19.11.2017 e com uma duração de 5 anos. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.12.11. -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.6. PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PARA AS POPULAÇÕES E PARA A ECONOMIA LOCAL DO PROJETO "TRILHOS DE VISITAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL DO CONCELHO DE CHAVES" - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº102/DSC/2017, DA ARQ. CARLA JOANA RODRIGUES, DE 05.12.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. Objetivo da informação-----

1.1. A presente informação visa submeter à consideração superior a proposta de "Reconhecimento do interesse para as populações e para a economia local" do projeto dos "Trilhos de visitação do património natural e cultural do concelho de Chaves", o qual foi objeto de uma candidatura que o Município de Chaves levou a efeito em julho de 2017 ao Programa de Desenvolvimento Rural 2020. -----

1.2. Esta proposta, após devidamente sancionada pelo órgão executivo, deverá ser submetida à próxima Sessão da Assembleia Municipal, para efeitos de ratificação desse reconhecimento de interesse para as populações e economia local, tendo em vista dar resposta ao solicitado pela Autoridade de Gestão do PDR2020, entidade que está a efetuar a análise da candidatura e que, em sede de "Esclarecimentos Adicionais", veio solicitar o envio da Ata da Assembleia Municipal a certificar tal reconhecimento. -----

2. Enquadramento -----

2.1. Em 20-11-2015 a ADRAT (Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega) submeteu a candidatura ao DLBC rural - 2ª fase (Desenvolvimento Local de Base Comunitária)³², na qual definiu a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) para o Alto Tâmega. -----

2.2. Essa estratégia de Desenvolvimento Local tem como principais objetivos: -----

➤ Aumentar a atratividade do território, através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais ---

➤ Reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção dos produtos; -----

➤ Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o auto-emprego e microempreendedorismo e valorizando as pessoas como recurso para a coesão do mundo rural; -----

➤ Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação. -----

2.3. No âmbito dessa estratégia de desenvolvimento local, foi aberto, especificamente para os territórios de intervenção dos grupos de ação Local - GAL (neste caso concreto para os seis Municípios do Alto Tâmega, que integram a ADRAT), o Aviso de candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural PDR2020 nº 001/ADRAT/10216/2017³³, para a tipologia de apoio "Renovação de Aldeias". -----

2.4. Enquadrado neste Aviso, o Município de Chaves resolveu candidatar a operação "Trilhos de visitação do património natural e cultural do concelho de Chaves", tendo em vista a implementação de um conjunto de

³² Candidatura DLBC 2ª fase DLBC-99-2015-02-147. -----

³³ Aviso aberto ao abrigo da Portaria nº 152/2016, de 25 de maio e Portaria 249/2016 de 15 de setembro. -----

6 trilhos de visita  o e promo  o do património natural e cultural do concelho, designadamente: Trilho Vidago-Arcossó, Trilho Seara Velha-Castelões, Trilho de Vilarelho da Raia, Trilho do Castelo de Monforte, Trilho da Quinta do Rebent  o e Trilho dos Moinhos de São Lourenço; - 2.5. Esta candidatura foi submetida no dia 28 de julho de 2017 no Balcão do Beneficiário do PDR2020³⁴, e neste momento, está em fase de análise por parte da Autoridade de Gestão, a qual veio solicitar ao Município alguns elementos adicionais para complemento da candidatura apresentada. -----

2.6. Neste âmbito, para cumprimento do estipulado na alínea i) do artigo 46   (critérios de elegibilidade das opera  es) da Portaria n   152/2016, de 25 de maio³⁵, em articula  o com o estabelecido no n  9, do Anexo I, da Orienta  o Técnica Específica n   33/2016, que acompanha o Aviso de candidatura, a Autoridade de Gestão veio solicitar concretamente, "a Ata da Assembleia Municipal a confirmar o reconhecido interesse para as popula  es ou para a economia local do projeto candidatado: Trilhos de visita  o do património natural e cultural do concelho de Chaves". -----

3. Fundamenta  o -----

3.1. O setor do turismo em Portugal, tem revelado um crescente interesse pela explora  o da natureza, assim como por atividades ligadas ao pedestrianismo. -----

3.2. O património natural do concelho de Chaves   , neste contexto, um recurso específico que pode vir a ser estruturante para a sustentabilidade de muitas atividades econ  micas e culturais locais. A fauna, a flora, as paisagens, associadas ao património arquitet  nico, aos costumes, tradi  es e gastronomia dos meios rurais, são fatores distintivos desta região. -----

3.3. Contudo, estes recursos têm de ser preservados e valorizados para poderem ser transmitidos a gera  es futuras e para poderem constituir-se como recursos competitivos, atrativos, diferenciadores e determinantes para a afirma  o da identidade local e para o incremento do turismo na economia rural. -----

3.4. Neste contexto, reconhecendo o potencial dos valores naturais em presença nas freguesias rurais do concelho de Chaves, o Município, entendeu que era oportuno e necessário reforçar a estratégia de desenvolvimento local, dirigido    conserva  o e valoriza  o desse património, aproveitando ao máximo os recursos distintivos de algumas freguesias, na componente do património natural, histórico, paisagístico e ambiental em presença. -----

3.5. Para o efeito, após uma análise criteriosa do território rural concelhio, das suas caraterísticas e potencialidades e das dinâmicas locais existentes, em articula  o com os objetivos previamente definidos na EDL para o Alto Tâmega e os objetivos inerentes ao Aviso de candidatura aberto para a tipologia "Renova  o de Aldeias", o Município de Chaves entendeu candidatar o projeto de 6 trilhos de visita  o e promo  o do património local, designadamente: -----

Designa��o	Freguesias abrangidas
------------	-----------------------

³⁴ Candidatura submetida no Balcão do PDR2020 com o código: PDR2020-10216-040134. -----

³⁵ Portaria que estabelece o regime de aplica  o da a  o n   10.2 "Implementa  o das Estratégias", integrada na medida n  10, "LEADER", da área n  4 "Desenvolvimento Local", do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020). -----

Trilho Vidago-Arcossó	Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos); Anelhe
Trilho de Seara Velha - Castelões	União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha; União das Freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia
Trilho de Vilarelho da Raia	Vilarelho da Raia; Vilela Seca
Trilho do Castelo de Monforte	Águas Frias
Trilho da Quinta do Rebentão	São Pedro de Agostém; Vilela do Tâmega
Trilho dos moinhos de São Lourenço	União das freguesias de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela

3.6. Com a implementação destes 6 trilhos de visita  o, o Município de Chaves pretende essencialmente: -----

➤ Fomentar o turismo em espaço rural, concretamente através da cria  o de percursos de visita  o do património natural e construído existente, associados   reabilita  o de património arquitet  nico e etnográfico de interesse; -----

➤ Criar um produto turístico complementar que contribua para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais abrangidos, considerado uma via privilegiada para o contacto com a popula  o local e para a conserva  o da natureza; -----

➤ Fomentar e diversificar a oferta turística em espaço rural, sobretudo nos setores de alojamento, restaura  o e anima  o, e atrair novos turistas/visitantes, sobretudo os de turismo da natureza; -----

➤ Perpetuar a salvaguarda do património local (natural e construído), dos seus produtos e tradi  es, atribuindo-lhe uma fun  o turística; -----

➤ Contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida das popula  es locais, para o reforço da identidade e atratividade das aldeias abrangidas e para o estímulo e dinamiza  o socioecon  mica e cultural dos meios rurais; -----

➤ Criar novas oportunidades de negócio em espaço rural, como alojamento, restaura  o, anima  o turística, visitas guiadas, entre outras; -----

➤ Promover a sensibiliza  o das popula  es locais para a importância da preserva  o e conserva  o dos elementos patrimoniais em presença, entendendo-os como fatores de atratividade turística, potenciadores do desenvolvimento da economia local e do incremento do setor do turismo em espaço rural; -----

➤ Criar sinergias entre vários setores do turismo da região, complementando o turismo de natureza, com o alojamento local, restaura  o, anima  o e até mesmo com o termalismo, através da cria  o de parcerias que contemplem, por exemplo, a cria  o de pacotes turísticos conjuntos; -----

➤ Levar a cabo um conjunto integrado e complementar de trilhos/percursos pedestres, preferencialmente pelos caminhos públicos ancestrais existentes nas aldeias rurais do concelho de Chaves, de forma a permitir visitar o máximo de valores de interesse natural e patrimonial em presença; -----

➤ Dotar o concelho de Chaves de um roteiro de percursos pedestres de qualidade e devidamente homologados, por forma a corresponder às

exigências atuais de quem procura este tipo de atividade e pretende fazê-lo com garantias de condições de segurança; -----

➤ Usar a promoção dos trilhos como mais uma forma de divulgar a cultura e o património material e imaterial do concelho e de promover a prática do pedestrianismo com o selo de garantia (da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal); -----

➤ Desenvolver e promover uma ligação da população com as zonas rurais, na procura de fomentar o interesse por estes espaços, bem como a responsabilização pela sua conservação e valorização, tornando a população como um elemento de participação ativa no correto desenvolvimento, gestão e ordenamento do território. -----

3.7. Face ao exposto, e considerando que: -----

3.7.1. O Município de Chaves submeteu uma candidatura ao PDR2020 para a implementação de 6 trilhos de visita do património natural e cultural do concelho de Chaves; -----

3.7.2. Em sede de análise da referida candidatura e para efeitos de elegibilidade da operação, foi-nos solicitado pela Autoridade de Gestão do PDR2020, a certificação do reconhecimento da mesma como sendo de interesse para as populações e para a economia local, de acordo com os objetivos definidos pela EDL, tal como condição prevista na alínea i) do artigo 46º (critérios de elegibilidade das operações) da Portaria nº 152/2016, de 25 de maio, em articulação com o nº9 do Anexo I da "Orientação Técnica Específica nº 33/2016" que acompanha o Aviso de Candidatura; -----

3.7.3. A operação da implementação dos 6 trilhos visa essencialmente (i) contribuir para a preservação e valorização do património natural e cultural existente nos territórios rurais do concelho, tornando-os territórios mais atrativos e (ii) criar um produto turístico em espaço rural, que irá contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos, para a dinamização da economia local e para a qualidade de vida das populações, tal como devidamente escalpelizado no ponto 3.6 da presente informação; -----

3.7.4. Estes objetivos vão de encontro aos objetivos gerais previamente definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local para o Alto Tâmega;

3.7.5. Entende-se justificado e pertinente, reconhecer que a operação "*trilhos de visita do património natural e cultural do concelho de Chaves*", é um projeto de relevante interesse para as populações e para a economia local dos territórios rurais abrangidos. -----

4. Da Proposta em Sentido estrito -----

4.1. Em coerência com o exposto, propõe-se que a presente informação seja submetida à consideração do Executivo Municipal para a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Reconhecer o interesse para a população e economia local da operação "*trilhos de visita do património natural e cultural do concelho de Chaves*", a qual foi objeto de candidatura do Município de Chaves ao PDR2020 e está neste momento em fase de análise por parte da respetiva Autoridade de Gestão; -----

b) Promover o envio do presente processo à próxima sessão da Assembleia Municipal para efeitos de deliberação do "Reconhecimento do interesse para as populações e para a economia local" do projeto dos "Trilhos de visita do património natural e cultural do concelho de Chaves", para efeitos de resposta ao solicitado pela Autoridade de Gestão do PDR2020, no âmbito da análise que está a efetuar da candidatura, e para cumprimento do estipulado na alínea i) do artigo 46º (Critérios de elegibilidade da operação), da Portaria nº 152/2016, de 25 de maio, em articulação com o nº9 do Anexo I da "Orientação Técnica Específica nº 33/2016" que acompanha o Aviso de Candidatura;

4.2. Para os devidos efeitos, anexa-se à presente informação os seguintes documentos: -----

- Dossier da candidatura submetida, designada por: "Trilhos de visitação do Património natural e cultural do concelho de Chaves"; --
À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 07.12.2017. ---

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo em conta a natureza e o objeto do assunto em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, que profira despacho no sentido de encaminhar a presente informação/proposta para o Senhor Presidente, para ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

(i) Submissão desta informação/proposta a reunião de Câmara para deliberar sobre a respetiva aprovação, estando subjacente o cumprimento do estipulado na alínea i) do artigo 46º da Portaria nº 152/2016, de 25 de maio, em articulação com o estabelecido no nº9, do Anexo I, da Orientação Técnica Específica nº 33/2016, que acompanha o Aviso de candidatura em causa, ou seja, confirmar o reconhecido interesse para as populações ou para a economia local do projeto municipal candidatado, designado por "Trilhos de visitação do património natural e cultural do concelho de Chaves"; -----

(ii) Para cumprimento do estabelecido pela Autoridade de Gestão do PDR2020, deve o Executivo deliberar submeter esta proposta à próxima Sessão da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea k), do nº 2 do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para confirmar o referido reconhecimento do interesse para as populações ou para a economia local do projeto em causa. -----

(iii) Da deliberação da Assembleia Municipal deverá ser emitida uma certidão, a qual será enviada à Autoridade de Gestão do PDR2020 para complemento da instrução do respetivo processo de candidatura. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.7. "SOLAR DE OUTEIRO SECO" E QUINTA ANEXA, SITOS NA LOCALIDADE E FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES. HISTORIAL DAS ALTERAÇÕES FUNDIÁRIAS REALIZADAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 65/GNE/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO -----

1. No passado dia 29 de setembro do corrente ano, o executivo camarário adjudicou, por ajuste direto, precedido de procedimento de hasta pública que ficou deserto, à sociedade SOLARINVESTMENT, Lda., NIPC 514567520, a venda dos imóveis denominados "Solar de Outeiro Seco" e "Eira", situados em Eiró, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, respetivamente, inscritos na matriz predial urbana e rústica sob os artigos 123 e 4954 e descritos na Conservatória do

Registo Predial de Chaves sob os números 504/19870728 e 3519/20090311, pelo valor de €221 220,00. -----

2. O contrato-promessa de compra e venda foi outorgado em 19 de outubro do corrente ano, prevendo a celebração da escritura no prazo de 60 dias, a contar daquela data. -----

3. Em 2013 a autarquia promoveu uma alteração das confrontações dos prédios, em causa, e uma alteração da área do prédio rústico, na matriz predial, a qual, desde essa altura, se encontra em divergência com a área constante da descrição do registo predial. -----

4. Em vista à celebração do contrato e à imperativa harmonização entre a descrição do registo predial e os elementos descritivos constantes da matriz, há necessidade de promover um procedimento de retificação de área, junto da Conservatória do Registo Predial, sendo o respetivo pedido e declarações complementares justificativas subscrito pelo presidente da câmara municipal. -----

5. Neste contexto, ao abordarmos o assunto com o presidente da câmara municipal, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, o mesmo solicitou, em vista a possuir a necessária informação que o habilite a tomar uma decisão, eventualmente, conducente à pratica de tal ato procedimental, que fosse produzida informação circunstanciada das transformações fundiárias ocorridas, ao longo dos anos, no prédio popularmente conhecido como "Quinta dos Montalvões", dando-se, abaixo, cumprimento a tal solicitação. -----

II - HISTORIAL DAS TRANSFORMAÇÕES FUNDIÁRIAS E TRANSMISSÕES DO "SOLAR/QUINTA DOS MONTALVÕES", EM OUTEIRO SECO -----

1. Por escritura de compra e venda, exarada a folhas 76, do Livro de Escritura Diversas Nº 54, do Notariado Privativo deste Município, no dia 31 de julho de 1987, o Município de Chaves adquiriu à família Montalvão, representada por José Luís Beco Ferreira Montalvão, residente em Lisboa, e pelo preço de 20.000.000\$00, na moeda, à data, corrente, dois prédios, um urbano - "Solar" - e outro rústico - "Quinta" -, respetivamente, situados em Eiró e Painhos, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves. -----

2. Do processo administrativo registado com o nº 6-7, de julho de 1987, do Setor de Património da Autarquia, constam dois extratos de cartografia, com a indicação da escala 1:2000, correspondentes às folhas 1 e 2 do processo, sendo certo que a peça com o nº1, tem delimitada, a traço vermelho, feito à mão, a "Quinta dos Montalvões", uma única unidade predial que engloba o Solar, com a inscrição de uma área total de 137.406m². Regista-se, desde já, que em tais peças cartográficas não surge representado, dentro dos limites do prédio, qualquer caminho. -----

3. O documento numerado de folhas 15 a 18, corresponde à certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial de Chaves, em 29 de julho de 1987, a qual instruiu a escritura de compra e venda, e onde consta na descrição do prédio nº 00504/280787-freguesia de Outeiro Seco, que o prédio é urbano, sito em Eiró, composto por prédio com a superfície coberta de 900m², capela e três palheiros com a área de 250m² e pátio, confrontando a norte com Eira do mesmo, a sul, nascente e poente com caminho e inscrito na matriz respetiva sob o artigo 123º; e na descrição do prédio 00505/280797-freguesia de Outeiro Seco, consta que o prédio é rústico, sito em Painhos, composto por pinhal, monte, vinha, oliveiras, árvores de fruto e amendoeiras, com a área de 113 876m², confrontando a norte com José Coelho, a nascente com estrada, a sul com casa do proprietário e a poente com caminho público, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1901. -----

4. Por escritura exarada a folhas número 197 verso a 199 verso, do Livro de Escrituras Diversas N° 66, do Notariado Privativo municipal, no dia 27 de junho de 1997, o Município de Chaves fez doação, à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD -, dos dois prédios identificados no número anterior, a fim daquela instituição de ensino superior ali proceder à construção das instalações definitivas do Polo da UTAD, sob cláusula de reversão se no prazo de 10 anos tais instalações não fossem construídas ou os ditos prédios fossem utilizados para outros fins. -----

5. Da documentação em arquivo, no Setor de Património, consta cópia de uma certidão, emitida pela Conservatória do Registo Predial de Chaves, em 28 de outubro de 2005, referente ao teor da descrição e das inscrições em vigor, respeitantes ao prédio número 2939/190404, da freguesia de Outeiro Seco, integrando, a mesma, a descrição do prédio n° 00505/280787, donde consta o averbamento n° 2, pela Apresentação dois, de 19 de abril de 2004, com a menção da desanexação do prédio n° 02939 e a área de 86.376m² - fls.1 -, bem como a menção oficiosa de um ónus de não fracionamento - impossibilidade de realização de destaque durante dez anos, a partir de 6 de abril de 2004 - fls. 2v -, e a descrição do prédio n° 02939/190404-Outeiro Seco, prédio urbano, situado em Painhos, composto por edifício de R/C, 1° e 2° andares, com a superfície coberta de 1.823m² e a superfície descoberta de 25.677m², com a menção de que foi **desanexado do prédio n° 00505/280787**, registada a aquisição do mesmo, a favor da "Associação Promotora do Ensino de Enfermagem em Chaves", por doação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela referida Apresentação dois, bem como, pela mesma apresentação, do ónus de não fracionamento, também, inscrito no citado prédio descrito sob o n° 00505/280787. -----

6. Dando execução à proposta N° 25/GAP/2007, aprovada pelo executivo camarário em reunião de 22 de março de 2007 e pela Assembleia Municipal em sessão de 25/04/2007, o Município de Chaves e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, por escritura exarada de folhas 57 a 58 verso, do Livro de Escrituras Diversas N° 77, do Notariado Privativo, em 13 de setembro de 2007, distrataram a doação feita em 27 de junho de 1997, tendo por objeto o prédio urbano - "Solar" - e o rústico - "Quinta" -, sendo certo que deste já tinha sido desanexado o prédio descrito sob o n° 02939/190404, destinado às instalações da Escola Superior de Enfermagem, e doado à respetiva Associação Promotora do Ensino de Enfermagem em Chaves. -----

7. Consequentemente, o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n° 504/19870728, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Outeiro Seco sob o Artigo 123 (Solar), e o prédio rústico descrito sob o n° 505/19870728, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Outeiro Seco sob o Artigo 1901 (Quinta), com a área de 86.376m², após a desanexação do prédio descrito sob o n° 02939/190404, regressaram ao domínio privado municipal, encontrando-se registados a seu favor pela Apresentação 21 de 29 de dezembro de 2008. -----

8. Mediante entrega do Modelo 1 do IMI, em 06 de abril de 2009, este Município participou, ao Serviço de Finanças de Chaves, a atualização, na matriz, do prédio urbano inscrito sob o artigo 123 na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco, relativamente à área coberta e a indicação da área descoberta, passando o prédio a ter a área coberta de 1.294,31m² e a indicação da descoberta de 1.092,69m², no total de 2.387m², e as confrontações a norte com caminho público, a sul com Estrada Municipal E.M.506, a nascente com caminho de consortes e a poente com caminho público, tendo, ainda, em 18 de

dezembro de 2013, requerido a alteração das confrontações a norte para Município de Chaves, a nascente para Estrada Municipal E.M. 506 e particular. -----

9. Em 28 de dezembro de 2008, por escritura exarada a folhas 62 a 62 verso, do Livro de Escrituras Diversas N° 78, do Notariado Privativo, o Município de Chaves procedeu à justificação notarial, para efeitos de ingresso no registo predial, do prédio rústico situado em Eiró, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, composto de eira, com a área de 4.484m², confrontando a norte com Município de Chaves, a nascente, sul e poente com caminho público, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 4945, invocando que o mesmo esteve omissa na matriz predial e na conservatória, e foi adquirido à família Montalvão, no âmbito da compra do conjunto patrimonial conhecido por "Solar dos Montalvões", na aquisição efetuada em 31 de julho de 1987, sem que constasse da escritura de compra e venda, bem como identificados os respetivos atos de posse, tendo, simultaneamente, feito a sua doação à AMA - Associação Mãos Amigas - I.P.S.S., a fim da mesma, ali, proceder à construção de um lar de idosos. -----

10. Este prédio veio a ser descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves, na freguesia de Outeiro Seco, sob o n° 3519, e inscrito em nome da AMA, pela Apresentação duzentos e oitenta, de 11 de março 2009. -----

11. Por deliberações dos órgãos municipais de 15 de dezembro de 2010, veio a ser aprovada, na vigência da suspensão parcial do PDM de Chaves e das respetivas Medidas Preventivas, publicadas no Diário da República, 2ª Série, n° 50, de 12 de março de 2010, uma operação de loteamento, com obras de urbanização, para o retro mencionado prédio rústico, sito em Painhos, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1901 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n° 505/19870728, tendo o respetivo Alvará de Loteamento N° 2/2011, sido emitido em 20 de setembro de 2011, titulando a criação de 2 lotes, destinados a equipamento, sendo a área loteada de 21.713,97m². -----

12. Por deliberação do executivo camarário de 08 de maio de 2012, vieram a ser aprovadas alterações às especificações do alvará de loteamento, em causa, consubstanciadas no aumento da área a lotear, a qual passou a ser de 77.061,99m²; na redução da área não abrangida pela operação de loteamento, a qual passou a ser de 9.314,01m²; no aumento da área a ceder ao domínio público municipal, a qual passou a ser de 28.528,58m², em vez de 7.181,87m²; na criação de novos 5 lotes, passando o loteamento a ser constituído por 7 lotes, e no aumento das áreas dos lotes n° 1 e n° 2. -----

13. Todas estas alterações às especificações do Alvará de Loteamento n° 2/2011, vieram a ser tituladas no 1º Aditamento, àquele mesmo Alvará, emitido pelo Município em 1 de julho de 2012.-----

14. Tal operação de transformação fundiária e a correspondente alteração, vieram a ser levadas ao Registo Predial, mediante, respetivamente, as Apresentações 938 - loteamento - e 939 - aditamento -, ambas de 29 de junho de 2012. -----

15. Consequentemente, do prédio rústico descrito sob o n° 505/19870728 e inscrito na respetiva matriz da freguesia de Outeiro Seco, sob o artigo 1901, na sequência da operação de transformação fundiária e da respetiva alteração, e mediante as ditas Apresentações 938 e 939, veio a ser desanexado o prédio n° 4278/20120629, sobre o qual veio a ser registada a operação de loteamento, passando o primeiro a ter a área de 9.314,01m², e a confrontar a norte com a Associação

Promotora do Ensino de Enfermagem em Chaves, a nascente com Município de Chaves e espaço público, a sul e poente com caminho público. -----

16. O prédio desanexado - 4278/20120629 -, com natureza urbana, omissa na matriz, composto de parcela de terreno, sito em Painhos ou Quinta dos Montalvões, freguesia de Outeiro Seco, com a área de 77.061,99m², confrontando a norte com José Coelho, a nascente com estrada, a sul com Município de Chaves e a Poente com caminho público, sobre o qual veio a ser registada a operação de transformação fundiária - loteamento e alteração -, pelas apresentações melhor identificadas no n.º 13 supra, deu origem, por desanexação, a sete prédios, correspondentes aos lotes de terreno numerados de 1 a 7, constantes do aludido Alvará n.º 2/2011 e do respetivo 1.º Aditamento, descritos na conservatória do registo predial e inscritos na matriz urbana da freguesia de Outeiro Seco, respetivamente, sob os seguintes números e artigos matriciais: n.º 4279/20120629 e artigo 3196 (Lote n.º 1); n.º 4280/20120629 e artigo 3197 (Lote n.º 2); n.º 4282/20120629 e artigo 3198 (Lote n.º 3); n.º 4283/20120629 e artigo 3199 (Lote n.º 4); n.º 4284/20120629 e artigo 3200 (Lote n.º 5); n.º 4285/20120629 e artigo 3201 (Lote n.º 6) e n.º 4286/20120629 e artigo 3202 (Lote n.º 7). -----

17. Destes prédios, o Lote n.º 1 foi doado à Associação Flôr do Tâmega, com cláusula de reversão, caso não seja concluída a construção das instalações da associação, designadamente do centro de atividades ocupacionais e do lar residencial, no prazo de 15 anos, por escritura de 24 de junho de 2013, exarada a folhas 86 a 87 verso, do Livro de Escrituras Diversas N.º 82, do Notariado Privativo; e sobre o Lote n.º 2, por escritura, também do dia 24, exarada a folhas 93 a 96 verso, do citado Livro N.º 82, foi constituído direito de usufruto, a título gratuito, pelo prazo de 30 anos, a favor da Associação Chaves Social, IPSS, a fim desta associação ali construir um lar residencial, uma unidade de cuidados de saúde e de internamento, bem como de fisioterapia, constituindo causa de resolução do contrato, entre outras, o não início da construção de uma das unidades, no prazo de 12 meses, a contar da data da escritura. -----

18. E, também, no dia 24 de junho de 2013, por escritura exarada a folhas 97 a 99, do mesmo Livro N.º 82, foi efetuada uma permuta, dando este Município o Lote n.º 6, supra identificado, à AMA - Associação Mãos Amigas, a fim de ali ser construído um equipamento/Lar, com cláusula de reversão caso seja dado destino diferente ao Lote ou as obras não sejam concluídas no prazo de 15 anos, e a AMA dando, em troca, o prédio anteriormente doado pelo Município, denominado Eira, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 4945.º e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3519 - cfr. n.º 9 antecedente -. -----

19. Em suma, do conjunto patrimonial popularmente denominado "Solar" e/ou "Quinta dos Montalvões", adquirido pelo Município de Chaves, em 31 de julho de 1987, encontram-se na sua posse e registados a seu favor, o solar, prédio urbano inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 123, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 504/19870728, com a área total de 2.387m²; o prédio rústico correspondente à área da "Quinta" que não foi objeto de qualquer operação de transformação fundiária, inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 1901, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 505/19870728, agora, com a área de 9.314m²; O Lote n.º 3, descrito sob o n.º 4282/20120629 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Outeiro Seco sob artigo 3198, com a área de 1.806,06m²; O Lote n.º 4, descrito sob o n.º 4283/20120629 e inscrito na matriz urbana da freguesia de Outeiro Seco

sob o artigo 3199, com a área de 1.854,76m²; O Lote nº 5, descrito sob o nº 4284/20120629 e inscrito na matriz urbana da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 3200, com a área de 2.329,05m²; O Lote nº 7, descrito sob o nº 4286/20120629 e inscrito na matriz urbana da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 3202, com a área de 13.808,31m²; E, por último, o prédio rústico correspondente à "Eira", inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 4945, com a área de 6117,65m², e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 3519/20090311, com a área de 4,484m², havendo, também, divergência quanto às confrontações a sul e a nascente, constando do registo predial caminho público e da matriz a nascente junta de freguesia de Outeiro Seco e a sul Município de Chaves³⁶. ---

III - DO PROCEDIMENTO DE ALIENAÇÃO DOS PRÉDIOS DENOMINADOS "SOLAR" E "EIRA" E DA NECESSIDADE DE HARMONIZAÇÃO DE ÁREAS -----

1. Após o reingresso do "Solar" na esfera patrimonial privada deste Município, na sequência do distrato da respetiva doação feita à UTAD, o executivo camarário, à data em funções, nos termos da Proposta Nº 56/GAPV/2012, em 21 de maio de 2012, deliberou proceder à alienação daquele imóvel, apontando como razões justificadoras o facto de desde antes da sua compra, pelo Município, o aludido prédio urbano não ser utilizado, nem prever a autarquia necessitar da sua utilização, pelo que diariamente o seu estado de degradação se agrava, com a sua não utilização, e o seu valor contabilístico, nessa situação, diminui, além da alienação do mesmo possibilitar a arrecadação de receitas extraordinárias. -----

2. O valor base da alienação, determinado pela Comissão de Avaliação do Património Municipal, foi de €260 500,00, e foram elaborados termos de referência urbanísticos, pelos serviços municipais competentes, para a recuperação do imóvel, sendo certo que tal decisão administrativa não obteve o sucesso desejado, pois apenas foi apresentada uma proposta, muito abaixo da base de licitação, a qual foi excluída. -----

3. Posto isto, em reunião camarária de 14 de fevereiro de 2014, e sob a Proposta Nº 29/GAP/2014, o executivo camarário deliberou proceder à abertura de novo procedimento público - hasta pública -, tendente à alienação de bens imóveis municipais, entre os quais o já citado "Solar" e, na sequência da permuta supra referida efetuada com a AMA, o prédio denominado "Eira", o qual sempre lhe esteve anexo e cuja função era servir de apoio ao dito Solar³⁷, pelo que a respetiva alienação deveria ser realizada em conjunto, no que viria a ser

³⁶ Regista-se que, após o reingresso do prédio "Eira" na esfera patrimonial privada do Município, foram, superiormente, equacionadas várias soluções em vista à sua, eventual, alienação, passando as mesmas por uma anexação do "Solar" e da "Eira" ou pela retificação da área original desta e a sua alienação em separado, constando dos documentos arquivados peças desenhadas - plantas - com esses mesmos estudos, elaboradas pelos serviços técnicos municipais. Regista-se, também, que a abordagem do pedido de retificação da área, junto da Conservatória do Registo Predial, em dezembro de 2013, não mereceu, verbalmente, acolhimento favorável, pelo facto do prédio ter ingressado no registo predial por usucapião e ser necessária uma fundamentação acrescida do pedido. -----

³⁷ Veja-se, nesse sentido, que o referido prédio urbano, conforme consta da certidão emitida pela CRP, em 29/07/1987, que instruiu a escritura de compra e venda, confronta a norte com "Eira do mesmo". -

designado por **Lote A**, identificando os imóveis a alienar da seguinte forma: -----

- Prédio urbano, Composição: Solar de Outeiro Seco - edifício principal de rés-do-chão, 1º e 2º andares, uma capela, três palheiros e pátio, Localização: Eiró, freguesia de Outeiro Seco, Inscrição matricial:123, Descrição CRP:504/19870728; -----

- Prédio rústico, Composição: eira, Localização: Eiró, freguesia de Outeiro Seco, Inscrição matricial: 4945, Descrição CRP: 3519. ---

4. A mesma proposta definia as condições de alienação dos imóveis, assentando os valores nos relatórios de avaliação da Comissão de Avaliação do Património Municipal, os quais faziam parte da mesma e foram, devidamente, aprovados, bem como as normas disciplinadoras do procedimento pré-contratual e os termos de referência para a reconstrução dos Solar dos Montalvões. -----

5. A publicitação da hasta pública veio a ser concretizada através do Edital nº 29/2014, publicado no jornal "A Voz de Chaves", nº 934, de 4/4/2014, bem como no sítio da internet do Município e lugares de costume. -----

6. O executivo camarário em reunião de 9 de junho de 2014, sob a Proposta Nº 60/GAP/2014, tomou conhecimento da ata da hasta pública destinada à venda de bens imóveis municipais, entre os quais o "Solar" e a "Eira", na qual foi registado, pela comissão responsável pela condução do procedimento administrativo, que não houve manifestações de interesse nas aquisições e que o procedimento tinha ficado deserto, tendo sido legitimado o presidente da câmara municipal a entabular institucionalmente diligências em vista a encontrar potenciais agentes económicos interessados, devendo os convites a enviar mencionar, expressamente, que a proposta a apresentar terá que respeitar, integralmente, as normas disciplinadoras da alienação, anteriormente aprovadas. -----

7. Relativamente aos prédios objeto de análise, na presente informação, foram endereçados convites à EHATB, EIM, SA, em 17/07/17, sem que tenha havido resposta e, posteriormente, à Flavigrês, SA (Chaves) e a Mário Manuel Garcia (Suíça), tendo a Flavigrês vindo ao procedimento, oralmente, manifestar algum interesse na aquisição, mas não naquela altura, dado outros investimentos que tinha em curso. ---

8. Foi neste contexto, que chegou ao conhecimento do, à data, presidente da Câmara Municipal, Sr. Arqtº António Cabeleira, que um investidor de origem italiana procurava terreno/instalações para realizar um investimento na área da atividade turística e, que, ao abrigo da credencial administrativa que lhe tinha sido conferida, formalizou um convite para a apresentação de proposta de aquisição, por ajuste direto, dos prédios que constituíam o Lote A do procedimento de hasta pública, referido no nº 3 do presente título, nos termos aprovados pelo executivo municipal, na citada reunião de 14 de fevereiro de 2014. -----

9. Dos documentos instrutórios constantes do respetivo processo administrativo resulta, inequivocamente, da caderneta predial rústica, obtida via internet em 2014-01-03 - cfr. fls. 19 -, que existe uma divergência quanto à área do prédio "Eira", inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 4945, com a área de 6.117,65m2 e descrito no registo predial sob o nº 3519, com a área de 4.484m2 - cfr. certidão permanente com o código de acesso GP-0802-52044-170321-003519, de 01/07/2013, fls. 27 -. -----

10. O auto de avaliação da Comissão de Avaliação do Património Municipal - Informação Nº 1/C.A.P.M/14 -, de 30 de janeiro de 2014, faz incidir a sua avaliação sobre o prédio rústico inscrito na matriz

predial da freguesia de Outeiro Seco com o artigo 4945, com a área de 6.117,65m² - cfr. fls.24 e 23 -. -----

11. A autarquia esteve sempre consciente da necessidade, legalmente imposta, de que, previamente, à formalização do contrato de compra e venda, daquele prédio, as áreas constantes da matriz e da Conservatória do Registo Predial teriam que ser harmonizadas, pela área maior (6.117,65m²), diligência, refira-se, mais uma vez, que já tinha sido encetada pelo Setor do Património municipal - cfr. nota de rodapé 1 -, sendo certo que após a posição, inicialmente, assumida pela Conservatória do Registo Predial de que não seria dado prosseguimento ao procedimento de retificação de área, sem que houvesse uma fundamentação acrescida, dado que o prédio tinha ingressado no Registo Predial por justificação notarial - usucapião -, o procedimento não foi alvo de novas diligências. -----

12. A harmonização das áreas tornou-se premente a partir do ato adjudicatório, praticado pela câmara municipal, a qual em sua reunião de 29 de setembro de 2017, adjudicou a proposta de compra do prédio urbano inscrito na matriz predial de Outeiro Seco, sob o artigo 123 e descrito na Conservatória do Registo predial sob o nº 504 (Solar) e do prédio rústico inscrito sob o artigo 4945 (Eira), da mesma freguesia, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 3519, pelo valor global de €221 220,00, à sociedade "Solar Investment - Imobiliária, Lda.", de acordo com os fundamentos constantes da Proposta Nº 86/GAP/2017, que se dá por reproduzida. -----

13. O contrato-promessa de compra e venda, daqueles prédios, identificados na sua Cláusula 2ª, por referência aos respectivos artigos matriciais e descrições prediais, veio a ser assinado em 19 de outubro de 2017 e registado nos serviços municipais sob o nº 113/2017, estabelecendo o seu clausulado que a escritura a formalizar a compra e venda será celebrada no prazo de 60 dias, a contar daquela data, sendo o promitente comprador notificado, para o efeito, com 8 dias de antecedência - Cláusula 5ª -, e a parte do preço em dívida, na importância de €110 610,00, liquidada com a celebração da escritura.

14. Foi neste quadro que foram realizadas novas reuniões de trabalho com a conservadora responsável pela Conservatória do Registo Predial de Chaves, tendo sido clarificada a estratégia procedimental a utilizar para o procedimento de retificação de área, conducente à harmonização da área do prédio rústico constante da matriz e do registo predial, ou seja, 6.117,65m², constantes da peça desenhada à escala 1:1000, datada de dezembro de 2013, Planta de áreas e confrontações - Identificação do artigo matricial nº 123 e artigo matricial nº 4945, incorporada a folhas 58, do processo administrativo do procedimento de hasta pública, bem como da Informação Nº1/C.A.P.M/14, já referida.

15. Após reunião de trabalho realizada com a técnica superior Arqtª Carla Joana Rodrigues, que teve a seu cargo o procedimento relativo ao projeto da operação de transformação fundiária que culminou com a emissão do Alvará de Loteamento Nº 2/2011 e respetivo Aditamento, concluiu-se que a divergência das áreas se ficava a dever a áreas que foram indevidamente identificadas como "caminho público", no interior do conjunto patrimonial adquirido à família Montalvão, e que na ausência de um cuidado mais permanente da propriedade municipal, as populações passaram a utilizar como passagens a pé e/ou atravessadouros, ligando o caminho público situado a poente da "Quinta" e do "Solar", com a Estrada Municipal E.M.506, os quais, inequivocamente, não figuram na peça desenhada identificada no nº2, do título II antecedente, e nunca existiram como tal, tendo havido, por esses indícios, erro na medição do prédio da Eira, o qual foi

justificado notarialmente com menos 1 633,65m², e na indicação das confrontações a sul e nascente (caminho público), quando deveria ter sido Município de Chaves, não tendo, na verdade, havido alterações na sua configuração. -----

16. A harmonização das áreas do prédio rústico em causa, inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 4945 e descrito na Conservatória sob o n.º 3519, imprescindível à formalização da escritura de compra e venda, em conformidade com o previsto no Artigo 28.º do Código do Registo Predial, deverá ser promovida junto da Conservatória do Registo Predial de Chaves, invocando erro de medição do prédio, com recurso ao mecanismo previsto no Artigo 28.º-C, do mesmo Código, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de julho. -----

17. Em vista à concretização de tal objetivo, deverá ser efetuado pedido de averbamento de alteração à descrição, de atualização da área nos termos do referido Artigo 28.º-C, subscrito pelo presidente da câmara municipal, declarando que o prédio tem a área de 6.117,65m², que sempre foi a área correta, havendo indícios de erro de medição, e que pese embora não tenha sofrido alterações na sua configuração, houve erro na indicação das suas confrontações a sul e a nascente, ao ser indicado caminho público quando se tratava de uma passagem das populações entre dois locais, solicitando, também alteração das confrontações, declarando, complementarmente, que a divergência da área entre a matriz e a descrição se deve a erro de medição. -----

18. O pedido deve ser, também, instruído com planta com a área correta do prédio, assinada por técnico habilitado (engenheiro, arquiteto ou topógrafo, inscritos nas respetivas ordens ou associação profissional). -----

19. Aqui chegados, após as operações de transformação fundiária realizadas na "Quinta dos Montalvões" e da retificação da área do prédio correspondente à "Eira", constata-se que fica a existir uma parcela de terreno, com cerca de 900m², localizada a nascente da "Eira" e com este prédio confrontante, que após a execução das obras de urbanização da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 2/2011, fica fisicamente separada do mesmo. -----

20. Tal parcela provém, salvo melhor opinião, do prédio rústico inscrito na matriz predial da dita freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 1901, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 505/19870728, possuindo uma configuração muito irregular³⁸, confrontando, a nascente com particular, a sul com campo de futebol, a norte com o arruamento de acesso previsto para o loteamento e a poente com a "Eira"/Município de Chaves, a qual pela sua localização, irá requerer cuidados acrescidos com a respetiva limpeza, especialmente após o reforço do pacote legislativo de prevenção e combate aos incêndios, bem como com a apropriação indevida da mesma, pelo que para o Município poderá acarretar mais encargos e, nessa medida, significar uma perda de interesse económico na sua manutenção no património municipal. -----

21. Assim, pela dita localização e confrontação a poente desta parcela com o prédio da "Eira", julga-se que a mesma poderá ter interesse para o aproveitamento urbanístico dos prédios que o promitente-comprador "Solar Investment, Lda.", pretende, ali, realizar, sugerindo-se que o mesmo seja consultado nesse sentido. --

³⁸ Representada na planta em anexo, à escala 1:1000, com a designação "Solar dos Montalvão - Área de Implantação e terreno". -----

22. Caso o promitente-comprador, do "Solar" e da "Eira", demonstre interesse na aquisição, então deverá ser o assunto remetido à Comissão de Avaliação do Património Municipal, em vista à determinação do valor da mesma e despoletado um novo procedimento tendente à sua alienação, diretamente, àquele interessado. -----

São estas as informações que temos, por agora, a prestar sobre o assunto. -----

À consideração do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

A Técnica Superior, Cristina Rodrigues -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.11. -----

Visto. Tomei bom conhecimento de todo o historial correlacionado com as alterações fundiárias realizadas no prédio denominado "Quinta dos Montalvões/Solar" e prédios anexos a qual merece a minha concordância. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XII DIVERSOS

1. PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE REVELAÇÃO E APROVEITAMENTO DE MASSAS MINERAIS (PEDREIRAS) NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 103/DSC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. ENQUADRAMENTO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. OBJETIVO -----

A presente informação consubstancia o parecer relacionado com o pedido de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade de revelação e aproveitamento de massas minerais (pedreiras), do processo acima identificado, formulado com base no regime excepcional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o exposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Em virtude da publicação do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e da Portaria n.º 68/2015, de 9 de março³⁹, cujo prazo foi prorrogado através da publicação da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, decorreu, até ao dia 24 de julho de 2017, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual se incluem

³⁹ Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e/ou ampliação das unidades produtivas incluídas no n.º 3, do art. 1.º, do DL n.º 165/2014. -----

explorações de revelação e aproveitamento de massas minerais (pedreiras). -----

2.2. O âmbito de aplicação do mencionado diploma legal abrange três tipos de situações: -----

2.2.1. Estabelecimentos que não dispõem de qualquer título de exploração ou de exercício, incluindo as situações de desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativa dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -

2.2.2. Estabelecimentos que dispõem de título de exploração ou de exercício, desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente;

2.2.3. Estabelecimentos que dispõem de título válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

2.3. Em qualquer dos casos, o requerente deveria submeter o pedido de regularização à entidade coordenadora do processo de licenciamento, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro⁴⁰, e ulteriores alterações. -----

2.4. Segundo estabelecido no n.º 4 do artigo 5.º do RERA, na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização deveria ser instruído com os elementos estabelecidos nas alíneas de a) a g) desse mesmo número. -----

2.5. O elemento referido na alínea a) é a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. -----

2.6. Segundo o n.º 5 do mesmo artigo, o pedido deveria ainda ser instruído com a informação relevante que habilitaria a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, os quais se encontram enunciados desde a alínea a) à p) do referido número. -----

2.7. Para fundamentação do parecer técnico que deveria instruir a proposta da Câmara, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal, no que concerne ao eventual reconhecimento de interesse público, os serviços avaliavam o processo nos seguintes âmbitos: -----

2.7.1. No âmbito social (n.º de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local, relevância local, prémios, louvores e outros);

2.7.2. No âmbito económico (valor de produção de bens e serviços da atividade económica desenvolvida na indústria; produtos produzidos; faturação associada à atividade dos últimos dois anos; impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante). -----

2.8. Para o efeito, o requerimento deveria ser instruído com os documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considerasse relevantes para a fundamentação do pedido. -----

⁴⁰ Diploma que estabelece o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro -

2.9. A emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal, pela Assembleia Municipal, constituía-se assim, como um pré-procedimento em todo o processo de regularização extraordinária, a submeter à entidade coordenadora. -----

2.10. Os pedidos formulados pelos interessados no âmbito RERAE correspondentes a estabelecimento ou instalação enquadráveis no setor das explorações de revelação e aproveitamento de massas minerais (pedreiras) teriam ainda que dar cumprimento aos normativos legais do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro⁴¹. -----

3. ANTECEDENTES DO PEDIDO -----

3.1. A Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) através do seu ofício, com referência DSMP/DPN-932, datado de 19.10.2017, veio solicitar ao Município de Chaves informação relativa à deliberação da Assembleia Municipal, respeitante ao pedido ora em análise, submetido ao abrigo do RERAE, na referida entidade, apenas com comprovativo de submissão do requerimento do pedido de emissão de certidão de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, feito ao Município de Chaves em 02.06.2017. -----

3.2. Assim, e nos termos da informação técnica n.º 91/DSC/2107, o requerente foi notificado através do ofício 326/DSC/2017, datado de 16.11.2017, para suprir as deficiências do requerimento inicial, conforme estabelecido nos termos do artigo 108.º do CPA e seguintes, sendo para o efeito estabelecido um prazo de 10 dias, para apresentação dos documentos previstos nas alíneas b), c), d), e), f) e g) do n.º 4 do artigo 5.º do mencionado diploma legal, e das alíneas a), b), c), g), h), i) e n) do n.º 5 do mesmo artigo, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considerasse relevantes para a fundamentação do pedido. -----

3.3. O requerente veio a suprir as deficiências do requerimento inicial através da apresentação dos documentos solicitados, com registo nos serviços de expediente geral desta Autarquia, com o n.º 12752, datado de 21.11.2017. -----

4. ANÁLISE DO PEDIDO -----

4.1. IDENTIFICAÇÃO -----

4.1.1. O requerimento apresentado consubstancia o pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade de revelação e aproveitamento de massas minerais (pedreiras) que o requerente possui em Casas de Monforte, freguesia de Águas Frias, que dispõe de título de exploração válido, mas cuja alteração e/ou ampliação não é compatível com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, e se encontra desatualizado face às atividades desenvolvidas atualmente, mais concretamente a extração de granito ornamental. -----

4.2. INSTRUÇÃO -----

O requerente apresenta os seguintes documentos: -----

- (i) Planta de localização à escala de 1:25.000; -----
- (ii) Planta topográfica à escala 1:1.000; -----
- (iii) Extrato das plantas de condicionantes e de ordenamento, à escala 1:10.000; -----
- (iv) Fotografia aérea com indicação das áreas da pedreira. -----
- (v) Cópia do código de acesso à Certidão Permanente; -----

⁴¹ Retificado pelas Declarações de Retificação n.ºs 20-AP/2001, de 30 de novembro, e 108/2007, de 11 de dezembro -----

- (vi) Comprovativos da posse dos terrenos da pedreira; -----
 (vii) Licença de Estabelecimento de Pedreira de granito n.º 6391; --
 (viii) Declaração de reconhecimento de interesse público da localização da indústria extrativa de classe B, em Casas de Monforte, freguesia de Águas Frias, com deliberação por unanimidade da Câmara Municipal, em sua reunião realizada no dia 15.09.1998. -----
 (ix) Caracterização sumária da atividade de revelação e aproveitamento de massas minerais (pedreiras), atestada através de memória descritiva, incluindo ainda o número de postos de trabalho, o valor da produção de bens e serviços da actividade, a facturação associada à actividade nos últimos 2 anos, os custos económicos associados à desactivação ou deslocalização da indústria, a fundamentação da opção da não deslocalização da indústria e a demonstração da compatibilidade da localização, com a segurança de pessoas, bens e ambiente. -----

4.3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR -----

4.3.1. De acordo com a Planta de Ordenamento n.º 35 A do Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno, apresentada pelo requerente, situa-se em espaços da classe 4 (Espaços Agrícolas e Florestais), nas seguintes categorias: -----

(i) Na Categoria 4.1- Espaços Florestais, na Sub-Categoria 4.1-A - Espaços Florestais Comuns, aproximadamente 1/4 da área do terreno;

(ii) Na Categoria 4.3 - Espaços Agro-Florestais, sendo 1/4 da área inserida num espaço da Sub-Categoria 4.3.A - Espaços Agro-Florestais Comuns e aproximadamente 1/2 da área inserida num espaço da Sub-Categoria 4.3.B (Espaços Agro-Florestais Condicionados - REN); -----

4.3.2. Sobre a parcela de terreno, impende a seguinte restrição de utilidade pública - Reserva Ecológica Nacional. -----

4.3.3. Relativamente à instalação da Indústria Extractiva da classe B (Pedreira), é de referir que a mesma não se encontra em Espaços para Indústrias Extractivas (Classe 3), mas enquadra-se parcialmente nas situações especiais mencionadas na SECÇÃO IX do Regulamento do Plano Diretor Municipal, desrespeitando a alínea b) do n.º 1 do Artigo 50⁴² do referido Regulamento, em virtude de na presente data o Município de Chaves ainda não ter reconhecido o seu especial interesse público ou o seu elevado interesse para o desenvolvimento concelhio. -----

4.4. CARATERIZAÇÃO DO PEDIDO E DA ACTIVIDADE -----

⁴² Artigo 50.º - Exploração de reservas minerais -----
 1-É admissível a instalação de novas explorações de recursos minerais fora dos espaços pertencentes à classe 3 - espaços para indústrias extractivas, nos casos e condições seguintes: -----
 a) Se a exploração pretendida se localizar em espaço florestal ou espaço agroflorestal comum, desde que o município reconheça o seu interesse público ou o seu interesse para o desenvolvimento local. -----
 b) Se a exploração se localizar em espaço florestal ou espaço agroflorestal condicionado - Subcategorias 4.1.B ou 4.3.B, em espaço agrícola ou em espaço natural, desde que o município reconheça o seu especial interesse público ou o seu elevado interesse para o desenvolvimento concelhio. -----
 c) Se se tratar de exploração de recursos hidrogeológicos localizada em qualquer outra classe ou categoria de espaços, desde que se cumpra a condição estabelecida na parte final da alínea anterior e o município considere garantida a sua compatibilização com o uso dominante do espaço em que se situar. -----

4.4.1. A atividade de extração e transformação de granitos encontra-se em exercício desde o ano de 1998, enquadrando-se assim no definido na alínea a) do artigo 2.º do RERAE. -----

4.4.2. As instalações encontram-se localizadas num prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 6093, com a área total de 5.389,00 m², e área de exploração de 21.084,00 m². -----

4.4.3. As instalações possuem uma área destinada a anexos, parque de blocos e material transformado, e instalações de apoio (telheiro de fabrico, barracão de viaturas e compressores, arrumos e ponto de recolha de óleos usados), num total de 293m² de área de construção. O requerente pretende vir a construir instalações sanitárias e sala de convívio. -----

4.4.4. Relativamente à atividade, a mesma consiste na exploração de recursos geológicos (pedreira), nomeadamente na extração de blocos e semi-blocos de granito ornamental para posterior transformação em artefactos de granito, em indústria própria ou da região, para obras públicas e construção civil. O objetivo de afirmação no mercado interno e externo, configura, segundo o requerente, este projeto de investimento como essencial e apto à mobilização de recursos locais no que se refere à construção e dinamização da atividade económica direta e indireta da região. -----

4.4.5. O valor de produção de bens e serviços por atividade económica da sociedade requerente em 2015 e 2016 foi, respetivamente, de 190.779,10€ e 205.651,40€. Considerando apenas a atividade do estabelecimento de extração e transformação de granito o volume de faturação da sociedade em 2015 e 2016, respetivamente, de 66.772,69€ e 87.727,99€, o que representa cerca de 30% da faturação total. O n.º de postos de trabalho é de 11, conforme cópia do anexo D do último relatório único. -----

4.4.6. O requerente propõe-se a implementar medidas de mitigação de impactes ambientais negativos, nos termos da legislação vigente. -

4.5. A deslocalização do estabelecimento para outro local, não é aplicável pois o recurso geológico existente no local não é passível de deslocalização. A sua desativação e consequente desmantelamento da exploração teria impacto direto no fim dos postos de trabalho, e nas áreas anteriormente exploradas por terceiros, que segundo o requerente, não seriam recuperadas. -----

5. PARECER SOBRE O PEDIDO EM CONCRETO -----

5.1. Considerando que o RERAE fomenta uma oportunidade para que as entidades competentes avaliem a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que: -----

5.1.1. Não disponham de título de exploração ou de exercício válido requerente face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; -----

5.1.2. Dispondo de título válido requerente de exploração ou de exercício, estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do requerente território supervenientes à sua instalação. -----

5.2. Considerando que a eventual impossibilidade de regularização ou o licenciamento de alterações pretendidas inviabiliza a possibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental e coarta a concretização de projetos de investimento e de criação de emprego. -----

5.3. Considerando que o benefício socioeconómico decorrente da regularização da atividade de revelação e aproveitamento de massas minerais (pedreiras), referente à instalação que o requerente possui

em Casas de Monforte, poderá ser superior aos eventuais inconvenientes em termos de ordenamento do território, os quais, neste caso concreto, só podem ser devidamente avaliados mediante uma ponderação circunstanciada dos mesmos, no local, tendo o requerente em linha de conta os vários usos e ocupações prevalecentes na envolvente da atividade em causa e das dinâmicas de povoamento que estão subjacentes à região. -----

5.4. Considerando que no âmbito da apreciação do pedido de regularização da atividade de revelação e aproveitamento de massas minerais (pedreiras), a entidade coordenadora, Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), solicitará às entidades públicas respetivas, a pronúncia nos termos previstos nos regimes legais setoriais aplicáveis à atividade, conforme o estipulado no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública.

6. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Considerando a necessidade de dar cumprimento do quadro legal habilitante, nomeadamente do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tomamos a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

6.1. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a deliberar sobre o reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização da atividade em causa, com base nesta informação técnica; -----

6.2. Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal. -----

6.3. Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade de revelação e aproveitamento de massas minerais (pedreira). -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 07 de dezembro de 2017 -----

As Técnicas Superiores -----

(Cláudia Ferreira, Eng.ª) -----

(Conceição Rei, Eng.ª) -----

(Cristiana Morais, Dr.ª) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 07/12/2017 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Para efeitos do estabelecido na alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro⁴³, tendo por base o parecer emitido pela equipa técnica que subscreve a presente informação, proponho ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração do Senhor Presidente a adoção de decisão no seguinte sentido: -----

1. Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à Câmara ponderar sobre a intenção de deliberar propor à Assembleia Municipal o reconhecimento de interesse público municipal da regularização da atividade em causa,

para os fins previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; -----

2. Tal reconhecimento de interesse público municipal deve ser entendido como uma das fases do processo de regularização, o qual não prejudica a verificação de conformidade legal e regulamentar da instalação em concreto, posteriormente, na fase da pronúncia nos termos estabelecidos no n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, para os efeitos previstos no n.º 1 e 2 do mesmo artigo. -----

3. Sequencialmente, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à análise e seu ulterior sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal; -----

4. Por último, caso a presente proposta, venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, por parte do órgão deliberativo do Município, dever-se-á promover a emissão da certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade de revelação e aproveitamento de massas minerais. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2017/12/11.-

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

